



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Câmpus de Marília

ADRIANA ABRIL GONZÁLEZ

**POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCACIONAIS VOLTADAS PARA MULHERES DA
ECONOMIA POPULAR DA ARGENTINA, 2013-2023: PROGRAMA NACIONAL
ELLAS HACEN**

Marília

2026

ADRIANA ABRIL GONZÁLEZ

**POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCACIONAIS VOLTADAS PARA MULHERES DA
ECONOMIA POPULAR DA ARGENTINA, 2013-2023: PROGRAMA NACIONAL
ELLAS HACEN**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestra em Educação pela Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Marília.

Orientadora: Prof^ª. Dr.^a. Neusa Maria Dal Ri

Linha de pesquisa: Políticas Educacionais, Gestão de Sistemas e Organizações, Trabalho e Movimentos Sociais.

Marília

2026

G643p González, Adriana Abril
POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCACIONAIS VOLTADAS
PARA MULHERES DA ECONOMIA POPULAR DA
ARGENTINA, 2013-2023: PROGRAMA NACIONAL ELLAS
HACEN / Adriana Abril González. -- Marília, 2026
121 p. : tabs.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista
(UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília
Orientadora: Neusa Maria Dal Ri

1. políticas públicas. 2. gênero. 3. economia popular. I.
Título.

ADRIANA ABRIL GONZÁLEZ

**POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCACIONAIS VOLTADAS PARA MULHERES DA
ECONOMIA POPULAR DA ARGENTINA, 2013-2023: PROGRAMA NACIONAL
ELLAS HACEN**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Educação.

Banca Examinadora

Prof^a. Dr^a. Neusa Maria Dal Ri

Departamento de Administração e Supervisão Escolar / UNESP / Câmpus de Marília – FFC
Orientadora

Prof. Dr. Henrique Tahan Novaes

Coordenadoria de Desenvolvimento Profissional e Práticas Pedagógicas - CDeP3 / UNESP /
Reitoria - RUNESP

Prof^a. Dr^a. ERIKA PORCELI ALANIZ

Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional / Universidade Estadual do Mato
Grosso do Sul

Marília, 31 de agosto de 2026.

Às militantes e lutadoras da vida:
que nunca deixem de acreditar que outro mundo é possível.

AGRADECIMENTOS

O processo de fazer pesquisa científica é, muitas vezes, tedioso, complexo e solitário. Deixar o meu país, a minha língua materna, minha família e amizades para morar no Brasil durante esses dois anos foi um desafio constante, de muito crescimento pessoal e profissional; consistiu em ser teimosa para resistir à burocracia e à saudade de casa.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Minha eterna gratidão à Professora Doutora Neusa Dal Ri, minha orientadora, pela infinita paciência comigo, pelo acompanhamento, pela parceria e confiança, também pelas merecidas e necessárias puxadas de orelhas. Formar-me com você do meu lado foi uma honra.

Agradeço ao Professor Doutor Henrique Novaes e à Professora Doutora Erika Alaniz pela participação nas Bancas de Qualificação e Defesa, pelo tempo dedicado à leitura dos meus textos, pelas sugestões e trocas que enriqueceram a pesquisa.

Agradeço ao Mike e Amaikow, com quem compartilhei o PPGE e a orientadora, pela ajuda nas últimas semanas e correndo contra o tempo para revisar a redação do texto.

As professoras, professores e colegas do Grupo de Pesquisa Organizações e Democracia da FFC, pelas leituras, debates e trocas realizadas, muitas delas usadas como base para a escrita desta dissertação.

Aos meus pais, Katty e Daniel, pelo apoio desde o primeiro dia, pela força, amor e sustento mesmo à distância. Grande parte do que eu sou é devido a vocês. Foram vocês que me contagiaram com a vontade de me formar como professora e lutar pela educação pública de qualidade.

Também às minhas irmãs, Mely e Aldi, melhores amigas, pelo acompanhamento diário através de mensagens, ligações e memes do Instagram. Pelas palavras de motivação, pela ternura e amor que transpassam a tela e os quilômetros. Obrigada, amo vocês além dessa vida.

Ao meu irmão Santiago, por me ajudar com os seus conhecimentos de informática na procura de documentos e arquivos fundamentais para minha pesquisa, que eu não conseguia acessar. Ao meu irmão Armando, minhas cunhadas Ángeles e Adriana e meus sobrinhos, Quimey, Ciro, Delfina, Sebastián e Dante. Amo vocês infinitamente, obrigada pelo incentivo para viver essa experiência e por estarem sempre para mim.

Agradeço ao Martín e a Analía por me apresentarem o Edital da AUGM para vir ao Brasil fazer o Mestrado; pela insistência para que eu aceitasse a oportunidade, também pela colaboração e assistência na escrita do projeto de pesquisa que apresentei no processo seletivo.

À Láizza, Sofia, Gabi e Rafa, por ser casa ainda que longe de casa. Amo vocês para sempre. Morar com vocês mudou minha vida e sou muito grata por isso.

Às amigas que a UNESP e o PPGE me deram e que levarei comigo até o fim da minha vida: Ellen, Dadá, Eduardo, Guerren, Luana, João, Katiana, Tahirê e Gelmi. O mestrado foi mais lindo, leve e divertido com vocês ao meu lado. Obrigada por me acolher com tanto carinho, por se preocuparem comigo, pelos almoços intermináveis no R.U., por torcerem por mim nos momentos importantes e nas situações difíceis sem fazer perguntas, pelos abraços sinceros, por serem meus amigxs. Minha gratidão e meu amor por vocês são infinitos.

À Mari, minha “hermana” uruguaia, por trazer a dose de espanhol, humor e costumes rioplatenses que eu precisava por aqui. Apesar de te conhecer há apenas seis meses, você já ganhou um lugar no meu coração.

À bateria universitária da Unesp de Marília, a Xoxoteria, por me trazer horas de leveza e alegria na correria do cotidiano, sobretudo, nesse último ano e meio, pelo acolhimento e o enorme afeto. Agradecimento especial para João, Bel, Maria, Gabi, Larah, Ana Laura, Mayumi, Tiago e Milena.

Às minhas amigas argentinas, por me sustentarem, me acompanharem e me abraçarem mesmo de longe: Dani, Ivi, Jere, Gime, Cami, Naty e Esteban. Amo muito vocês.

Por fim, mas não menos importante, agradeço a mim mesma por ter chegado até aqui. Estou muito orgulhosa. Não foi fácil aprender a habitar um novo país e uma nova cidade, aprender outra língua, entender os seus códigos e, no meio disso tudo, fazer pesquisa. Apesar das dificuldades não desisti, continuei em frente perseguindo esse sonho, em parte graças à grande rede de apoio que me sustentou tanto na Argentina como no Brasil. Mesmo que ter o título de Mestra em Educação hoje seja uma realização individual, eu o considero algo profundamente coletivo. Uma parte da minha alma ficará para sempre em Marília. Valeu!

Utopía

*Ella está en el horizonte, dice Fernando Birri.
Me acerco dos pasos, ella se aleja dos pasos más.
Camino diez pasos y el horizonte se corre
diez pasos más allá.
Por mucho que yo camine nunca la voy a alcanzar.
¿Para qué sirve la utopía?
Sirve para eso:
para caminar.*

Eduardo Galeano (Canal Brasil, 2018)

RESUMO

O principal objetivo desta pesquisa é analisar as modificações do Programa Nacional Ellas Hacen, política pública educacional direcionada às mulheres trabalhadoras da economia popular, desenvolvido entre 2013 e 2023 na Argentina. O Ellas Hacen foi concebido para atender mulheres trabalhadoras em situação de vulnerabilidade econômica e social. A análise abarca os processos de organização coletiva, a unificação de setores da classe trabalhadora e o desenvolvimento de lutas e reivindicações por políticas públicas estatais. Os procedimentos metodológicos utilizados foram a pesquisa bibliográfica e a documental. A pesquisa bibliográfica foi realizada com levantamento, leitura, documentação, discussão e análise de bibliografia relacionada ao tema, priorizando teses, livros e artigos científicos. A pesquisa documental foi realizada com levantamento, seleção, leitura, documentação e análise de documentos que tratam do Programa Ellas Hacen, legislações e documentos das entidades envolvidas no processo. O estudo contribui para o resgate e a sistematização de políticas que têm por foco as mulheres trabalhadoras da Economia Popular, identificando as lógicas subjacentes a cada modificação ocorrida no Programa, suas continuidades e rupturas, bem como a participação das mulheres organizadas na construção dessas políticas. As modificações analisadas de cada Programa e contexto sociopolítico nesta pesquisa indicam as diferenças marcantes que cada governo apresentou em termos de interesses ao conceber, planejar e executar a política. Cada transição e reformulação significou uma descontinuidade na aplicação e nos modos de fazer, ignorando o que já havia sido realizado, os recursos utilizados e os aprendizados obtidos. Conclui-se que a descontinuidade entre os governos durante o período de tempo analisado pode ser considerada como o principal obstáculo para o cumprimento dos objetivos dos Programas, uma vez que eles foram delineados como políticas de governo e não como políticas de Estado, perduráveis no tempo. Também as políticas neoliberais implantadas na Argentina se apresentaram como um grande limitador e condicionante na hora de formular políticas públicas. As mulheres em cada Programa participaram de forma ativa, às vezes operando na gestão, outras como oposição, mas conseguindo colocar as problemáticas e demandas da economia popular em geral, e do setor das mulheres em particular, na agenda pública. Se os Programas tiveram alguns bons resultados devem-se ao grande trabalho realizado pelas organizações sociais em cada local de aplicação, em cada ente executor, em cada mulher que conseguiu sair de situações de violência, formar-se profissionalmente e melhorar sua qualidade de vida.

Palavras-chave: políticas públicas, gênero, economia popular.

ABSTRACT

The main objective of this study is to analyze the changes in the National Ellas Hacen Program, a public education policy aimed at female workers in the informal economy, implemented between 2013 and 2023 in Argentina. Ellas Hacen was designed to serve female workers in situations of economic and social vulnerability. The analysis covers processes of collective organization, the unification of sectors of the working class, and the development of struggles and demands for state public policies. The methodological procedures used were bibliographic and documentary research. The bibliographic research involved surveying, reading, documenting, discussing, and analyzing literature related to the topic, prioritizing theses, books, and scientific articles. The documentary research involved the collection, selection, reading, documentation, and analysis of documents pertaining to the Ellas Hacen Program, legislation, and documents from the entities involved in the process. The study contributes to the recovery and systematization of policies focused on women workers in the Popular Economy, identifying the underlying logic behind each change in the program, its continuities and discontinuities, as well as the participation of organized women in the development of these policies. The changes analyzed for each program and sociopolitical context in this study point to the striking differences that each administration exhibited in terms of its priorities when designing, planning, and implementing policy. Each transition and reform represented a break in implementation and in established practices, disregarding what had already been accomplished, the resources used, and the lessons learned. It can be concluded that the discontinuity among administrations during the period analyzed can be considered the main obstacle to achieving the programs' objectives, since they were designed as government policies rather than as enduring state policies. Furthermore, the neoliberal policies implemented in Argentina proved to be a major constraint and limiting factor when formulating public policies. Women in each program participated actively, sometimes working within the management structure, other times as part of the opposition, but managing to place the issues and demands of the popular economy in general, and of the women's sector in particular, on the public agenda. If the programs achieved some positive results, it is due to the tremendous work carried out by social organizations in each location where the programs were implemented, by each implementing agency, and by each woman who managed to escape situations of violence, gain professional training, and improve her quality of life.

Keywords: public policy; gender; popular economy.

LISTA DE TABELAS E ILUSTRAÇÕES

Tabela 1. Taxa de emprego, desocupação e emprego não registrado segundo sexo.....	25
Tabela 2. Distribuição da população ocupada segundo ramo de atividade e sexo. 3º trimestre. 2024	36
Gráfico 3. Distribuição geográfica dos beneficiários do Programa Hacemos Futuro	62
Gráfico 4. Distribuição dos beneficiários do Programa Hacemos Futuro por sexo	63
Gráfico 5. Principal pessoa dedicada ao cuidado de crianças	64
Gráfico 6. Beneficiários do Programa Hacemos Futuro, distribuição por máximo nível educativo alcançado.....	65
Quadro 7. Comparação dos Programas Ellas Hacen e Hacemos Futuro.	76
Gráfico 8. Distribuição dos beneficiários do Programa Potenciar Trabajo por sexo. 2o semestre de 2022.	87
Gráfico 9. Beneficiários do Programa Potenciar Trabajo inscritos no RENATEP, distribuição por nível de ensino alcançado. Junho 2022.	88
Gráfico 10. Beneficiários do Programa Potenciar Trabajo inscritos no RENATEP, distribuição por ramo de atividade. Junho 2022.....	89
Quadro 11. Comparação dos Programas Ellas Hacen, Hacemos Futuro e Potenciar Trabajo.	97

LISTA DE ABREVIATURAS

ALC – América Latina e o Caribe

ALUAR – Alumínios Argentinos

AMBA – Área Metropolitana de Buenos Aires

ANSES – Administração Nacional da Segurança Social

AUH – Asignación Universal por Hijo

BM – Banco Mundial

CABA – Cidade Autônoma de Buenos Aires.

CAL – Centros de Atenção Local

CCC – Corriente Clasista y Combativa

CDR – Centros de Referência

CFE – Conselho Federal de Educação

CGT – Confederación General del Trabajo

CNM – Consejo Nacional de las Mujeres

CETRA – Certificado de Trabajo

CITRA – Centro de Innovación de los Trabajadores

CONICET – Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas de Argentina

COVID-19 – Coronavirus disease 2019

CTEP – Confederación de Trabajadores y Trabajadoras de la Economía Popular

ENTel – Empresa Nacional de Telecomunicações

EPH – Encuesta Permanente de Hogares

EUA – Estados Unidos da América

FINES – Plan de Finalización de Estudios Primarios y Secundarios para Jóvenes y Adultos

FMI – Fundo Monetário Internacional

GBA – Gran Buenos Aires

INADI – Instituto Nacional contra a Discriminação, a Xenofobia e o Racismo da Argentina

INAES – Instituto Nacional de Associativismo e Economia Social da Argentina

INDEC – Instituto Nacional de Estadísticas e Censos

MDS – Ministério de Desenvolvimento Social da Nação

MNER – Movimiento Nacional de Empresas Recuperadas

MTE – Movimento de Trabalhadores Excluídos

MTEYSS – Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social

NEA – Nordeste Argentino

NGP – Nova Gestão Pública

NOA – Noroeste Argentino

OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico

ONG – Organização não governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

OPC – Oficina de Presupuesto del Congreso

OSC – Organizações da Sociedade Civil

PEA – População Economicamente Ativa

PNUD –Programas das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRIS-AT – Programa Ingreso Social con Trabajo – Argentina Trabaja

PROGRESAR – Programa de Respaldo a Estudiantes Argentinos

RITEP – Red de Intercambio Técnico con la Economía Popular

RENATEP – Registro Nacional de Trabajadores y Trabajadoras de la Economía Popular

SEDICI – Servicio de Difusión de la Creación Intelectual

SIEMPRO – Sistema de Información, Evaluación y Monitoreo de Programas Sociales

SSC – Salário Social Complementar

SSPTyEL – Subsecretaría de Planificación, Estudios y Estadísticas

UCAP – Unidade de Capacitação

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UPEP – Unidad Productiva de la Economía Popular

UTEP – Unión de Trabajadores y Trabajadoras de la Economía Popular

YPF – Yacimientos Petrolíferos Fiscales

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
Capítulo 1	22
Políticas neoliberais, economia popular e políticas públicas voltadas para as mulheres.	22
1.1 A crise do capitalismo e as políticas neoliberais na Argentina	22
1.2 Crescimento dos movimentos sociais e a criação das entidades de economia popular..	25
1.3 Políticas públicas e políticas públicas voltadas para mulheres.....	31
Capítulo 2	35
Programa Ellas Hacen: política pública voltada para as mulheres da economia popular	35
2.1 As mulheres trabalhadoras, suas lutas contra a discriminação e as suas formas de organização na economia popular	35
2.2 O Programa Nacional Ellas Hacen	41
2.3 Implantação do Programa Ellas Hacen: oportunidades e desafios	44
2.4 O processo de criação das cooperativas, os entes executores e a participação das organizações sociais.	48
2.5 Conclusão da Formação Básica e articulação com o Plan FinEs	50
Capítulo 3	55
O Programa Hacemos Futuro e suas modificações	55
3.1 Contextualização do governo Macri e as ações reivindicativas da CTEP.....	55
3.2 As mudanças no Programa Ellas Hacen e a unificação no Programa Hacemos Futuro .	59
3.3 Implantação do Programa Hacemos Futuro: Entidades Executoras e Unidades de Capacitação.....	65
3.4 Hacemos Futuro em articulação com o Plano FinEs II no contexto de cortes no financiamento educativo.....	70
Capítulo 4	78
O Programa Nacional Potenciar Trabajo.....	78
4.1 O governo Alberto Fernández, a gestão da pandemia e a criação da UTEP	78
4.2 O Programa Nacional de Inclusión Socio-Productiva y Desarrollo Local – Potenciar Trabajo: principais características	82
4.3 Implantação do Programa Potenciar Trabajo, as organizações sociais como principais Unidades de Gestão e a vinculação dos beneficiários com atividades de formação	90
CONCLUSÃO.....	101
REFERÊNCIAS	106

INTRODUÇÃO

Para compreender a força dos efeitos provocados pelas políticas neoliberais na Argentina, primeiramente deve-se entender o modelo sociopolítico e econômico com incidência global, as suas origens e principais consequências na região.

Portanto, é preciso considerar o neoliberalismo como decorrência direta das crises cíclicas e estruturais que, como propõe Mészáros (2011), o sistema capitalista atravessa. A crise estrutural tem seu início na década de 1970 nos países centrais, derivada do esgotamento da forma de produção de mercadorias e da acumulação do capital. Posteriormente, a crise e as políticas neoliberais alcançaram a América Latina, nos anos de 1990.

O neoliberalismo apresenta-se como ofensiva do capital que, no intuito de manter o nível de acumulação, afeta a vida dos trabalhadores, manifestando-se na perda de direitos trabalhistas, em salários miseráveis, nas condições de exploração e superexploração do trabalho em vários países, nos altos índices de demissões e desemprego, dentre outros.

De acordo com Moraes (2001, p. 13), “o neoliberalismo constitui [...] uma ideologia, uma forma de ver o mundo, uma corrente de pensamento”. É um modelo econômico e político em contraposição ao Estado de Bem-Estar Social, que vê como adversários a planificação e a intervenção estatal no mercado, a organização trabalhista em centrais sindicais e a integração das massas populares na esfera política. Na América Latina, os “demônios dos neoliberais foram o Estado desenvolvimentista e nacional-populismo” (Moraes, 2001, p. 15).

Mendes e Peroni (2019) destacam que as transformações na vida social e política no modelo neoliberal, com a supressão dos direitos sociais e trabalhistas, a aplicação da lógica do mercado na esfera pública, assim como o avanço do neoconservadorismo não foram simplesmente aceitas pela população, o que exigiu um grande esforço de sujeitos individuais e coletivos, em geral, organizados em redes nacionais e internacionais responsáveis por influenciar as instâncias governamentais e a opinião pública.

Na Argentina, com a ditadura cívico-militar (1976-1983) e no governo Alfonsín (1983-1989) foram aplicadas políticas econômicas neoliberais, com abertura financeira e dívida externa. Porém, foi durante o governo Menem (1989-1999) que as políticas neoliberais foram duramente aprofundadas, com ajuste fiscal.

Mattei (2022, p. 13) aponta uma conceitualização para explicar o fenômeno da austeridade fiscal, “o inevitável sofrimento público que resulta quando nações e estados cortam benefícios públicos em nome da solvência econômica e da indústria privada.” Dessa forma, foram realizados cortes nos orçamentos públicos, especialmente nos investimentos sociais,

como educação pública, saúde e habitação, acrescidos de medidas, como a privatização de empresas estatais, redução salarial, repressão, desregulamentação do trabalho, dentre outros.

A educação começou a ser considerada serviço público e não mais direito social pelo qual o Estado é responsável. Segundo o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (ONU, 1966), os direitos sociais são aqueles que garantem a todas as pessoas as condições materiais e culturais necessárias para o desenvolvimento de uma vida digna e que exigem ações do Estado para sua concretização.

Nesse sentido, organismos internacionais, com especial interesse no setor, como o Banco Mundial (BM), a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), desempenharam papel chave na definição e financiamento das principais reformas educacionais (Rodrigo; Moyano Rodriguez, 2024).

O principal motivo foi para que o Estado nacional dispusesse de verba pública para o pagamento da dívida externa, aumentasse a eficiência dos gastos, diversificasse as fontes de receita e reduzisse custos, de modo a liberar-se progressivamente do compromisso com o financiamento das políticas sociais, dentre elas, os investimentos nos sistemas educativos.

Também foi incorporada a avaliação de resultados, por meio de estatísticas associadas aos sistemas de controle do campo empresarial e introduzidos critérios de concorrência entre as instituições para a atribuição dos recursos públicos (Tiramonti, 2005).

Na Argentina, o resultado da aplicação das políticas neoliberais e da reforma estrutural das instituições públicas, nos anos de 1990 e começo dos anos de 2000, aprofundou a precarização do trabalho, a exclusão social e geraram pobreza impactando diretamente na vida dos trabalhadores.

Para fazer frente a essa conjuntura, setores vulneráveis da classe trabalhadora se organizaram para fomentar formas produtivas comunitárias relacionadas a atividades, tais como, recuperação de resíduos, cozinhas comunitárias, serviços de limpeza, dentre outras, objetivando a sobrevivência e a reprodução da vida cotidiana. Assim surgiram as organizações da economia popular.

Grabois e Périco (2014) definem a economia popular como os processos presentes na cultura popular, baseados em meios de trabalho acessível e no trabalho precarizado e sem proteção. Ela inclui as atividades que surgiram como consequência da incapacidade do mercado para oferecer trabalho digno à população excluída.

Uma das primeiras organizações do setor da economia popular foi o Movimiento de Trabajadores Excluídos (MTE) criado no ano de 2002, que teve como ponto de partida o setor

da reciclagem e a recuperação de resíduos. “Y de esa experiencia acumulada nacieron otras: textil, consumos problemáticos, agricultura familiar, manteros y ambulantes, rural, construcción, socio-comunitario y liberados” (Liaudat; Tóffoli; Fontana, 2023, p. 19).

Assim, sobre a base de atividades econômicas já existentes, se articularam processos organizativos com o objetivo de lutar por melhorias das condições de trabalho e, em alguns casos, pelo direito ao trabalho (Liaudat; Tóffoli; Fontana, 2023).

A partir de 2003, com a chegada à presidência de Nestor Kirchner (2003-2007) e com a gestão de Cristina Fernández de Kirchner (2007-2015), o país experimentou uma etapa de crescimento econômico. Esses governos, caracterizados pela ampliação de direitos e redistribuição de renda voltada aos setores mais vulneráveis, impulsionaram uma série de políticas e programas destinados a promover a inclusão social.

Durante a década, o foco da agenda política esteve na restituição dos direitos dos trabalhadores, visando reverter a precarização e o desemprego da força de trabalho (Liaudat; Tóffoli; Fontana, 2023).

O modelo de desenvolvimento econômico com inclusão social, aplicado pelos governos Kirchner (2003-2015), foi benéfico para a população mais pobre. Mas, os movimentos e organizações sociais continuaram reivindicando seus direitos trabalhistas e demandando reconhecimento pelo Estado, fato que os levou a confluir em espaços de luta coletiva, como a Confederación de Trabajadores de la Economía Popular (CTEP) criada em 2011. Essa organização nucleou os trabalhadores excluídos do mercado de trabalho, que realizavam atividades econômicas e práticas sociais diversas orientadas à sua sobrevivência, com o uso de sua própria força de trabalho e com os recursos disponíveis.

Com o governo neoliberal de Mauricio Macri (2015-2019), os trabalhadores viram os seus direitos cerceados e a queda da qualidade de vida que tinham conseguido por meio de muita luta social e pela decisão política dos governos anteriores. Nesse contexto de desigualdade e exclusão social, os trabalhadores da economia popular organizados na CTEP e em outras organizações sociais tiveram especial protagonismo, resistindo à aplicação das políticas neoliberais por meio de mobilizações e com os propósitos de tornar a sua luta visível, reivindicar espaço político e exigir leis de proteção integral para os trabalhadores.

Em 2019, toma posse o governo de Alberto Fernández (2019-2023), que teve sua gestão marcada pela crise econômica agravada pela pandemia de Covid-19. Nesse cenário, o setor da economia popular fortalecido convergiu na criação da Unión de Trabajadores y Trabajadoras de la Economía popular (UTEP), em dezembro de 2019.

Uma das particularidades da gestão do governo Fernández foi a incorporação de militantes e referentes da economia popular em funções estatais. Desse modo, essas pessoas tiveram a seu cargo áreas, como as de economia social, associativismo, agricultura familiar e camponesa, atividades de reciclagem, urbanização de bairros populares e empresas recuperadas, dentre outras.

Segundo os dados do último relatório do Centro de Innovación de los Trabajadores (CITRA), de outubro de 2025, no primeiro trimestre, a população vinculada à economia popular tinha alcançado 3,9 milhões de pessoas, representando 27,1% da população economicamente ativa (PEA) da Argentina. Também, nesse documento, foram apresentados dados por gênero, indicando que o setor é majoritariamente feminino, compreendendo um total de 1.969.387 de mulheres, as quais conformam 30,9% da PEA, ou seja, três em cada dez mulheres ocupadas no país estão na economia popular (Balza; Soroche; Fernández Álvarez, 2025).

O interesse em estudar as mulheres trabalhadoras da Economia Popular reside no fato de que, com as crises econômicas que a Argentina atravessou em 1990, 2001, 2016, 2019 e 2020, e a crise que ocorre na atualidade, as mulheres tentaram manter os espaços coletivos de luta e se organizaram comunitária e coletivamente para enfrentá-las em seus territórios, dando visibilidade, por meio da luta política, às tarefas que anteriormente estavam confinadas no âmbito doméstico e levando-as aos bairros, às ruas (Gago, 2019).

Nesse sentido, o objeto de estudo deste trabalho é o Programa Nacional Ellas Hacen, como política pública e educacional da Argentina dirigida às mulheres trabalhadoras da Economia popular e as suas modificações ocorridas entre os anos 2013 e 2023.

O Programa Ellas Hacen consistiu na promoção da criação de redes de apoio e trabalho coletivo entre mulheres chefes de família, mães e vítimas de violência de gênero que se encontravam em situação de vulnerabilidade socioeconômica. O governo outorgou uma remuneração econômica às beneficiárias e, ao mesmo tempo, elas deviam participar de cursos para concluir a formação básica e cursos de formação profissional, com o objetivo de a posteriori, criar cooperativas de trabalho nos seus bairros e localidades.

O propósito do Programa consistiu em melhorar a qualidade de vida das beneficiárias, das suas famílias e comunidades, assim como fortalecer as suas capacidades pessoais e coletivas, melhorar sua autoestima, contribuindo ao reconhecimento sociofamiliar (Argentina, 2013).

O interesse pela temática surgiu a partir de uma experiência realizada no final de 2023, com a Red de Intercambio Técnico con la Economía Popular (RITEP), que permitiu estabelecer

o primeiro contato com representantes de movimentos sociais e da UTEP das províncias de Corrientes e Chaco, na região nordeste do país.

A partir da abordagem do tema, surgiram as seguintes questões investigativas: Quais foram as modificações, alcances e limites no desenvolvimento do Programa Nacional Ellas Hacen como política pública e educacional dirigida a mulheres da Economia Popular de 2013 a 2023, na Argentina? Quais foram as influências e intervenções da CTEP/UTEP para a concretização do Programa?

Para isso, propõem-se os seguintes objetivos

Geral: Analisar o Programa Ellas Hacen da Argentina, política pública e educacional direcionada às mulheres trabalhadoras da Economia Popular, no período de 2013 a 2023.

Específicos:

- 1) Analisar as modificações realizadas no Programa Nacional Ellas Hacen dirigidas às mulheres da Economia popular.
- 2) Identificar e analisar os principais resultados e dificuldades encontrados no desenvolvimento do Programa Nacional Ellas Hacen.
- 3) Analisar a atuação da CTEP/UTEP na elaboração e aplicação do Programa Nacional Ellas Hacen.

A escolha do período analisado se justifica pelo fato de que, durante essa década, os trabalhadores da economia popular, pertencentes a diferentes setores sociais, ramos produtivos e linhas políticas, junto com trabalhadores autônomos pobres, se organizaram unificando suas lutas e fortalecendo o espaço com a criação da CTEP e da UTEP. O período de estudo abrange não apenas os processos de organização coletiva e unificação da classe trabalhadora, mas também, o desenvolvimento de uma integração das lutas e reivindicações diante do Estado com mais força e alcance do que anteriormente.

Existem poucas pesquisas que analisam as mudanças ocorridas no Programa Ellas Hacen. Quando se trata do presente objeto de estudo, isto é, as políticas públicas e educacionais para o setor da economia popular na perspectiva de gênero e o papel da CTEP nesse processo, praticamente não se encontram estudos.

Assim se reforça a necessidade de analisar como foram redefinidos os objetivos, agentes e modalidades de intervenção e as lógicas subjacentes a cada modificação ocorrida no Programa, bem como a participação das mulheres organizadas na construção dessas políticas.

Considerando que atualmente há uma política promovida pelo governo de extrema-direita de Javier Milei de ataque aos direitos sociais e trabalhistas, cortes de financiamento do Estado, sobretudo, das políticas e programas voltados à economia popular, este estudo também se torna relevante, porque propõe um resgate e sistematização das políticas que colocam as mulheres trabalhadoras no foco da atenção. Além disso, trata-se de um exercício de memória política das reivindicações e lutas de gênero das trabalhadoras da economia popular, que, durante muitos anos, construíram conhecimento articulando coletivamente trajetórias, histórias, recursos e experiências (Gago, 2019).

Os procedimentos metodológicos utilizados na investigação foram a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental, com levantamento, seleção, leitura, documentação e análise de bibliografia e documentos.

Como pesquisa bibliográfica entende-se aquela que, segundo Gil (2008), se desenvolve a partir da análise de materiais previamente elaborados, como livros, artigos científicos, teses.

Aos materiais bibliográficos foram aplicadas técnicas de leitura para “identificar as informações e os dados constantes dos materiais; estabelecer relações entre essas informações e dados e o problema proposto, e analisar a consistência das informações e dados apresentados pelos autores” (Gil, 2008, p.74). Para tal, efetuou-se a leitura exploratória, seletiva, analítica e interpretativa das fontes, bem como o fichamento dos textos e a identificação de dados relevantes para a pesquisa. Para o desenvolvimento da pesquisa bibliográfica foram considerados livros, artigos científicos, teses e dissertações acadêmicas, selecionados por meio de consultas em repositórios nacionais e internacionais, tais como Scielo, Redalyc, CONICET, Servicio de Difusión de la Creación Intelectual (SEDICI).

Segundo Gil (2008), como pesquisa documental se compreende aquela que se desenvolve com o levantamento, seleção e análise de documentos oficiais, legislações, reportagens de jornais, fotografias, atas de entidades, entre outros. Esse tipo de pesquisa, como propõe Chizzotti (1991, p. 17), “pode ser um aspecto dominante em trabalhos que visam mostrar a situação atual de um assunto determinado ou intentam traçar a evolução histórica de um problema”.

Nesse sentido, e tendo em consideração que o objetivo desta pesquisa é analisar o percurso de uma política pública específica em um período de tempo, o procedimento de pesquisa aqui descrito se tornou uma estratégia fundamental, uma vez que reunir as informações documentadas “é indispensável para se conhecer o que já foi bem investigado, o que falta investigar, os problemas ainda controversos, obscuros, inadequadamente estudados ou que ainda persistem, reclamando novos estudos” (Chizzotti, 1991, p.17).

A pesquisa documental foi realizada por meio do levantamento, seleção, leitura e análise de resoluções, leis, documentos oficiais e documentos de entidades, como a CTEP e a UTEP. Para a localização desses materiais, foram utilizados os canais de domínio público do governo da Argentina, como a página de Información Legislativa y Documental (InfoLEG), o Instituto Nacional de Estadísticas e Censos (INDEC), o Repositório Histórico do Sistema de Información, Evaluación y Monitoreo de Programas Sociales (SIEMPRO), a página oficial da UTEP, entre outros.

É importante ressaltar que o desenvolvimento desta pesquisa esteve dificultado pela falta de acesso à documentação de domínio público sobre o tema, principalmente pela burocracia e a demora para obter a informação necessária, mas também pelo apagamento e eliminação de páginas oficiais do governo da Argentina, da ausência de relatórios de gestão, legislações que não se encontram disponíveis devido à atual reestruturação (para não dizer destruição) do Estado que o governo Milei está realizando.

A busca nas fontes bibliográficas e documentais baseou-se nas categorias de análise relacionadas com os conceitos necessários para explicar o problema de pesquisa e respondê-lo.

Para Nogueira e Di Giovanni (2015), políticas públicas são intervenções planejadas do poder público com a finalidade de resolver situações sociais problemáticas. Para Souza (2003, p. 13) a política pública é considerada um

[...] campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, ‘colocar o governo em ação’ e/ou analisar essa ação [...] e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações e/ou entender por que e como as ações tomaram certo rumo em lugar de outro. [...] Em outras palavras, o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real.

Os processos de elaboração de políticas públicas não são lineares, mas são entendidos como processos complexos atravessados por diversas dinâmicas de poder nas quais os interesses e lógicas dos governos ficam evidentes (Marques, 2013).

Quanto ao conceito de movimento social, observa-se uma variedade de posturas e definições. Opta-se pela definição de Castells (2001, p. 25), que entende os movimentos sociais como “[...] ações coletivas conscientes cujo impacto, tanto em caso de vitória quanto de derrota, transforma os valores e as instituições da sociedade.”

O texto encontra-se estruturado em quatro capítulos, além da introdução, da conclusão e das referências.

O primeiro capítulo, intitulado Políticas neoliberais, economia popular e políticas públicas dirigidas às mulheres, discute o processo da aplicação das políticas neoliberais na

Argentina e o consequente surgimento de organizações de trabalhadores excluídos do mercado de trabalho formal. Também apresenta a discussão teórica sobre o conceito de política pública e políticas públicas voltadas para as mulheres.

O segundo capítulo, denominado Programa Ellas Hacen: política pública voltada para as mulheres da economia popular, apresenta-se uma discussão teórica sobre a questão de gênero e as lutas das mulheres da economia popular, para posteriormente desenvolver a análise sobre o Programa Nacional Ellas Hacen descrevendo o contexto de surgimento da política e estabelecendo relações entre os conceitos e os marcos normativos da política e os modos de aplicação; assim como a articulação estabelecida com o Plano FinEs como política educacional, ressaltando a participação das organizações sociais na materialização do Programa e as oportunidades e desafios que se apresentaram.

O capítulo 3, intitulado O Programa Hacemos Futuro e suas modificações, começa com uma descrição das políticas do governo Macri e dos processos de unificação das lutas dos trabalhadores da economia popular para enfrentar a austeridade fiscal. Também apresenta a análise sobre as mudanças introduzidas pela nova gestão no Programa Ellas Hacen, o que levou a sua posterior revogação e a criação do Programa Hacemos Futuro, apresentando lógicas contrárias ao Programa anterior, e incidindo diretamente na vida das beneficiárias. Ainda aborda-se a articulação do Programa com o Plano FinEs, sob o contexto de cortes no orçamento público destinado à educação, e as percepções das mulheres titulares sobre a parte educacional da política.

O capítulo 4, denominado O Programa Nacional Potenciar Trabajo, traz uma descrição do governo Fernández, destacando a abertura da nova gestão para o setor da economia popular e a série de medidas socioeconômicas para atenuar os efeitos da pandemia de Covid-19, ao mesmo tempo em que se detalha o processo de criação da União de Trabalhadores e Trabalhadoras da economia popular (UTEP) e os espaços e atividades que ocuparam, sobretudo as mulheres, nos bairros e comunidades. Analisa-se o Programa Potenciar Trabajo, criado logo após a revogação do Programa Hacemos Futuro, identificando as semelhanças e as diferenças com os Programas anteriores.

Capítulo 1

Políticas neoliberais, economia popular e políticas públicas voltadas para as mulheres

Neste capítulo apresenta-se a discussão sobre a crise do capitalismo e a aplicação das políticas neoliberais na Argentina. A implantação dessas políticas resultou no aumento da pobreza e, conseqüentemente, no crescimento de movimentos sociais da classe trabalhadora, dentre os quais se destacam a criação e atuação de entidades da economia popular. Apresenta-se também debate sobre o conceito de políticas públicas e as políticas públicas voltadas para as mulheres, fundamentais para a discussão do tema.

1.1 A crise do capitalismo e as políticas neoliberais na Argentina

O capitalismo é um sistema socioeconômico que teve seu desenvolvimento ligado à Revolução Industrial e que organizou a produção em larga escala. Esse sistema está baseado em uma contradição central: a produção é coletiva, mas os lucros são privados. Tal contradição gera a desigualdade e limita o consumo para grande parte da população. Segundo Marx (2013), o sistema capitalista atravessa crises cíclicas e, desse modo, precisa se reinventar constantemente para aumentar a produtividade e manter o nível de acumulação do capital. Para isso, as grandes corporações, os empresários e os donos dos meios de produção, ou seja, a burguesia contemporânea, incorporam em suas fábricas e empresas novas maquinarias e tecnologias com o objetivo de elevar a produtividade e, conseqüentemente, aumentar os lucros. Dessa forma, se intensifica a exploração do trabalho.

O aumento da produtividade traz consigo o esgotamento de recursos naturais, tais como a água doce, o petróleo, os minerais, o solo, a flora, e a destruição da natureza em geral, com o desmatamento das florestas nativas, a contaminação das reservas de água doce, a poluição do ar, a exploração do solo com o monocultivo e a incorporação do pacote tecnológico, como sementes modificadas geneticamente, agrotóxicos, maquinarias, dentre outros. Nesse sentido, Mészáros (2011, p.11) aponta que “[...] o sistema de capital, por não ter limites para a sua expansão, acaba por converter-se numa processualidade incontrolável e profundamente destrutiva”.

Ao escrever sobre a crise estrutural do capital e a ofensiva neoliberal da burguesia para enfrentá-la, Mészáros (2011, p. 10) afirma que “[...] a esfera financeira nutre-se da riqueza gerada pelo investimento e da exploração da força de trabalho dotada de múltiplas qualificações e amplitude global”. Assim, nesse processo existe uma precarização geral das condições de vida digna em todas as dimensões: sociocultural, ambiental, política, econômica.

Segundo Moraes (2001), o neoliberalismo surge como um projeto econômico, ideológico, mas principalmente político, que tem por objetivo organizar e validar o capitalismo no final do século XX, sendo impulsionado a partir dos anos 1970 a 1980, com as eleições de Margaret Thatcher na Inglaterra e Ronald Reagan nos Estados Unidos da América (EUA). A ideia central é a do fortalecimento do livre mercado e a diminuição drástica do controle estatal na economia. O neoliberalismo indica a diminuição do papel econômico do Estado, dos investimentos nas garantias dos direitos sociais e a flexibilização e a precarização do trabalho, para que o mercado se expanda livremente.

Na Argentina, durante a ditadura (1976-1983), liderada por Jorge Rafael Videla, algumas medidas, que depois foram chamadas de neoliberais, tiveram início. Contudo, o neoliberalismo aparece de forma mais clara e intensa a partir do governo de Carlos Saúl Menem (1989-1999), com uma série de medidas econômicas, dentre as quais, o atrelamento peso-dólar foi uma das principais. Com o propósito de reduzir a inflação e restaurar a confiança na moeda local, iniciou o processo de dolarização da economia.

Porém, essa decisão política acarretou outras para compensar as indústrias e os exportadores prejudicados pelo baixo preço do dólar; desse modo, o governo estabeleceu a redução de impostos e concedeu subsídios às exportações, que afetaram as indústrias locais e a soberania do país, com a eliminação das retenções das exportações de matérias-primas, principalmente de alimentos (grãos e carne) e a abertura das importações (Palermo; Novaro, 1996; Novaro, 2010).

Contudo, os dólares que ingressavam no Estado não foram suficientes para financiar o gasto público, de modo que foram impulsionadas as terceirização e venda de serviços públicos ao setor privado (Novaro, 2010), como o que ocorreu com empresas antes públicas: Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF); Aerolíneas Argentinas; ENTel (Empresa Nacional de Telecomunicações); Alumínios Argentinos (ALUAR); Ferrocarriles Argentinos, dentre outras.

Liaudat, Tóffoli e Fontana (2023) apontam que o modelo político-econômico centrado na produção industrial, no mercado interno e na substituição das importações foi abandonado e, em seu lugar, foi adotado um regime livre-cambista voltado à valorização financeira, ao mercado agroexportador e ao capital internacional.

Desse modo, os governos neoliberais podem ser considerados pilares centrais para a reprodução do capital, uma vez que garantem o uso das instituições públicas para beneficiar o setor privado, atuando, inclusive, em muitas ocasiões, como o seu guardião, vendendo e atacando os direitos sociais de acordo com os interesses dos lobbies das corporações.

A Argentina assinou, em 1993, o Plano Brady¹ com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Um dos pontos do Plano era o compromisso da Argentina em completar a transferência da administração central das instituições escolares para os estados. Assim, o governo de Menem descentralizou o sistema educativo de nível médio e os institutos de formação superior, continuando o processo iniciado há mais de trinta anos, com o golpe de Estado de 1955, que criou as condições para as reformas descentralizadoras (Rodrigo, 2006) aplicadas a partir da década de 1970, com a descentralização do nível primário no regime ditatorial de Videla.

Por meio da lei nº 24.049 (Argentina, 1991), os sistemas educacionais de nível médio e dos institutos de formação superior, o financiamento e a gestão da educação foram transferidos para as jurisdições estaduais. Porém, vários estados encontravam-se sem condições orçamentárias para arcar com essa modificação, o que resultou no fechamento de muitos estabelecimentos educacionais e na transferência de professores e redução dos seus salários.

Por meio da lógica neoliberal, o governo reestruturou as relações entre as instituições, o Estado e a sociedade e, além da dimensão econômica, ocorreram sérias implicações na dimensão subjetiva com a promoção de valores, como os da meritocracia, do individualismo e do empreendedorismo, por enquanto [...] “el individuo se comprende como empresario de sí mismo, es también moralmente responsable de su destino, exitoso o frustrado” (Reynares, 2016, p. 291).

Esse movimento reverberou em constantes crises que repercutiram no mundo do trabalho. Para Mészáros (2011), o tipo de trabalho tradicional, mundialmente conhecido desde o século XX, está sendo substituído por novas e diversas formas de empreendedorismo, trabalho voluntário, formas que oscilam entre a superexploração e a autoexploração do trabalhador, culminando no que Antunes (2018) aponta como trabalho intermitente, sem limite de jornada, sem direitos trabalhistas e com políticas públicas ineficazes ou inexistentes que colocam o trabalhador em uma situação de extrema vulnerabilidade.

As modificações no mundo do trabalho afetaram a classe trabalhadora como um todo. Mas, como destaca Brandariz (2019), a pobreza na Argentina e no mundo tem rosto de mulher, visto que os impactos das crises econômicas e das políticas de ajuste fiscal recaem com maior intensidade sobre as mulheres. A fim de justificar esta afirmação se apresenta a Tabela 1, com

¹O Plano Brady foi uma estratégia econômica pensada pelo Secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Nicholas Brady, entre 1989 e 1997, pelo qual os países periféricos, principalmente os países latino-americanos endividados nas décadas de 1970 e 1980 reestruturaram e reprogramaram os pagamentos das dívidas externas. O Plano foi administrado e supervisionado pelo FMI por meio de reformas estruturais que incluíram privatizações, desregulamentações, abertura comercial e financeira, transferência aos mercados da função de distribuir os recursos sociais, dentre outros (Brenta, 2017).

dados do Boletín de Estadísticas Laborales según sexo (Argentina, 2025) correspondentes ao terceiro trimestre de 2024 na Argentina.

Tabela 1. Taxa de emprego, desocupação e emprego não registrado segundo sexo.

3º Trimestre 2024	Taxa de emprego		Taxa de desocupação		Taxa de emprego não registrado	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
	38,6%	51,7%	7,9%	6,2%	38,6%	34,7%

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do Boletín de Estadísticas Laborales según sexo (Argentina, 2025).

A Tabela reúne dados oficiais que ajudam a mostrar a exclusão que as mulheres sofrem no mercado de trabalho. Pode-se observar que a taxa de trabalho não registrado é maior para as mulheres, ou seja, trata-se de empregos informais em condições precárias e sem direitos trabalhistas. O Boletim também destaca que o desemprego afeta majoritariamente mulheres jovens entre 16 a 24 anos (21,6%) e entre 25 a 34 anos (9,7%), e mulheres com o ensino médio incompleto (11,9%) (Argentina, 2025).

Dados da Encuesta Permanente de Hogares (INDEC, 2023) indicam que a renda das mulheres na Argentina é 26,9% menor do que a dos homens, o que evidencia a desigualdade de gênero e as relações de poder e opressão do sistema patriarcal que se articulam com outras dimensões de exclusão, como classe social, raça, identidade de gênero, orientação sexual, nível de escolaridade, idade. Isso permite compreender as múltiplas formas de discriminação, exclusão e desigualdade que as mulheres sofrem na sociedade. As políticas econômicas que seguem a lógica capitalista neoliberal afetam, principalmente, as populações socialmente vulneráveis, a classe trabalhadora e, em especial, as mulheres.

Nesse sentido, e manifestando a resistência às políticas neoliberais, os trabalhadores constituíram novas formas de luta coletiva, que adquiriram especial protagonismo nos últimos anos na sociedade argentina, para reivindicar espaços, direitos e combater a crise socioeconômica. Os processos de conformação de organizações e criação de entidades sociocomunitárias são descritos no próximo item.

1.2 Crescimento dos movimentos sociais e a criação das entidades de economia popular

A história política da Argentina é atravessada pela atuação de novos movimentos sociais organizadores de parcelas da classe trabalhadora desempregada e excluída (Baraldo, 2009). São organizações que surgiram combatendo os processos de empobrecimento e vulnerabilidade

social resultantes da aplicação de políticas liberais e neoliberais. Esses movimentos convergiram em coletivos de luta, com estratégias diversas.

Desse modo, as experiências de organização, em especial de trabalhadores desempregados e fora do mercado de trabalho, se expandiram, adquirindo visibilidade nas esferas pública e política. Os trabalhadores utilizaram vários métodos coletivos para reivindicar seus direitos e expor a situação de precariedade em que se encontravam. Esses movimentos se definem pela construção de uma identidade em comum e pela luta política contra a exploração.

Com o avanço das políticas neoliberais, o desemprego aumentou e a identidade dos trabalhadores foi fragilizada, pois perderam os espaços de socialização e organização que encontravam no ambiente de trabalho. Muitas foram as formas de resistência criadas pela classe trabalhadora, como as associações de moradores, por exemplo, que se tornaram particularmente importantes, pois, por meio de assembleias e ações comunitárias, como a criação de refeitórios populares, se constituíram em centros de cooperação, mobilização, protesto coletivo e garantia de uma renda para a sobrevivência (Gamallo, 2017).

Outra expressão de resistência diante das políticas de esvaziamento do papel do Estado foram os protestos com bloqueios de vias públicas e estradas, conhecidos como piquetes. Esse tipo de protesto integrou várias entidades e movimentos sociais com o propósito de lutar por melhores condições de vida e contra o desemprego. As primeiras experiências surgiram no ano de 1996 na província de Neuquén, na Patagônia argentina, especificamente nas cidades de Plaza Huincul e Cutral Có, como luta dos trabalhadores do ramo petrolífero contra a privatização da empresa YPF.

Outros conflitos surgiram posteriormente em Salta, noroeste argentino, também em zonas petroleiras; na área metropolitana de Buenos Aires e em outras regiões, onde os trabalhadores empregaram essas práticas reivindicativas, com participação ativa de mulheres. Elas dividiram as tarefas entre ocupar vias públicas, manter as fogueiras acesas e preparar as comidas para o grupo mobilizado (Barrancos, 2019).

A maioria dos estudos, como, por exemplo, de Zibechi (2003), Burgos, Gluz e Karolinski (2015) e Casas (2015), considera os movimentos sociais como ações coletivas que contestam a ordem social, política e econômica dominante. Os autores explicam o seu surgimento como resposta às modificações no trabalho e às crises econômicas, sociais e de legitimidade política, compartilhadas pela maioria dos países latino-americanos, como consequência da implementação de programas de ajuste neoliberal.

Segundo Dal Ri (2021), não há consenso entre os pesquisadores acerca do conceito de movimento social, no entanto, pode ser entendido para definir as organizações que se estruturam

com o objetivo de criar associações entre pessoas e entidades com interesses em comum, para a defesa e promoção de certos fins diante da sociedade.

Na Argentina, esses movimentos e organizações sociais começaram a reivindicar direitos trabalhistas e reconhecimento estatal, confluindo em espaços de luta coletiva, como a Confederación de Trabajadores de la Economía Popular (CTEP), criada em 2011, pois se tornava imprescindível para os trabalhadores estabelecer estratégias conjuntas para suas demandas serem ouvidas e atendidas pelas esferas dos governos.

[...] al encontrarse fuera de los marcos tradicionales de acción y negociación colectiva, las organizaciones de trabajadores excluidos fueron madurando la necesidad de construir una herramienta gremial capaz de representar sus intereses, un sindicato de los trabajadores de la economía popular (Liaudat; Tóffoli; Fontana, 2023, p.128).

A criação da CTEP foi um marco nesse sentido, pois foi caracterizada por um espírito militante e disruptivo, “se autoproclamó como entidad gremial vinculada a la Confederación General del Trabajo (CGT)” (Muñoz; Villar, 2017, p.4). Porém, essa incorporação não esteve livre de conflitos internos e externos à CGT.

Os principais conflitos externos estiveram ligados à legislação que tolhia o direito à sindicalização dos trabalhadores da economia popular, pelo fato de não se enquadrarem na relação clássica entre capital e trabalho (Liaudat; Tóffoli; Fontana, 2023). No caso dos conflitos internos, alguns dirigentes da Confederação Geral apresentavam reticências para incluir os trabalhadores da economia popular, sobretudo pela magnitude que poderia ter um sindicato de trabalhadores desempregados e informais, o que poderia ocasionar um desequilíbrio nas estruturas de poder.

Muñoz e Villar (2017) apontam que as principais demandas da CTEP consistiam em obter reconhecimento legal como entidade sindical por parte do Estado, da CGT e de outras organizações sindicais e sociais, a regulação das suas condições de trabalho e a igualdade de direitos com os trabalhadores do setor formal.

A fundação da CTEP foi aprovada por unanimidade em evento de grande porte, que reuniu trabalhadoras e trabalhadores de diversas organizações e espaços produtivos, tais como: Movimento dos Trabalhadores Excluídos MTE, responsável pelo ramo dos recuperadores de resíduos urbanos; La Alameda, que reunia trabalhadores têxteis; Movimento Evita que se ocupava das cooperativas (Programa Argentina Trabaja); Movimento Nacional de Empresas Recuperadas (MNER), que representava esse setor; entre outras organizações de menor

dimensão²². É importante destacar que, embora as organizações da economia popular tenham predominância feminina, os dirigentes políticos das quatro organizações nomeadas eram homens, e no evento da criação da CTEP foram eles que conduziram o ato principal.

O surgimento da CTEP ocorreu no contexto de implantação de políticas públicas para melhorar a qualidade de vida da população, como no caso do Sistema Previdenciário, com a reestatização das Administradoras de Jubilaciones y Pensiones (AFJP) e o programa de Moratorias Provisionales para trabajadoras domésticas e programas sociais de proteção à infância e à adolescência, tais como, a Asignación Universal por Hijo (AUH), a Asignación Universal por Embarazo, o Plano PROGRESAR, para estudantes do ensino médio e universitários, dentre outros (Danani, 2016).

Liaudat, Tóffoli e Fontana (2023), afirmam que essas e outras políticas públicas e econômicas aplicadas pelos governos Kirchner, entre 2003 e 2011, resultaram no aumento do emprego formal, revigoraram o papel dos sindicatos e colocaram em prática um conjunto de medidas que diminuiu o trabalho informal. Porém, os autores indicam que apesar da redução do desemprego de 23,3 % em 2002 para 7,3 % em 2010 e da melhoria dos indicadores macroeconômicos, os movimentos sociais concluíram que os empregos não se traduziam em formas dignas, visto que as oportunidades não eram suficientes para todos.

A CTEP surgiu para lutar por direitos trabalhistas e sociais que os trabalhadores excluídos do mercado não possuem. Segundo o artigo n. 14 bis da Constituição Nacional Argentina, o trabalho, nas suas diversas formas, está protegido pelas leis que garantem aos trabalhadores condições dignas e equitativas de trabalho, jornada limitada, descanso e férias remuneradas, salário-mínimo, proteção contra demissão arbitrária, livre organização sindical, seguridade social, aposentadoria, acesso à moradia digna, compensação econômica familiar. (Argentina, 2023a). Porém, as leis não garantem, por si mesmas, a implantação na prática.

Grabois e Pérsico (2014) indicam que os trabalhadores da economia popular, com suas diferentes atividades produtivas de subsistência e organizações, lutam por melhores condições de trabalho, pela jornada de trabalho máxima de oito horas, pelo salário-mínimo para todos, por férias pagas e descanso dominical, seguro de saúde, seguro contra riscos de trabalho e acidentes, turismo, lazer e esporte popular, direito a formar sindicatos, por terra para cultivar e moradia para viver.

Nesse sentido, uma das ações mais inovadoras da CTEP foi a criação da Asociación Mutual Senderos, em dezembro de 2012, com o objetivo de garantir o acesso à saúde integral

²²<https://somosalameda.org.ar/acto-fundacional-de-la-confederacion-de-trabajadores-de-la-economia-popular-ctep/>

para os trabalhadores da economia popular e às suas famílias (Liaudat; Tóffoli; Fontana, 2023). Atualmente, a Mutual Senderos oferece um Plano de Saúde Familiar e Comunitário baseado na atenção e prevenção de doenças, na promoção e educação para a saúde (UTEP, 2026).

A CTEP destacou-se também na organização política e sindical, na formação de quadros dirigentes, na influência na agenda legislativa e governamental e no fortalecimento e divulgação da economia popular como conceito, em diversos setores produtivos.

A partir disso, as organizações sociais continuaram avançando na unidade dos seus movimentos, buscando o reconhecimento e a legitimidade diante do Estado, e conseguindo, em 2019, criar o primeiro sindicato de trabalhadores e trabalhadoras da economia popular, a Unión de Trabajadores y Trabajadoras de la Economía Popular (UTEP). A UTEP constitui-se como sindicato, o que lhe deu maior visibilidade e poder organizativo entre os movimentos sociais, gerando a unificação do discurso e das reivindicações diante do Estado e da sociedade, além da capacidade de incidir nas agendas dos governos, por meio de mobilizações e manifestações públicas.

A UTEP se define como um ente que representa e defende os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras excluídos do mercado de trabalho. Surge da unificação da personalidade jurídica de movimentos sociais, tais como, a CTEP, a Barrios de Pie, a Corriente Clasista y Combativa (CCC), a Frente Popular Darío Santillán e outras organizações menores (UTEP, 2026).

A economia popular na Argentina cresceu como consequência da crise econômica e do aumento da pobreza, consolidando-se como alternativa de sobrevivência para trabalhadores informais. Considera-se a economia popular como um conjunto de atividades econômicas desenvolvidas pelos trabalhadores excluídos do mercado de trabalho e realizado em unidades produtivas dotadas de meios de produção acessíveis e organizadas com características da cultura popular (RITEP, 2023).

Segundo Guelman (2024, p. 4), a produção e os modos que os trabalhadores adotam foram abordados

[...] desde diversas denominaciones que dan cuenta de um debate académico em torno a las nociones de economía social, economía solidaria, economía del trabajo, economía informal y economía popular (Coraggio, 2007; Sarria Icaza y Tiriba, 2003). Nosotros los denominamos Economía Popular.

Para Dal Ri (2004, p. 22),

O termo economia solidária abriga uma realidade bastante diversificada, abrangendo diferentes setores produtivos e envolvendo diversas categorias sociais. Inclui desde grupos informais e organizações econômicas populares

constituídas pelos setores mais marginalizados da periferia até empresas e cooperativas prósperas de médio e pequeno porte.

Segundo Coraggio (2020), economia popular e economia social e solidária são conceitos distintos, embora relacionados, que buscam alternativas ao modelo econômico capitalista. Economia popular se refere a atividades econômicas desenvolvidas por grupos de baixa renda, com foco na reprodução da vida.

O funcionamento dessa economia depende da produção organizada pelos trabalhadores para o autoconsumo e para venda, dos rendimentos derivados dessas atividades, e do acesso público ou subsidiado aos bens públicos como saúde, educação, transporte, dentre outros. Para o autor (2020), esta economia é parte da economia capitalista, pois se limita a reproduzir o sistema existente que quer transformar.

A economia social e solidária, embora inclua a economia popular, possui caráter mais amplo, englobando formas de organização econômica baseadas na cooperação, autogestão e solidariedade. É conformada por organizações, redes de empreendimentos de trabalhadores que nucleiam atividades, ampliando ações e objetivos particulares com fins coletivos. Apresenta-se como uma proposta de construção de um sistema econômico de reconhecimento das necessidades de todos e contribuição comunitária para sua satisfação. É organizada por meio das relações sociais de produção e intercambio baseado na reciprocidade, na competência cooperativa, no mercado justo, no reconhecimento do outro como parceiro, e não na exploração do trabalho alheio (Coraggio, 2020).

Pode-se pensar na filosofia da economia social e solidária como

[...] una línea estratégica y superadora de la mera redistribución de medios de vida [...] es el desarrollo de posibilidades de trabajo productivo de calidad, asociado y autogestionado por los trabajadores, con autonomía política y un grado significativo de autarquía (Coraggio, 2020. p.5).

Segundo Guelman (2024, p. 4), o conceito de economia popular é utilizado na América Latina desde os anos de 1990³ “[...] pero en Argentina es utilizada por los movimientos populares desde las prácticas concretas, asociada al protagonismo de la CTEP y la UTEP, representando las reivindicaciones de trabajadores no asalariados (Maldovani, 2017)”.

Para Sarria Icaza e Tiriba (2003), economia popular é o conjunto de atividades econômicas e de práticas sociais desenvolvidas pelos setores populares e orientadas para

³ No Brasil, encontram-se experiências, no final da década de 1980, na nomeada Economia Popular e Solidária (EPS), por meio da execução de Projetos Alternativos Comunitários (PACs) incentivados e financiados pela Cáritas Brasileira, com o objetivo de aperfeiçoar os instrumentos de apoio às iniciativas coletivas sustentáveis de desenvolvimento com o envolvimento de trabalhadores desempregados e informais (Vieira, 2020).

garantir a satisfação de suas necessidades básicas, materiais e não materiais, com o uso de sua própria força de trabalho e com os recursos disponíveis.

A principal entidade estudada integra o campo da economia popular e, como setor amplamente feminino, é necessário entender como são formadas e operam as estruturas do poder patriarcal, os estereótipos de gênero e a divisão sexual do trabalho na configuração da sociedade atual, que levam à subordinação das mulheres nos mais diversos âmbitos: educação; mercado de trabalho formal; cultura; ciência; política, dentre outros; debate que será abordado no próximo capítulo.

No próximo item são apresentadas conceitualizações sobre as políticas públicas e as políticas públicas direcionadas às mulheres, discussões essenciais para a análise do tema aqui trabalhado.

1.3 Políticas públicas e políticas públicas voltadas para mulheres

As políticas públicas, segundo Secchi (2014), são um conjunto de orientações e ações desenhadas para enfrentar os problemas públicos. Para o autor (Secchi, 2014), as políticas públicas apresentam dois elementos fundamentais: a intencionalidade pública, ou seja, razão para a formulação da política, e a resposta a um problema público, entendido como coletivamente relevante. Souza (2003, p. 12) aponta que não existe uma única definição sobre o que seja política pública, porém, a maioria das definições guia a análise para os espaços onde há disputas em torno de interesses e preferências e, assim, ideias são desenvolvidas por governos. O campo da formulação das políticas públicas configura-se como um âmbito complexo e dinâmico, no qual interagem relações e lutas de poder entre os diversos setores sociais para a inclusão das suas problemáticas na agenda pública.

É preciso destacar que existe uma relação intrínseca entre regime político, governo e políticas públicas, entendendo o regime político como o ordenador do Estado, que lhe atribui identidade própria, define os sentidos normativos e os objetivos das instituições, estabelece os princípios e códigos específicos que regulam a sociedade, adjudica poder e autoridade formal aos governantes. Portanto, os regimes políticos definem as formas de governo e os modos de governar (Medellín Torres, 2006).

Medellín Torres (2006) considera que a definição das políticas públicas depende, assim, da interação de múltiplos fatores, por um lado, a forma como os governantes utilizam os recursos institucionais e as práticas culturais para atingir objetivos determinados, por outro, os embates entre as distintas forças de poder que procuram impor projetos políticos e ideológicos ao governo. Também influencia o nível ou grau de transformação do poder estatal em poder

burocrático, uma vez que pode obstruir ou favorecer esses objetivos, bem como os mecanismos de comunicação que estruturam a relação entre governantes e cidadãos.

Portanto, a análise das políticas públicas não pode basear-se unicamente na revisão de leis, planos ou programas, ou em conhecer as intenções e objetivos dos seus produtores. É importante, como afirma Tenti Fanfani (2019), compreendê-las no seu processo de construção social, que acontece não apenas nos centros de decisão ministeriais ou de governo, mas também nos territórios e instituições, considerando-os não como executores passivos dos planos e programas, mas como contribuintes fundamentais na sua constituição como políticas.

[Las políticas] No son el resultado de un simple proceso de decisión que ocurre en un momento determinado del tiempo. Si se mira su construcción como un proceso, se puede analizar cuáles fueron los actores, los intereses, las relaciones de fuerza, las políticas alternativas que se dejaron de lado, en los diversos niveles de diseño y ejecución, desde el central hasta el local e institucional, pasando por los niveles intermedios (Tenti Fanfani, 2019, p. 30).

Deste modo, pode-se compreender as políticas públicas como as intervenções que o Estado realiza, que modelam as formas de vida, de produção e reprodução de determinados grupos sociais (Garcia; Vaghi, 2018). Portanto, o Estado não é neutro, visto que, por ação ou omissão, estabelece e sustenta padrões simbólicos do ser e dever ser, que se manifestam nas desigualdades, no caso particular desta análise, nas desigualdades de gênero, sociais e econômicas.

Assim, é fundamental que o Estado desenhe e aplique políticas públicas que incluam a perspectiva de gênero, ou seja, políticas que considerem a realidade em que atuam em que atuam, constituída por sujeitos sociais que enfrentam discriminações, dentre as quais a de gênero é uma das mais predominantes (García; Vaghi, 2018).

Caracciolo, Foti e Sanchís (2011) apontam que os governos, para atenuar a crise do começo do século XXI na América Latina, basearam-se em medidas universais de sustento às famílias, seja em forma de subsídios diretos ou apoio financeiro a pequenos projetos produtivos, de forma a assegurarem a reprodução dos trabalhadores e a inclusão social. Ao mesmo tempo, as autoras destacam que as destinatárias de tais programas foram, na maioria dos casos, as mulheres, uma vez que a sociedade e, por conseguinte, o Estado assumem como funções naturais das mulheres as tarefas de reprodução social da vida (Caracciolo; Foti; Sanchís, 2011).

Por outro lado, Pizarro (2022) afirma que o fato de as políticas e programas se destinarem às mulheres, não as torna políticas com perspectiva de gênero.

[...] para que exista una formulación de políticas públicas con perspectiva de género es preciso que se produzca un estudio-diagnóstico de género que, al identificar y describir la situación y características del objeto de estudio y

transformación en cuestión, tome en consideración las diferencias entre mujeres y hombres, y en un plano causal, analizando los factores que generan desigualdades y evaluando la factibilidad de modificarlas (Pizarro, 2022, p. 5).

No caso das mulheres trabalhadoras da economia popular, as agendas que elas estabelecem nas suas organizações se apresentam como instrumento público de disputa e negociação com os governos, enquanto funcionam como ferramentas essenciais para alcançar a institucionalização das suas reivindicações em leis e programas que reconheçam seus direitos e garantam proteções (Deux Marzi et al., 2023).

Porém, o secretário geral da UTEP, Esteban Castro (RITEP, 2023), afirma que existe uma desconexão nas formulações políticas em relação aos trabalhos e atividades realizadas no âmbito da economia popular. Indica que “el discurso político actual se encuentra vaciado del concepto de economía popular” (RITEP, 2023, p.7).

[...] hay un enorme trabajo vinculado a la economía del cuidado, llevado a cabo por un sinfín de compañeras de la economía popular, que, sin embargo, desde la mirada de muchos dirigentes es pensado como un ‘mientras tanto’, como una situación de transición hasta que puedan conseguir un trabajo con todos los derechos que les corresponde. (RITEP, 2023, p.7).

Desse modo, conforme aponta Gamallo (2017), os programas e planos que têm surgido como políticas transitórias com o objetivo de melhorar as condições de vida e exclusão dos setores vulneráveis, com o tempo e o aprofundamento das medidas neoliberais foram se transformando em intervenções permanentes e consolidando a divisão entre os trabalhadores protegidos pelos seguros contributivos derivados do emprego registrado e aqueles que se encontram fora desse sistema. Embora essas políticas, não solucionem problemas sociais estruturais, como a pobreza, da perspectiva dos destinatários, elas se constituem em mudança substancial na qualidade de vida, significando o acesso a direitos que antes lhes eram negados, como educação, saúde, trabalho, cultura, lazer, dentre outros.

Os movimentos e organizações sociais da economia popular, em suas históricas lutas pela equiparação dos seus direitos com os dos trabalhadores formais, têm reivindicado do Estado reconhecimento, conseguindo, nos últimos anos, uma abertura para o setor, sobretudo com a formação da coalizão política Frente de Todos e a designação de alguns dos militantes como funcionários estatais (Logiudice, 2023). Desse modo, essas pessoas ficaram responsáveis por áreas como áreas como as de economia social, agricultura familiar, camponesa e indígena, atividades de reciclagem, urbanização de bairros populares e empresas recuperadas, dentre outras. Mais recentemente, em 2021, o ingresso de uma trabalhadora da economia popular à Câmara de Deputados da Nação representou um avanço fundamental nesse processo.

No próximo capítulo discutem-se os processos de discriminação das mulheres e como elas têm conformado diversos espaços e entidades de luta para a defesa e reivindicação dos seus direitos. Apresenta-se também a análise do Programa Nacional Ellas Hacen como política pública e educacional destinada a mulheres em condição de vulnerabilidade social e econômica, desenvolvida entre os anos 2013 e 2015 na Argentina, destacando o papel da CTEP na abordagem territorial e na implantação do Programa.

Capítulo 2

Programa Ellas Hacen: política pública voltada para as mulheres da economia popular

2.1 As mulheres trabalhadoras, suas lutas contra a discriminação e as suas formas de organização na economia popular

Com a Revolução Industrial, os modos de trabalho e produção desenvolvidos até então se modificaram e instituiu-se uma nova ordem na vida familiar que precisou de uma divisão de tarefas entre homens e mulheres (INADI, 2022). Assim, a esfera pública, centrada na vida produtiva e econômica, passou a ser quase exclusivamente do sexo masculino, e a esfera privada e doméstica, junto com a satisfação das necessidades da casa e da família, ficou para o sexo feminino (INADI, 2022).

As formas pelas quais essa divisão sexual do trabalho se sustenta e se legitima estão enraizadas em padrões hegemônicos (Butler, 2007), culturais e simbólicos, que diferenciam as atividades de produção das de reprodução da vida social, naturalizando o papel das mulheres nessas funções. Analisar esses fatores da perspectiva de gênero permite compreender como se criam e perduram sistemas sociais de representação, a partir de um determinado ponto de vista, considerando como as interações entre o poder capitalista e o patriarcado condicionam a vida em sociedade, reproduzindo constantemente preconceitos e estereótipos de gênero.

Neste trabalho, sexo e gênero não são compreendidos como conceitos equivalentes. A perspectiva de gênero adotada parte das contribuições de Butler (2007), para quem o gênero não deve ser entendido como uma consequência natural e necessária do sexo, mas como uma construção produzida e reiterada nas relações sociais e culturais. Desse modo, a categoria gênero permite analisar como determinadas características, funções e comportamentos são socialmente atribuídos às mulheres e aos homens e passam a ser percebidos como naturais.

Assim, quando forem utilizados dados estatísticos classificados segundo o sexo, será mantida a denominação empregada pela própria fonte, enquanto a categoria gênero será mobilizada na análise das relações sociais, das desigualdades e dos processos de construção dos papéis atribuídos às mulheres.

O patriarcado constitui-se como uma estrutura social, política e econômica baseada na autoridade do homem e no domínio masculino sobre a mulher, que se manifesta através de um conjunto de privilégios que produzem e reproduzem condições de desigualdade e injustiça, naturalizadas em múltiplas ocasiões (Garcia; Vaghi, 2018).

O relatório elaborado pelo Instituto Nacional contra a Discriminação, a Xenofobia e o Racismo da Argentina (INADI) de 2019 indicou que 46% das mulheres entrevistadas

declararam ter sofrido discriminação pela sua condição de mulher (INADI, 2022). Os espaços nos quais elas afirmam ter padecido mais situações discriminatórias são nas redes sociais e internet (85%), no âmbito educativo (81%) e no âmbito de trabalho (77%) (INADI, 2022).

Kimberly Crenshaw (2002) propõe o conceito de interseccionalidade para explicar o modo como operam as categorias de opressão, como racismo, sexismo, classe social, etnia, idade, entre outras, que não operam isoladamente, visto que se encontram sobrepostas. Deste modo, criam-se vulnerabilidades e formas de discriminação específicas vivenciadas majoritariamente pelas mulheres, que não podem ser compreendidas analisando-se apenas o gênero, a classe ou a raça isoladamente.

Por outro lado, segundo Angulo et al. (2011), as mulheres que participam dos setores produtivos desempenham suas atividades, principalmente, em profissões ou funções que são extensões das tarefas domésticas, ou no setor do mercado informal, caracterizado por empregos precários, de baixa remuneração e sem proteção social, que apresentam menores barreiras para o acesso.

Dessa maneira, fazer a discussão sobre o trabalho e as tarefas feminizadas é uma questão fundamental, pois elas limitam a participação das mulheres na esfera pública, produtiva e do trabalho remunerado em função do desempenho e da responsabilidade que assumem nas tarefas domésticas e de cuidados (Angulo et al., 2011).

Gago (2019, p. 123) aponta que “[...] no se explica la división sexual del trabajo sin los mandatos patriarcales que la sustentan”. Ao mesmo tempo, a divisão sexual do trabalho constitui, essencialmente, um mecanismo do modelo de acumulação capitalista ao tornar invisíveis os custos de manutenção da força de trabalho (Angulo, 2011). O sistema produtivo não reconhece como sujeitos econômicos as mulheres que realizam essas tarefas, embora as atividades de reprodução da vida sejam a base que, até hoje, sustenta o sistema capitalista.

Os dados do Boletim de Estatísticas do Trabalho apresentam uma concisa divisão por sexo da população ocupada na Argentina, mostrando a desigualdade que existe nos diversos ramos produtivos. Os dados destacam a predominância de mulheres nas atividades de ensino, serviços sociais e de saúde, trabalho doméstico e serviços comunitários, como se pode observar na Tabela 2.

Tabela 2. Distribuição da população ocupada segundo ramo de atividade e sexo. 3º trimestre. 2024.

Rama de atividade	Mulheres	Homens
Atividades primárias	0,4%	1,5%
Indústria de manufatura	8,4%	12,2%

Construção	0,8%	15,4%
Comércio	17,9%	19,4%
Hotéis e restaurantes	5,2%	4,9%
Transportes, armazenamento e comunicações	3,2%	11,3%
Serviços financeiros, imobiliários, de arrendamento e empresariais	10,5%	12,3%
Ensino	13,6%	4,4%
Serviços sociais e de saúde	11,3%	3,5%
Trabalho doméstico	13,1%	0,5%
Outros serviços comunitários, sociais e pessoais	15,3%	13,1%
Outros ramos	0,3%	1,5%

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do Boletín de Estadísticas Laborales según sexo (Argentina, 2025).

A distribuição da população nas diversas ocupações mostra a divisão sexual no mercado de trabalho e a existência de profissões social e culturalmente feminizadas, relacionadas aos âmbitos da educação, da saúde e do serviço social e comunitário. O Boletim também destaca a elevada taxa de população feminina assalariada não registrada no ramo do trabalho doméstico (35,1%), em contraste com a população assalariada registrada (6%), indicando que este setor ainda se encontra no mercado de trabalho informal (Argentina, 2025).

Desde a Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher realizada em Beijing, em 1995, os países têm sido instados a realizar estudos periódicos sobre o uso do tempo no trabalho não remunerado, com o propósito de torná-lo visível e reconhecer seu valor. Regionalmente, a partir da Décima Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e o Caribe realizada em 2007 (Quito, 2007), os países concordaram em apoiar uma série de ações em prol dos direitos das mulheres (INDEC, 2014).

O relatório elaborado pelo Instituto Nacional de Estadísticas y Censos (INDEC, 2014) proporciona dados do terceiro trimestre de 2013 apontando que, em nível nacional, 88,9% das mulheres dedicaram em média 6,4 horas do seu dia ao trabalho doméstico, tarefas de apoio escolar e cuidado de pessoas. Esse dado difere da taxa de participação dos homens, que é de 57,9% com uma média de 3,4 horas por dia.

As tarefas de cuidado que as mulheres realizam adicionadas à jornada de trabalho remunerada resultam em um fenômeno denominado tripla jornada de trabalho, que gera sobrecarga física, emocional e social, além da carga que implica o planejamento e a coordenação antecipados das necessidades familiares. Essa condição reforça as desigualdades de gênero existentes, como a insegurança e a precariedade no trabalho e a disparidade salarial, ao mesmo tempo em que traz graves consequências para a saúde integral das mulheres.

Uma matéria do jornal El Destape de Solano (2025) aponta que, no caso das mulheres de bairros populares, a tripla jornada de trabalho “se ha convertido prácticamente en la forma contemporánea de la pobreza y la explotación feminizada,” uma vez que “son ellas quienes combinan empleo, formal e informal, con tareas domésticas y de crianza, y las actividades propias de la organización territorial y el trabajo comunitario.” Atividades e tarefas que são realizadas “en condiciones precarias o en espacios sin infraestructura adecuada, cuyo objetivo es brindar contención y ayuda a cientos de personas del territorio que lo necesitan” (Solano, 2025).

Em relação à problemática da feminização da pobreza, o relatório regional sobre o Desenvolvimento Humano para a América Latina e o Caribe (ALC) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento indica que “en ALC, las mujeres son particularmente vulnerables a la pobreza: en 2023, por cada 100 hombres que vivían en hogares pobres, había 121 mujeres en la misma situación (CEPAL, 2023 *apud* PNUD, 2025). No caso da Argentina, a situação não é diferente, visto que o relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) Mulheres sobre o Perfil do país apontou que no ano 2023 havia 109 mulheres em condição de pobreza extrema a cada 100 homens (ONU, 2024).

Barrancos (2019) afirma que a aplicação das políticas neoliberais durante o governo Menem, com a consequente perda de trabalho dos homens chefes de família, implicou a saída das mulheres do espaço doméstico em procura de empregos para garantir a subsistência, o que significou o aumento da participação feminina na população economicamente ativa (PEA) mas também acarretou maiores taxas de desemprego.

Também foram as mulheres, sobretudo as mães, as que advertiram sobre a crescente desestabilização das suas famílias, a fragilidade emocional e psicológica dos seus esposos, a escassez de recursos e a falta de oportunidades que afetava os seus filhos (Barrancos, 2019).

Assim, diante da perda de direitos sociais e trabalhistas surgiram novas modalidades de resistência (Barrancos, 2019), referidas anteriormente, tais como protestos, manifestações, acampamentos, piquetes, assembleias comunitárias, criação de entidades coletivas de trabalhadores, dentre outras, nas quais as mulheres tiveram papéis fundamentais.

Nesse sentido, segundo García (2020), a economia popular constitui um espaço organizativo, não apenas para os trabalhadores de uma determinada unidade produtiva, mas também para as famílias em geral. Dessa maneira, é necessário considerar as funções das mulheres nessas entidades, uma vez que além da atuação nas atividades produtivas, são elas as que majoritariamente realizam as tarefas domésticas e de cuidado.

Por outro lado, a resolução das necessidades econômicas das mulheres na economia popular não se produz individualmente, pois os seus ingressos são atravessados pelas necessidades dos grupos aos quais pertencem, às redes e relações com as quais elas interagem, que se configuram além das suas famílias; muitas delas sustentam redes comunitárias, ajudas sociais e militância local, que permitem o acesso a direitos, como alimentação, trabalho e programas sociais (García, 2020). No entanto, muitas contradições ainda estão presentes.

Segundo Dal Ri (2015), nas organizações de trabalho associado, incluídas as de economia popular, as relações de gênero se modificam. Porém, as relações sociais predominantes na sociedade afetam também as organizações sociais, solidárias e da economia popular.

Essas relações de trabalho diferenciadas tendem por si mesmas a alterar as relações profissionais e educacionais tradicionalmente existentes entre homens e mulheres em sentido favorável às mulheres. Contudo, é necessário considerar que esses empreendimentos encontram-se imersos na cultura predominante na sociedade que é machista e capitalista. Portanto, uma grande parte das determinações sociais segue presente no cotidiano desses coletivos de trabalhadores (Dal Ri, 2015, p. 121).

Assim, as mulheres trabalhadoras e, em particular, as do setor da economia popular, há muitos anos vêm lutando de forma organizada contra a hegemonia do poder exercida por homens, assumindo que,

[...] la lucha anticapitalista no puede ser efectiva si no incorpora también la lucha contra el patriarcado [...] responsable de la reproducción cultural y social de estereotipos y mandatos jerárquicos que ponen a hombres y mujeres en lugares de subordinación e imposición de unos sobre otras (Korol, 2007, p.71).

Em relação ao reconhecimento e incorporação dos assuntos de gênero nas entidades e organizações da economia popular, Liaudat, Tóffoli e Fontana (2023) indicam que o Movimento de Trabalhadores Excluídos (MTE), que integra a CTEP, já contava com uma trajetória vinculada a tais temáticas, mas sem explicitá-las diretamente. A preocupação encontra-se presente desde o início do movimento, com ações destinadas a reduzir as desigualdades entre trabalhadores e trabalhadoras, promover que as mulheres assumissem funções de representação ou direção⁴, dentre outras iniciativas.

As mulheres da CTEP, no Espaço de Mulheres e Diversidades, articularam-se com outros movimentos sociais e dirigentes políticos para apresentar ao Congresso Nacional um

⁴ Infelizmente, não foram encontrados nos documentos da CTEP ou do MTE informação específica sobre a caracterização da representatividade das mulheres nos espaços e funções ao interior dessas organizações.

Projeto de Lei de Emergência Pública Nacional Social pela Violência de Gênero⁵, em maio de 2019, que “solicita respaldo presupuestario para que el Instituto Nacional de las Mujeres cumpla su función de órgano de aplicación de la Ley N° 26.485 de protección integral para prevenir, sancionar y erradicar la violencia contra las mujeres” (Bruno, 2020, p. 11).

Por outro lado, com o surgimento da UTEP, continuaram os debates sobre o reconhecimento das tarefas de cuidado como tarefas feminizadas e de reprodução social e comunitária, que levaram à conformação do ramo socio-comunitário na entidade (García, 2020). Nesses espaços, segundo García (2020), as mulheres não somente desenvolveram experiências de organização locais, mas também promoveram a melhoria das condições de vida dos habitantes dos seus bairros, sustentando o bem-estar coletivo perante a insuficiência das instituições estatais na garantia dos direitos. Desse modo, as trabalhadoras se organizaram para solucionar as necessidades alimentares, de saúde, de educação, de acolhimento a mulheres em situação de violência, lutando também em prol da integração urbana, pelo acesso à terra e moradia digna para a comunidade.

Como foi exposto, as mulheres enfrentam desigualdades cotidianamente, no acesso ao mercado de trabalho formal, em muitos casos, em condições precarizadas, à disparidade na renda recebida comparada à dos homens, à escassa ou nula participação feminina em espaços de poder e decisão, em setores públicos e privados, à dupla ou tripla jornada de trabalho, devido à sobrecarga nas atividades domésticas e de cuidados, dentre outras.

Essas assimetrias e iniquidades são produto de construções histórico-culturais e, por conseguinte, podem ser combatidas ou modificadas mediante o debate social e as políticas públicas (García; Vaghi, 2018). Nesse sentido, Pautassi e Rico (2011) indicam que a intervenção do Estado deve ser transversal e pode fazer diferença na qualidade de vida da população, por meio da redistribuição de recursos para as famílias, na disposição de serviços públicos de cuidado e exigir a oferta destes no setor privado, no estabelecimento de regulações, incentivos e sanções para evitar a discriminação de gênero no mercado de trabalho formal.

No caso da economia popular, Muñoz e Villar (2017) argumentam que sem a intervenção do Estado e das organizações, as pessoas podem integrar-se na economia capitalista formal de modo flexível e sem garantias e direitos trabalhistas. Assim, a elaboração e aplicação de políticas públicas por parte do Estado é fundamental para o desenvolvimento da economia popular e para a melhoria integral das condições de vida das trabalhadoras que encontram nela o sustento diário.

⁵ O Projeto de Lei foi apresentado em ambas as Câmaras do Congresso Nacional, mas não obteve avanços na sua tramitação e aprovação.

O próximo item traz a caracterização e a análise do Programa Ellas Hacen, apresentando os objetivos do Programa, o público a que se destina e a legislação e os Programas que antecederam a implantação dessa política.

2.2 O Programa Nacional Ellas Hacen

O Programa Nacional Ellas Hacen foi criado pela Resolução nº2176/13 (Argentina, 2013) e teve como antecedente a elaboração e aplicação de políticas públicas e programas dirigidos à população em situação de vulnerabilidade econômica e social, em sua grande maioria composta por mulheres. Cita-se, como exemplo, o Programa Ingreso Social con Trabajo – Argentina Trabaja (Pris-At) criado pelo Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), em agosto de 2009 (Argentina, 2009b), durante o primeiro governo de Cristina Fernández de Kirchner.

O Programa Pris-At tinha como objetivo promover o desenvolvimento econômico e a inclusão social por meio da geração de trabalho e renda, com igualdade de oportunidades e fundado no trabalho organizado e comunitário, incentivando a formação de organizações sociais de trabalhadores (Argentina, 2009b). Desse modo, buscava-se que as famílias beneficiárias melhorassem a sua qualidade de vida e a da sua comunidade por meio da frequência em cursos de capacitação para o trabalho, formação de cooperativas populares, execução de obras de infraestrutura e melhoria dos espaços comunitários.

Liaudat, Tóffoli e Fontana (2023, p. 126) indicam que o Pris-At expressou uma “[...] preocupación gubernamental por fomentar la ‘cultura del trabajo’ ante la evidente dificultad de lograr la inclusión social de todos los trabajadores por vía del crecimiento económico.”

Outra política criada em outubro de 2009 foi a Asignación Universal por Hijo (AUH) destinada à proteção social de crianças e adolescentes até os 18 anos de idade ou com deficiência, pertencentes a grupos familiares desempregados ou trabalhando no mercado informal. A política consistia em benefício monetário mensal pago diretamente ao responsável pelo menor, como disposto no Decreto nº1602/2009 (Argentina, 2009c). Ao mesmo tempo o Decreto (2009, p.2) afirma que essa medida “[...] no implica necesariamente el fin de la pobreza, pero [...] ofrece una respuesta reparadora a una población que ha sido castigada por políticas económicas de corte neoliberal”.

É no contexto de execução dessas políticas, especialmente durante a implementação e avaliação do Pris-At, que foram identificadas problemáticas novas, questões sociais que requeriam a intervenção do Estado e que não tinham sido contempladas até aquele momento. Destaca-se a existência de grande número de mulheres que não haviam terminado os estudos

obrigatórios, que eram mães, lidavam com situações de violência de gênero e viviam em condições sociais, econômicas e de trabalho extremamente vulneráveis (Ferrari Mango; Campana, 2020).

Desta forma, o Programa Ellas Hacen foi criado com uma nova linha programática dentro do Pris-At para promover maior inclusão, porém, com objetivos e modos de execução diferentes, pois apresentou a abordagem de gênero. Como exposto, o Programa Argentina Trabaja serviu como referência, permitindo a realização de ajustes e modificações que integraram o Programa Ellas Hacen. Uma das modificações foi, por exemplo, a obrigatoriedade de conclusão de nível de ensino formal mediante a articulação entre o Programa Ellas Hacen e o Plan de Finalización de Estudios Primarios y Secundarios (FinEs), relação analisada no Item 2.5.

A Resolução nº2176/13 (Argentina, 2013), no art. 2º, estabeleceu como objetivo principal a incorporação, como beneficiárias, de mulheres chefes de família monoparentais, que recebessem a Asignación Universal por Hijo, preferencialmente com três ou mais filhos sob sua responsabilidade, menores de 18 anos ou com deficiência; mulheres vítimas de violência de gênero, que vivessem em bairros em situação de extrema vulnerabilidade, e que estivessem dispostas a realizar atividades de capacitação e conclusão dos estudos de forma obrigatória, como forma de habilitação para realizar melhorias nos seus bairros e melhorar sua qualidade de vida.

Por meio do Programa, as beneficiárias recebiam uma remuneração sem intermediários. Assim, deviam inscrever-se no Plano FinEs com o propósito de concluir os estudos obrigatórios e, também, incorporarem-se a cooperativas de trabalho nos seus bairros ou localidades. Ao mesmo tempo foram incluídas em sistemas de registro e proteção social através do Monotributo Social disposto na Lei nº26.223/07 (Argentina, 2007) pelo qual teriam acesso a plano de saúde disponível para o núcleo familiar direto e seguro por acidentes (Argentina, 2017).

O Monotributo Social é composto por três tipos de contribuições: tributária, previdenciária (aposentadoria) e de planos de saúde que, no caso dos Programas sociais como o Ellas Hacen, é subsidiado na sua totalidade pelo Estado nacional (Liaudat, Tóffoli, Fontana, 2023). Contudo, segundo Grabois (2016), apenas 15% dos trabalhadores filiados à CTEP conseguiram ativar o plano de saúde e 7,5% dos beneficiários tiveram acesso efetivo a algum tipo de atendimento médico ou cobertura de saúde.

No ato de lançamento do Programa Ellas Hacen, realizado em Buenos Aires, a presidenta Cristina Fernández de Kirchner (Casa Rosada, 2013, 4min 33seg), expôs no seu discurso⁶,

¿Por qué Ellas Hacen? Porque queremos ir a los núcleos duros de la pobreza, allí donde el crecimiento económico no llega, muchas veces porque ha habido décadas de abandono, décadas de no capacitación, y fundamentalmente porque a la mujer le cuesta mucho más ser empleada que al hombre.

Para contextualizar os programas relacionados a questões de gênero e as leis de proteção às mulheres, na Argentina, é preciso remeter-se ao ano de 1996 quando, a Câmara Legislativa conferiu hierarquia constitucional à Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, assinada por 32 países latino-americanos, no dia 6 de setembro de 1994, na cidade de Belém, estado do Pará, no Brasil. A Convenção foi ratificada na Argentina por meio da Lei n. 24.632 (Argentina, 1996).

A Convenção reconhece e protege os direitos das mulheres a uma vida livre de violência e discriminação; ao gozo, exercício e proteção de seus direitos humanos, civis, políticos, econômicos, sociais e culturais; à valorização e educação livres de estereótipos e práticas culturais baseadas na inferioridade e subordinação (Art. n. 5-6). Desse modo, compromete os Estados a garantirem esses direitos por meio de políticas orientadas a prevenir, punir e erradicar diversos tipos de violência de gênero, como a psicológica, econômica e patrimonial, sexual, institucional, simbólica, política, física, digital, dentre outras (ONU Mujeres, 2026).

Nesse sentido, em 2009, a Argentina aprovou a Lei nº26.485 de Proteção integral para prevenir, punir e erradicar a violência contra as mulheres nos âmbitos em que elas desenvolvem suas relações interpessoais. A Lei reafirma a obrigação do Estado quanto à proteção dos direitos das mulheres estabelecidos na Convenção de Belém do Pará, ao mesmo tempo em que institui o Conselho Nacional das Mulheres (CNM), órgão responsável pela execução das normativas, promovendo a articulação interinstitucional nos âmbitos nacional, estadual e municipal, bem como com os setores universitário, sindical, empresarial, religioso; coordenando recursos orçamentários para efetivar as disposições da Lei (Argentina, 2009a, Art. n. 9).

Com o lançamento do Programa Ellas Hacen, o governo reconheceu abertamente o problema estrutural da divisão sexual do trabalho e da feminização da pobreza e procurou oferecer respostas concretas ao problema, por meio da formação profissional, da organização de cooperativas de trabalho, do direito à educação, da formação em gênero e direitos humanos.

⁶ Lanzamiento del Plan "Ellas Hacen". Cristina Fernández <https://www.youtube.com/watch?v=Evjx2Y549UU>

É também importante destacar que embora o *Ellas Hacen* tenha sido elaborado para as mulheres com filhos sob sua responsabilidade, a conciliação entre trabalho e tarefas de cuidado não foi contemplada na sua configuração, mas sim resolvida por meio de acordos informais entre as beneficiárias e os entes executores, estabelecidos em nível local (Tóffoli, 2024). Dessa forma, pode-se considerar que o Estado não combate a naturalização do papel das mulheres na economia dos cuidados, mas sim reforça e reproduz esse estereótipo.

2.3 Implantação do Programa *Ellas Hacen*: oportunidades e desafios

A implantação do Programa *Ellas Hacen* realizou-se por meio da Unidade Executora do Ingreso Social com Trabajo sob a responsabilidade do subsecretario de Ingresos Sociales e sua equipe, vinculado ao Ministerio de Desarrollo Social em articulação com os Ministerios de Educación e de Ciencia e Tecnología. Por sua vez, essa política pública foi aplicada por meio de um esquema descentralizado, com intervenção articulada entre as jurisdições estaduais e municipais, assim como de Cooperativas e Associações Mutualistas, constantes na Resolução n°2176/2013 (Argentina, 2013).

A modalidade de execução consistiu no pagamento dos incentivos por parte do Ministério de Desenvolvimento Social diretamente às beneficiárias e transferiu aos Entes Executores os fundos correspondentes para a aquisição de materiais, ferramentas e outros custos operacionais (MDS, 2017).

As unidades executoras concretizaram-se nos Centros de Atención Local (CAL) ou Centros de Referencia (CDR) que funcionaram como espaços regionais de gestão do MDS nos municípios e estados, oferecendo atenção direta à comunidade. Nesses centros, uma equipe de profissionais multidisciplinar oferecia assessoria para o acesso a programas e serviços sociais, realizava oficinas gratuitas de capacitação e promovia estratégias de desenvolvimento local em conjunto com organizações sociais. O objetivo era facilitar a inclusão social e melhorar a qualidade de vida das pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade.

As autoras García e Vaghi (2018) apontam que, enquanto no Programa Argentina Trabaja a conformação das cooperativas de trabalho era a principal tarefa a ser cumprida pelas titulares; o Programa *Ellas Hacen* colocou o foco na conclusão dos estudos formais e nas capacitações das destinatárias, como uma primeira etapa a ser realizada, para, numa segunda etapa, com os conceitos e ferramentas incorporadas, desenhar o projeto produtivo que lhes outorgaria uma cooperativa. Desse modo, os esforços centraram-se em fornecer acompanhamento integral, com o intuito de promover a consolidação do grupo, por meio da construção de redes de acolhimento e do fortalecimento de sua autoestima e capacidades,

levando em consideração que as destinatárias pertenciam a famílias extremamente vulneráveis e, na maioria dos casos, sofriam violência de gênero (Arcidiácono; Bermúdez, 2018).

Na cidade de La Plata, estado de Buenos Aires, ocorreu o único caso que teve uma exceção, devido ao fato de que a implantação do Programa coincidiu com uma grave inundação⁷ ocorrida no mês de abril de 2013, o que afetou milhares de famílias (Garcia; Vaghi, 2018). Segundo as autoras (2018), as mulheres foram capacitadas de forma imediata em obras e ofícios, para realizarem trabalhos de construção e reconstrução das suas casas, com apoio e supervisão de especialistas.

Após um ano e meio de aplicação do Programa, no final de 2014 e início de 2015, o MDS apresentou relatório elaborado em parceria com as universidades nacionais, com dados fundamentais para esta análise.

As inscrições começaram em abril e maio de 2013 no estado de Buenos Aires e entre junho e julho no restante do país. Foram abertas 100.000 vagas para o Programa e chegaram a inscrever-se 98.876 mulheres de quinze estados, abrangendo as regiões do nordeste (NEA), noroeste (NOA), Cuyo, a Cidade Autônoma de Buenos Aires e o estado de Buenos Aires (MDS, 2015). Os estados que participaram do Programa foram Chaco, Corrientes, Formosa, Misiones, Entre Rios, Salta, Santiago del Estero, Tucumán, Catamarca, La Rioja, San Juan, San Luis, Mendoza, e os municípios que conformam a Área Metropolitana de Buenos Aires (AMBA).

Destaca-se que, embora tenha sido uma política desenhada para aplicação em nível nacional, a maioria das vagas foi destinada para os municípios da AMBA, que concentrou o maior número de beneficiárias (56,4%), visto que a densidade demográfica é maior que nas outras regiões e estados.

Entre as inscritas, cerca de 70% tinham três ou mais filhos e recebiam a Asignación Universal por Hijo, e 13,5% tinham filhos com deficiência. Além disso, 20% das candidatas, no momento da inscrição, declararam-se vítimas de violência de gênero, enquanto 40% afirmaram, no momento da enquete, passar ou ter passado por situações de violência. A idade média das beneficiárias era de 30 a 39 anos (MDS, 2015, p.4).

No que diz respeito às ocupações e atividades realizadas no Programa, 49,6% das mulheres não possuíam nenhuma profissão ou ocupação e quase 25% realizavam serviços de limpeza, cuidado de pessoas e vendas de caráter informal. Depois de passarem pelo Programa, 90% delas afirmaram ter adquirido novos conhecimentos, manifestando também que as atividades realizadas foram de grande importância para suas famílias e comunidades, visto que

⁷<https://enagenda.com.ar/nota/31805/2-de-abril-de-2013-la-inundacion-que-cambio-a-la-plata-para-siempre/>

alguns dos trabalhos consistiam na manutenção (limpeza, corte do gramado) e melhorias (pintura) dos espaços públicos dos bairros, como salas de primeiros socorros e atenção à saúde, escolas, praças, ruas, dentre outras.

De acordo com o Relatório (MDS, 2015, p. 15),

[...] las actividades que han realizado las titulares responden a una perspectiva integral con enfoque de derechos, género y de ciudadanía urbana. Mayoritariamente han aprendido y realizado: instalaciones de agua, introducción a la construcción y mejoras domiciliarias; capacitaciones prácticas en género y prevención de violencia, trabajo en equipo y cooperativismo, cuidado y prevención de la salud familiar y comunitaria, producción de insumos e introducción a la producción de mejoras de espacios públicos y patrimonio comunitario.

No início do Programa, 64% das mulheres relataram ter problemas com o estado de deterioração de suas casas. Após um ano e meio de participação, esse mesmo número de beneficiárias conseguiu realizar trabalhos de restauração, instalação de água, pintura, entre outros. Isso mostra a importância que essa política pública teve na melhoria genuína da qualidade de vida dessas mulheres.

É importante ressaltar que, segundo dados oficiais da UNESCO de 2017, a Argentina se encontrava entre os países com 99% de índice de alfabetização, junto com outros países da América Latina, como Bolívia, Chile, Costa Rica e Equador (Martin, 2022). Ao mesmo tempo, o Censo de Población, Hogares y Vivienda de 2022 indicou que 98,08% da população total do país está alfabetizada (Martin, 2022).

Sobre os cursos de conclusão da Educação Básica, 88% das mulheres, ao ingressarem no Ellas Hacen, não haviam concluído a educação obrigatória. Em dezembro de 2014, 11,3% das participantes haviam finalizado o ensino fundamental ou médio (MDS, 2015, p.19).

Se a atenção for voltada para os indicadores das mulheres que concluíram os estudos, esse número pode parecer pequeno, mas considerando que o Programa estava em execução há apenas um ano e meio, o fato de ter conseguido que mulheres tivessem acesso à educação representa um passo importante rumo à inclusão social, objetivo principal dessa política pública. Ao mesmo tempo, quase a totalidade de mulheres participantes afirmou ter fortalecido seus laços pessoais, estabelecendo redes comunitárias, sociais e institucionais com suas parceiras, suas famílias e a comunidade.

Na aplicação do Programa Ellas Hacen também participaram algumas universidades nacionais, mediante acordos com o Ministério de Educação e o MDS, que ofereceram apoio, capacitação e assistência técnica às cooperativas, com a criação de cursos e atividades

educativas de extensão. As universidades também participaram da implantação do Plano FinEs atuando como sedes e disponibilizando grupos de docentes e coordenadores para o trabalho. Entre as universidades que participaram destacam-se os presentes na região metropolitana e no estado de Buenos Aires, como a Universidade Nacional de Quilmes (UNQ), a Universidade Nacional de Avellaneda (UNDAV), a Universidade Nacional de Moreno (UNM), a Universidade Nacional de San Martín (UNSAM) e a Universidade Nacional de La Plata (UNLP).

Dentre os cursos de formação socioprodutiva encontra-se a experiência do Curso de Operador Social com orientación em Agroecología, Urbanismo, Habitat Social y Producción e Intervención Cultural Popular⁸, porém, existe poucas informações sobre suas características. Assim, serão expostos aqui os dados encontrados nos cadernos de trabalho elaborados para as estudantes (Argentina, 2014a) e no material para os professores (Argentina, 2014b).

Pensado como um Programa de Formação de pré-graduação, dirigido a promotores do Programa Pro Huerta⁹ e as destinatárias do Programa Ellas Hacen, o Curso foi criado com articulação dos Ministérios Nacionais de Desenvolvimento Social e de Agricultura, Pecuária e Pesca, em parceria com a Faculdade de Jornalismo e Comunicação da Universidade Nacional de La Plata (UNLP) e o Instituto de Altos Estudos Sociais da Universidade Nacional de San Martín (UNSAM).

O curso teve como objetivo principal

[...] formar cuadros políticos, técnicos y socio-organizativos que se apropien de nuevas herramientas que fortalezcan el trabajo socio productivo, el cooperativismo y la construcción del hábitat, rescatando la cultura popular, los saberes e identidades locales, desde una perspectiva transversal de género (Argentina, 2014a, p. 4).

O Curso teve duração de um ano, de agosto de 2014 a agosto de 2015, e foi organizado em cinco módulos curriculares: Economia Social e Solidária; Produção Agroecológica e Soberania Alimentar; Tecnologias da Informação e da Comunicação; Organização Social e Território; e Habitat Popular (Argentina, 2014b).

⁸ Outros cursos de formação destinados a beneficiários de programas sociais oferecidos pelas universidades públicas foram: Curso de Operador Socioeducativo na Economia Social e Solidária (DOSESS); Curso de Operador Social na Promoção da Equidade e Prevenção das Violências de Gênero (coordenado pelo Conselho Nacional das Mulheres e a Faculdade de Jornalismo e Comunicação Social da UNLP) (Voria; Míguez, 2019).

⁹ O Programa ProHuerta é uma política pública argentina em parceria com o Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária (INTA), que tem o objetivo de fomentar a segurança e soberania alimentar por meio do apoio à produção agroecológica em hortas familiares, escolares e comunitárias para garantir o acesso a produtos saudáveis e a alimentação adequada.

As aulas eram planejadas, ministradas e avaliadas por professores organizados em dupla pedagógica, na qual um professor era responsável pela área curricular a ser ministrada e o outro era um professor orientador que acompanhava a turma durante o ano. Os professores trabalhavam em conjunto com a coordenação local e pedagógica do Curso.

O material para os professores apresentava um planejamento base e um cronograma de trabalho para o desenvolvimento de cada módulo, que pretendia servir de guia no processo educativo e podia ser modificado dependendo das particularidades de cada grupo e espaço. Cada módulo encontrava-se dividido em três unidades curriculares ou eixos temáticos subdivididos em encontros com duração média de três horas, nas quais realizavam-se atividades teórico-práticas.

2.4 O processo de criação das cooperativas, os entes executores e a participação das organizações sociais.

A Resolução n. 3026/06 do Instituto Nacional de Associativismo e Economia Social (INAES) foi aprovada para facilitar e agilizar as gestões burocráticas relacionadas com a criação e desenvolvimento das cooperativas que surgiram por meio das políticas públicas de inclusão social. A normativa determinou a isenção do pagamento de taxas para a constituição das cooperativas, simplificou os processos de solicitação do cadastro necessário para o seu funcionamento, reduzindo a duração do processo para a metade do tempo e modificou os modelos das Atas Constitutivas, abrangendo todos os tipos de atividades econômicas (INAES, 2006).

O Programa propôs um tipo de cooperativa diferente do tipo de cooperativa tradicional. Para Ferrari Mango (2019, p. 123),

Las cooperativas son actores sociales y económicos cuyo rol fundamental es crear y asegurar empleo e ingresos dignos planteando la revalorización del trabajo como espacio de inserción y reconocimiento social, así como, ocupa un lugar central en la existencia de las personas y la estructuración de la vida social.

Segundo Vouto (2011, *apud* Ferrari Mango 2019), na Argentina o estudo sobre as cooperativas apresenta três vertentes, visto que elas não se constituem como um ator estático ou homogêneo. A primeira variante baseia-se na necessidade de trabalho e é integrada por pessoas com ideias e valores semelhantes. A segunda é do tipo reivindicativo, como estratégia utilizada pelos trabalhadores para recuperar os espaços de trabalho. A terceira consiste nas cooperativas criadas sob tutela do Estado, por meio de programas sociais fundados na

necessidade de criar emprego para os trabalhadores excluídos do mercado de trabalho formal (Ferrari Mango, 2019).

Desse modo, em Programas como o Argentina Trabaja e a linha paralela estudada Ellas Hacen, o processo de criação e organização das cooperativas foi realizado pelo Estado. Durante o ano de 2014, a cooperativa era equivalente aos grupos ou turmas de mulheres que frequentavam em conjunto os cursos de conclusão da Educação Básica, previstos no Plano FinEs. Em muitos casos, essas mulheres também compartilhavam o espaço de capacitação em ofícios (Garcia, Vaghi, 2018).

Segundo Garcia e Vaghi, (2018), os espaços educativos, de formação e de produção propiciados pelo Ellas Hacen eram espaços de aprendizado, de reconhecimento de experiências e identidades comuns, de consolidação da autoestima, tanto pessoal como grupal, a partir da construção de relações de solidariedade coletiva. As mulheres titulares os definiram como “espacios de confianza, en donde pueden hablar sin pudor de la violencia machista que sufren, de las dificultades de compatibilizar las tareas domésticas y de cuidado con las exigencias del Programa” (García; Vaghi, 2018, p. 18).

Segundo os dados do relatório do MDS, em 2015 havia 7.781 cooperativas do Programa Ingreso Social con Trabajo, das quais 2.671 correspondiam a Ellas Hacen e 5.110 ao Argentina Trabaja. Em ambas as linhas participaram mais de 300.000 pessoas (MDS, 2015). No final de 2015, prévio à mudança de governo, havia 81.151 mulheres no Programa Ellas Hacen (Arcidiácono; Bermúdez, 2018).

Da mesma forma, em 2015, o INAES informou que existiam 24.483 cooperativas de trabalho registradas. As cooperativas do Programa Argentina Trabaja representavam 31,78% desse total (Hopp, 2017).

Na maioria dos casos, o município designava uma pessoa, que dependia do MDS, como coordenadora ou dirigente das cooperativas, que desempenhava suas tarefas nos Centros de Atenção Local (CAL). Desta maneira, os municípios assumiram a responsabilidade pela aplicação do Programa, através de acordos com o MDS. A participação das organizações sociais foi estabelecida mediante acordos com os municípios, que exerciam a função de entes executores, indicando os locais de trabalho e distribuindo as tarefas, as ferramentas e os materiais a serem trabalhados (Ferrari Mango, 2022).

Esse modo de implantação da política gerou tensões e limitações na autonomia das cooperativas, na construção dos espaços de participação, bem como nos objetivos de inclusão socioeconômica que a legislação e normativas pretendiam alcançar (Hopp, 2017, Ferrari Mango, 2019).

As organizações e movimentos sociais não possuíam os instrumentos de produção nem determinavam o tipo de trabalho a ser realizado. Mas, participavam de maneira indireta, visto que militantes dos movimentos sociais realizavam a difusão das informações do Programa, como datas de apresentação de documentação, atualização de dados pessoais, ofertas de cursos, dentre outros, por meio de grupos, mensagens de WhatsApp e reuniões nas cooperativas. A situação mudou a partir de 2016, quando as organizações sociais conseguiram se inscrever no Programa como entes executores, o que permitiu desenvolver acordos diretos com o MDS.

No início de 2015, várias cooperativas começaram discutir e elaborar, junto com os coordenadores, projetos produtivos próprios. As titulares do Programa atribuíram-lhe um nome às cooperativas e elegeram os coordenadores (García, Vaghi, 2018), que, com o apoio administrativo e legal de universidades públicas, realizaram o processo de cadastro correspondente no INAES. Não obstante, poucas cooperativas conseguiram consolidar-se e materializar suas atividades produtivas até o final de 2015, em parte, devido ao tempo destinado às instâncias de capacitação das beneficiárias que excedeu o previsto pelo Programa. García e Vaghi (2018) apontam a complexidade do processo de formação, que envolve múltiplas dimensões e não é possível de ser acelerado.

Nesse sentido, as autoras (2018) afirmam que foi ambicioso esperar que essas mulheres, em condições extremamente vulneráveis, muitas delas em situações de violência de gênero, conseguissem concluir, em tempo regular, os seus estudos formais, qualificar-se em diversas áreas e, por fim, produzir e gerir as cooperativas, sem conhecimentos prévios de natureza legal ou administrativa.

Por outra parte, esse processo também coincidiu com o fim do governo de Cristina Fernández e a chegada à presidência de Mauricio Macri, que acarretou incertezas sobre a continuidade do Programa, visto que as informações não eram precisas, originando confusões e medo nas beneficiárias de perda do incentivo econômico.

A análise sobre a continuidade do trabalho nas cooperativas durante o governo Macri e a incorporação das organizações sociais como entidades executoras são abordadas no próximo capítulo.

2.5 Conclusão da Formação Básica e articulação com o Plan FinEs

A Lei Nacional de Educação n°26.206, sancionada em 2006, estabelece, em seu art. 16°, a obrigatoriedade escolar a partir dos cinco anos de idade e até a conclusão do ensino médio (Argentina, 2006, p. 3). O art. 2° reconhece a educação e o conhecimento como bens públicos e de direito pessoal e social que devem ser garantidos pelo Estado. Também, a Lei define a

Educação Permanente de Jovens e Adultos (EJA) como modalidade educacional, com objetivos e critérios próprios, destinada a garantir a alfabetização e a conclusão do ensino básico obrigatório para as pessoas que não conseguiram completá-lo na idade prevista na regulamentação, bem como oferecer possibilidades de educação ao longo da vida (Argentina, 2006).

A Declaração de Hamburgo sobre Aprendizagem de Adultos da Quinta Conferência Internacional de Educação de Adultos de 1997 concebe a educação de adultos como processo de aprendizagem, formal ou informal, em que os adultos desenvolvem suas habilidades, enriquecem seus conhecimentos e aperfeiçoam suas qualificações técnico-profissionais, para satisfazer suas necessidades e as da sociedade (UNESCO, 1998). Portanto, as abordagens relativas à aprendizagem de adultos devem estar baseadas na cultura, valores e experiências anteriores das pessoas, implementadas de forma que estimulem todos os cidadãos a participar e se envolver ativamente (UNESCO, 1998).

Segundo esses marcos legais, no contexto do Pris-At, em 2010, foi assinado acordo entre o Ministério de Educação e o MDS “para promover e impulsar planes y acciones en educación en beneficio de los cooperativistas y sus familias” (Ferrari Mango, Campana, 2020, p. 13).

Nesse sentido, o Programa Ellas Hacen manteve uma forte articulação desde seu início com o Plan de Finalización de Estudios Primarios y Secundarios (FinEs). A Resolução n. 917/08 do Ministério de Educação Nacional e a Resolução 66/08 do Conselho Federal de Educação (CFE) tinham como objetivo “ofrecer a los jóvenes y adultos de todo el país la posibilidad de finalización de sus estudios primarios y/o secundarios a través de la implementación de un plan específico, adaptado a sus posibilidades y necesidades” (Argentina, 2008, p. 3).

O Plano FinEs (que continua em vigor) possui duas etapas. Inicialmente, tinha por objetivo proporcionar aos jovens e adultos que haviam chegado ao último ano do ensino médio, mas que não tinham conseguido completá-lo por pendências em disciplinas, pudessem terminar seus estudos. Um ano depois de sua implantação, na segunda etapa, nomeada FinEs II, foram incluídos os jovens e adultos que não terminaram seus estudos de nível médio, independente da etapa em que se encontravam (Viego, 2015). No ano de 2012, ocorreu mais uma expansão do Plano para incluir os adultos que não concluíram o ensino fundamental.

Mediante uma enquête realizada com os cooperativistas do Pris-At, a equipe educativa do MDS identificou, como uma das principais problemáticas, a baixa taxa de conclusão do ensino obrigatório, sobretudo do ensino médio. Desse modo, uma variante do FinEs II foi destinada especificamente para os beneficiários do Pris-At que não tivessem concluído os estudos de nível médio e previa-se o seu desenvolvimento nas mesmas sedes de funcionamento

das cooperativas ou nas sedes das organizações sociais que participavam do Programa (Gruszka; Abritta, 2018).

Para a aplicação do Programa em nível federal, o governo convocou autoridades e professores de todas as jurisdições, jovens e adultos maiores de 18 anos que não haviam concluído os estudos, sindicatos, entidades empresariais, organizações da sociedade civil (OSC), universidades, dentre outros. A gestão foi realizada de forma conjunta, associando e articulando as capacidades e ações do Ministério de Educação Nacional, as secretarias de educação dos estados e as entidades associadas. As secretarias estaduais foram responsáveis pela convocação das instituições para o funcionamento do Plano, pela designação dos professores e pela elaboração dos diplomas correspondentes. O Ministério de Educação Nacional ficou encarregado do financiamento: pagamento dos salários dos docentes; custos operativos adicionais dos estabelecimentos; capacitação das equipes técnicas estaduais; elaboração e aplicação dos recursos didáticos (Viego, 2015).

A inscrição dos interessados realizou-se nas instituições de ensino médio ou nas sedes que cada jurisdição colocou à disposição do Plano. Segundo Viego (2015), quanto à seleção e designação dos professores e tutores, os critérios do Plano não foram uniformes, apresentando variações em cada estado. Alguns estados seguiram o critério de mérito, com um sistema de pontuação igual ao utilizado para a designação de professores para os níveis do ensino básico; outros avaliaram os antecedentes e experiência previa na área; e outros ainda não explicitaram a maneira como as designações dos docentes foram realizadas.

O Programa *Ellas Hacen* articulou-se com o Plano FinEs II, uma vez que o Plano “permitia que las sedes educativas se desarrollen en espacios por fuera del dispositivo escolar clásico” (González, 2021, p. 4), tentando evitar o deslocamento de jovens e adultos para ambientes distantes de sua residência ou trabalho. As sedes dos cursos funcionaram, em sua maioria, em clubes esportivos, igrejas, centros culturais, sedes de partidos políticos, organizações sociais, sindicatos e cooperativas. Essa característica implicou uma forte integração da política pública com o nível local, permitindo sua inserção em contextos socialmente vulneráveis, onde o sistema educacional formal tinha menor alcance.

Em nível local, o desenvolvimento dos Programas ocorreu por meio de acordos e articulações entre a Dirección Nacional de Fortalecimiento y Ampliación de Derechos Educativos do Ministério de Educação Nacional, a Dirección de Educación Permanente de Jóvenes y Adultos das secretarias estaduais de educação, o MDS e organizações regionais, como movimentos sociais, políticos, religiosos, organizações não governamentais (ONGs), sindicatos, cooperativas, radicados nos bairros populares. Assim, organizações como o

Movimento Evita, o MTE, Barrios de Pie, dentre outros, participaram ativamente do Programa oferecendo suas sedes para o desenvolvimento das atividades e adaptando seus espaços físicos para as salas de aulas.

Segundo o relatório de avaliação do Plano FinEs 2 na Província de Buenos Aires (UNIFE, 2018), as pessoas de referência foram, principalmente, mulheres jovens, dirigentes sociais, militantes e coordenadoras de bairros, que desempenharam as tarefas de forma voluntária, realizadas geralmente por iniciativa própria ou por meio da solicitação da organização social a que pertenciam. Apesar de desempenharem funções essenciais na gestão cotidiana da política, Tagliabue (2020) destaca que essa participação não estava prevista na normativa. Algumas das atividades consistiram na divulgação do Plano FinEs na região, com a subsequente elaboração de lista de interessados para solicitar à Direção da EJA da Secretaria de Educação a abertura de sede ou turma no bairro, e na colaboração com os professores no processo de inscrição dos alunos por meio da compilação de documentação, tais como, carteira de identidade, certidão de nascimento e histórico escolar. Além disso, asseguraram a manutenção diária das instalações, fornecendo cadeiras, mesas, lousa, giz, conexão de energia elétrica; ao mesmo tempo que controlavam a assiduidade de alunos e professores (UNIFE, 2018), o que permitia acompanhar a trajetória dos formandos, incentivando a continuidade, e intervindo nos casos de evasão escolar ou de ausências prolongadas, coordenando ações com os docentes, tutores e funcionários das secretarias estaduais.

Segundo o estabelecido pela Lei de Educação Nacional (Argentina, 2006, Art. n. 48, inc. f.) e a Resolução 118/10 do Conselho de Federal de Educação (CFE, 2010), a organização pedagógica e acadêmica do FinEs II consistiu em ciclos de formação, com uma estrutura curricular modular baseada em critérios de flexibilidade, em termos de tempo e espaço, e de abertura à realidade de cada aluno, contextualizando os conteúdos da aprendizagem.

Para o ensino fundamental foram definidos três ciclos formativos, alfabetização, formação integral e formação por projetos, e para o ensino médio, um ciclo de formação básica e outro de aprofundamento. O regime acadêmico tinha uma duração de três anos letivos, organizado em dois dias e oito horas semanais durante dois semestres, com cinco disciplinas em cada um, ministradas presencialmente.

No ensino médio, o ciclo de aprofundamento possuía duas alternativas, segundo a Resolução 3520/10: aprofundamento em Ciências Sociais e aprofundamento em Gestão e Administração. Em ambos os casos, as disciplinas específicas de cada ciclo de aprofundamento eram ministradas a partir do segundo semestre do primeiro ano, sendo o primeiro comum aos dois (Buenos Aires, 2010).

As disciplinas do ciclo de formação básica eram: Língua e literatura, Matemática, Biologia, Inglês, Informática, História e Geografia, Educação Civil, Física, Química e Problemática Social Contemporânea. Para o aprofundamento em Ciências Sociais foram acrescentadas as disciplinas de Sociologia, Psicologia, Ciências Políticas, Metodologia da Pesquisa, Comunicação e Mídias e Filosofia. As disciplinas do aprofundamento em Gestão e Administração eram Contabilidade, Organização e Administração de Empresas, Direito, Administração de pessoal, Legislação Impositiva e Economia.

Para as alunas beneficiárias do Ellas Hacen foram estabelecidas turmas específicas, ou seja, comissões formadas unicamente por mulheres titulares do Programa, que se constituíram em cada sede levando em consideração as experiências formativas de cada aluna. Para cada turma foram designados cinco professores que ministravam três horas-aula por disciplina, equivalentes a duas horas-relógio por semana (UNIPE, 2018). As alunas frequentavam as instituições duas vezes na semana, no período vespertino ou noturno (Arcidiácono; Bermúdez, 2018).

Para o ensino fundamental havia atividades de alfabetização, aulas de orientação, materiais de apoio e leitura para as disciplinas básicas, Língua, Matemática, Ciências Sociais e Ciências Naturais. Para o ensino médio, além das aulas, foram ofertados tutorias e recursos didáticos, como videoaulas no portal educacional Educ.ar, livros, textos, acesso a bibliotecas e preparação para os exames finais.

Segundo o estudo de Romina De Luca (2022, p. 145), no ano de 2013, o Plan FinEs contava com 191.388 alunos matriculados e 32.515 alunos formados. Em 2017, o número aumentou para “[...] 246.104 alumnos, de los cuales 86.412 pudieron finalizar su escolaridad obligatoria y mejorar sus perspectivas laborales y/o de formación”.

O Relatório de Gestão de 2015-2019 (Argentina, 2019) aponta que, entre 2016 e 2017, aproximadamente 45.950 mulheres beneficiárias do Ellas Hacen participaram de atividades de conclusão de curso e 15.863 conseguiram completar os seus estudos.

No capítulo seguinte são abordadas as mudanças operadas no governo da Argentina pela gestão da coligação Cambiemos, as consequências do modelo político-econômico aplicado para os trabalhadores do país e as modificações substanciais introduzidas no Programa Ellas Hacen.

Capítulo 3

O Programa Hacemos Futuro e suas modificações

3.1 Contextualização do governo Macri e as ações reivindicativas da CTEP

Em 10 de dezembro de 2015, a coligação Cambiemos assumiu o governo do país com a eleição de Mauricio Macri (2015-2019) para presidente. Esta coalizão foi caracterizada por seu enfoque neoliberal, com a implementação de reformas estruturais e a redução da intervenção do Estado na esfera pública, ancoradas nos princípios da Nova Gestão Pública (NGP), promovendo retrocessos nos direitos da classe trabalhadora.

Segundo Oliveira (2015), a Nova Gestão Pública (NGP) foi incorporada ao processo de reestruturação do Estado implantada durante a década de 1990 na Grã-Bretanha e, posteriormente, implantada na América Latina, caracterizando-se pela adoção de critérios e princípios da economia privada e da lógica empresarial na gestão do Estado e dos setores públicos. É um modelo de gestão pública influenciado pelos interesses dos organismos internacionais, como o Banco Mundial e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), que fomentam e procuram a eficiência, a lógica da competição e da meritocracia, pretendendo maior controle e transparência do Estado na regulação do gasto público (Oliveira, 2015).

A NPG supõe reformas nas funções governamentais e na administração dos serviços públicos, pois se espera que o Estado não forneça os serviços públicos de forma direta e gratuita, mas que fortaleça o seu papel como ente regulador, avaliador e distribuidor de incentivos aos provedores autônomos dos serviços (Verger, Normand, 2015). Os principais aspectos da NGP se relacionam com a orientação da ação do Estado para o cidadão-cliente, com ênfase no controle dos resultados por meio de contratos de gestão, na descentralização das políticas públicas - formulação e execução-, na terceirização e na transferência dos serviços públicos, sociais e científicos para o setor público não-estatal que passam a ser licitados competitivamente no mercado, dentre outras (Bresser Pereira, 1998). Dito em uma palavra, trata-se da privatização dos direitos sociais constituídos em leis.

Desse modo, na gestão Macri, foram assinados acordos com o FMI, o Banco Mundial e credores privados para tomar novos empréstimos¹⁰, o que ocasionou a desvalorização da moeda; cortes no orçamento de áreas sociais, como saúde, educação, cultura; aumentos

¹⁰ Néstor Kirchner, presidente da Argentina entre 2003 e 2007, anunciou o pagamento total da dívida externa em 15 de dezembro de 2005. Conferência de Prensa em Casa Rosada: <https://www.youtube.com/live/wx2Y5biuBxI?si-HAJzxEZcT63FwUel>

excessivos das tarifas de serviços públicos básicos, como transporte, água, luz, gás, entre outros, com profundas consequências na qualidade de vida dos trabalhadores (Varesi, 2016).

Este contexto de desigualdade e aumento da pobreza articulados à ausência estatal veio acompanhado de crescimento exponencial da violência, que teve como principais vítimas as mulheres trabalhadoras, jovens, migrantes e pobres (Pis Diez, 2019).

Neste sentido, mulheres de movimentos feministas e outros organizaram formas coletivas de luta para combater as opressões patriarcais e os crimes de violência de gênero e feminicídio no país, ao mesmo tempo em que construíram conhecimento popular com perspectiva de gênero.

No início de maio de 2015, Chiara Páez, uma adolescente grávida de 14 anos do estado de Santa Fe, foi assassinada por seu namorado porque queria levar a gravidez adiante. A circulação da notícia sobre o assassinato de Chiara gerou comoção nacional, e um grupo formado por jornalistas e ativistas de gênero convocou, por meio das redes sociais, concentração no Congresso Nacional para conscientizar a população e denunciar os feminicídios frequentes na Argentina.

A mobilização convocada ocorreu em junho de 2015, com o lema *Ni Una Menos*, e reuniu aproximadamente 250 mil pessoas na Cidade Autônoma de Buenos Aires (CABA), multiplicando-se em mais de 120 pontos espalhados por todo o país (Pis Diez, 2019). Ao final da mobilização, leu-se um documento que expressava as demandas do coletivo, dentre as quais estava a definição do feminicídio como um tema de direitos humanos e não privado ou exclusivo de mulheres, mas sim como uma problemática social e política que deveria ser discutida pela esfera pública em âmbito nacional (Pis Diez, 2019).

Ressalta-se que as mulheres de organizações sociais participaram ativamente desse processo, abordando a questão de gênero, sobretudo no seio dos seus movimentos, porque ou atravessavam pessoalmente situações de violência, ou conheciam alguém que as sofria no seu ambiente familiar ou de trabalho.

Dessa forma, as temáticas de gênero foram ganhando legitimidade na agenda das organizações, manifestando-se, como no caso do Movimento dos Trabalhadores Excluídos (MTE), com a criação, em 2016, da Área de Gênero, a partir da qual se colaborou posteriormente para a constituição da Secretaria da Mulher, Gênero e Diversidade da CTEP. A partir daí, trabalhou-se, pela primeira vez, em ações e propostas sobre esses assuntos na perspectiva das organizações da economia popular (Liaudat; Tóffoli; Fontana, 2023).

As mulheres do MTE também participaram pela primeira vez do Encontro Nacional das Mulheres¹¹ realizado na cidade de Mar del Plata, em outubro de 2015 (Liaudat; Tóffoli; Fontana, 2023), onde encontraram espaço de formação pluricultural e aberto para debater e refletir sobre os direitos das mulheres e as diversidades.

No final de 2015, a CTEP continuava se fortalecendo e exigia o reconhecimento institucional por parte do Estado, antes do fim do mandato da presidenta Cristina Fernández de Kirchner. Com esse objetivo, organizou mobilização seguida de um acampamento montado em frente ao Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social (MTEySS), requerendo o registro da organização como sindicato¹². A manifestação foi duramente reprimida pelas forças policiais, motivo pelo qual o movimento divulgou comunicado criticando a atitude do ministro e conseguiu, dias depois, a aprovação da Resolução n. 1727/15-MTEYSS, de 9 de dezembro de 2015, “que otorgaba la personería social a los trabajadores de la economía popular” (Liaudat; Tóffoli; Fontana, 2023, p. 135). No entanto, as novas autoridades do ministério invalidaram essa resolução, uma vez que não tinha sido publicada no Diário Oficial (Liaudat; Tóffoli; Fontana, 2023).

Por fim, no início de 2016, após alguns meses de pressões e reuniões de negociação, a CTEP conseguiu inscrever-se como Associação Civil dos Trabalhadores da Economia popular (ACTEP) no Registro de Organizações da Economia popular e Empresas Autogeridas criado por meio da Resolução n. 32/2016 (Muñoz; Villar, 2017).

Apesar desta reivindicação, a CTEP, os movimentos sociais e as organizações da economia popular em geral percebiam que o governo de Cambiemos cortava e restringia o acesso aos direitos sociais. Segundo o Observatorio da Dívida Social da Universidade Católica Argentina (UCA), o primeiro ano do governo Macri caracterizou-se pelo crescimento da subocupação, pela flexibilização do trabalho, pela precarização do trabalho informal e pela queda da renda dos setores populares do país (Gonzalez, 2021).

Assim, os trabalhadores da economia popular decidiram se articular com a Central de Trabajadores y Trabajadoras de la Argentina (CTA), a Central de Trabajadores de la Argentina Autónoma (CTA autónoma) e a CGT, com as quais unificou suas reivindicações. Em conjunto, trabalharam na elaboração de uma agenda comum, promovendo jornadas de luta, mobilizações

¹¹ Os Encontros Nacionais de Mulheres começaram a realizar-se em meados de 1986. São espaços autogeridos e itinerantes, que se celebram todos os anos em uma cidade diferente. <https://www.economicas.uba.ar/extension/vocesenelfenix/historia-sobre-los-encuentros-nacionales-de-mujeres/>

¹² <https://www.resumenlatinoamericano.org/2015/12/05/argentina-trabajadores-de-la-economia-popular-acamparon-frente-al-ministerio-de-trabajo-y-emitieron-un-duro-comunicado-contra-el-ministro-tomada-por-no-haberles-concedido-la-legalidad/>

federais e greves (Liaudat; Tóffoli; Fontana, 2023). Esses acontecimentos culminaram na apresentação do Projeto de Lei de Emergência Social na Câmara Legislativa assinado por deputados e deputadas de diferentes grupos políticos, em abril de 2016. A proposta “[...] contemplaba el aumento de los montos destinados a las cooperativas, la universalización de las tarifas sociales de servicios públicos y la devolución del Impuesto al Valor Agregado (IVA) a los beneficiarios de programas sociales” (Liaudat; Tóffoli; Fontana, 2023, p. 217).

Após a apresentação do Projeto de Lei, as organizações da economia popular realizaram diferentes ações com o propósito de fomentar o debate com a população, ao mesmo tempo em que lutavam pela sua aprovação. Uma das maiores mobilizações foi a Peregrinação no dia de São Caetano, domingo, 7 de agosto de 2016, na CABA. Sob o lema Paz, Pão e Trabalho, movimentos agrupados na CTEP, como Barrios de Pie e a Corriente Clasista y Combativa (CCC), convocaram uma concentração no santuário de São Caetano localizado no bairro de Liniers e peregrinaram por treze quilômetros até chegarem à Praça de Maio, para exigir do governo a reversão das políticas de austeridade e reivindicando a aplicação de salário universal complementar e a declaração da emergência social no Congresso Nacional¹³.

A unificação dessas três organizações, que se tornou conhecida posteriormente como o Tridente San Cayetano, deu origem a “una unidad de acción que les permitió instalarse con fuerza en el escenario nacional a partir de la lucha por la Ley de Emergencia Social” (Liaudat; Tóffoli; Fontana, 2023, p. 217). Gonzalez (2021) aponta que essa mobilização colocou estes atores na esfera pública, lhes outorgando notoriedade e confirmando-os como atores iniludíveis para o novo governo.

O Senado aprovou por unanimidade a Lei n. 27.345 da Emergência Social, em 14 de dezembro de 2016 (Argentina, 2016), que além de reconhecer os trabalhadores da economia popular, promovendo seus direitos, criou o Conselho da Economia popular e o Salário Social Complementar (SSC), vinculado ao Ministério de Desenvolvimento Social. Segundo o estabelecido no art. 4º da lei, o Conselho tinha o objetivo de funcionar como um âmbito institucional permanente, integrado por um representante do Ministério de Trabalho, Emprego e Seguridade Nacional; um representante do Ministério da Fazenda e Finanças Públicas da Nação e três representantes das organizações inscritas no Registro de Organizações Sociais da Economia popular e Empresas Autogeridas.

A lei também apresentou a articulação do Conselho com os programas sociais nacionais, promovendo a sua transformação progressiva no Salário Social Complementar, que equivalia a

¹³ Organizações sociais e sindicatos marcham hoje até à Praça de Maio sob o lema Paz, Pão e Trabalho. <https://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/subnotas/306239-78691-2016-08-07.html>

metade do salário-mínimo vigente; e criou o Registro Nacional da Economia popular (RENATEP) para fins de inscrição dos trabalhadores que atuavam na economia informal. Assim, para a CTEP e outras organizações da economia popular, a lei representou uma vitória material, mas fundamentalmente simbólica, na luta pelo reconhecimento institucional e de suas necessidades específicas por parte do Estado (Gonzalez, 2021). Contudo, devido às políticas econômicas implementadas pelo governo Macri, o valor do SSC foi sendo reduzido, passando a funcionar mais como uma política assistencialista e de contenção da pobreza, do que uma medida compensatória e geradora de oportunidades para os excluídos.

3.2 As mudanças no Programa Ellas Hacen e a unificação no Programa Hacemos Futuro

A nova gestão deu continuidade ao Programa Ellas Hacen durante os dois primeiros anos, com algumas mudanças no nível normativo. Por meio da Resolução n.º 592/16, a nova ministra do MSD, Carolina Stanley, introduziu alterações que implicaram, entre outros aspectos, a responsabilização individual pela situação de pobreza ou desemprego das beneficiárias, desativando gradualmente os componentes cooperativos e de promoção comunitária (Gamallo, 2017). Essa modificação foi justificada pelo governo, considerando que as cooperativas não tinham sido consolidadas as beneficiárias não tinham integrado o mercado de trabalho e (MDS, 2016 *apud* Hopp, 2017, p. 27). Nessa justificativa, o governo não levou em consideração os objetivos do cooperativismo popular.

Observa-se aqui uma das reformas mais importantes inseridas no Programa, uma vez que a nova orientação fragmentou os objetivos coletivos, organizacionais e comunitários do plano original e, ao mesmo tempo, promoveu valores meritocráticos e centrados nas capacidades individuais próprias da lógica neoliberal.

A Resolução n.º 2055/16 da Secretaria de Coordenação e Monitoramento Institucional incorporou novos objetivos e orientações e alterou o nome do Programa para Ellas Hacen – Nuevo Enfoque (Argentina, 2016). Dessa forma, a incorporação e o pertencimento a cooperativas de trabalho deixaram de ser critérios obrigatórios para permanecer no Programa, tendo-se reorientado os objetivos da política “[...] hacia aquellos dirigidos a brindar capacitación a través de cursos y prácticas de formación socio productivas” (Pacífico, 2020, p. 172), com a finalidade de melhorar as condições de empregabilidade individual das mulheres, promovendo progressivamente o seu empoderamento e autonomia econômica.

Contudo, Pacífico (2020, p. 184) aponta que

[...] el ingreso y pertenencia a una cooperativa, constituía para muchos de sus integrantes algo más que una oportunidad de acceder a un subsidio a cambio de la realización de un trabajo; para abrir camino a la posibilidad de transformar las formas de vivir.

Por conseguinte, as modificações realizadas no Programa foram contestadas e enfrentaram resistência dos movimentos sociais, na medida em que estes advertiram que tais medidas fragmentavam as suas formas de organização (Pacífico, 2020). Através de mobilizações e diversas jornadas de luta, em contexto tenso e conflituoso, os trabalhadores da economia popular conseguiram estabelecer mesas de diálogo e negociação com o governo, nas quais participaram líderes do setor e funcionários políticos. Nesse sentido, a CTEP foi formalmente incluída como uma das entidades executoras dos Programas Argentina Trabaja e Ellas Hacen, assumindo a gestão dos seus próprios projetos de trabalho (Pacífico, 2020).

Embora a participação nas cooperativas de trabalho tenha deixado de ser critério obrigatório do Programa até 2017, cinco mil quatrocentos e quinze cooperativas mantiveram-se integradas no Pris-At, das quais 2905 pertenciam à linha Ellas Hacen. Do total de cooperativas, 528 estavam agrupadas na CTEP. De 2016 a 2018, dentre as organizações sociais que estavam como entes executores, essa entidade manteve a maior quantidade de cooperativas sob sua responsabilidade (Gamallo, 2017).

No entanto, a aplicação das políticas neoliberais do governo Macri conformou um cenário de inflação elevada, supressão dos subsídios dos serviços públicos de eletricidade, água e gás, com o consequente aumento das tarifas, abertura às importações, aumento do desemprego, o que prejudicou fortemente o funcionamento das cooperativas em termos de capacidade de planejamento e previsibilidade dos custos e vendas. A produção ficou comprometida, levando ao fechamento de cooperativas e à fragmentação de iniciativas de colaboração entre os trabalhadores, como a partilha dos locais de trabalho, o apoio mútuo nas tarefas diárias.

Segundo Hopp (2017), essas experiências revelaram a precariedade do trabalho e a deficiência da estrutura institucional de apoio ao setor cooperativista. Ao mesmo tempo, destaca que a nova gestão do MDS implementou processos de regularização das cooperativas, ligados ao cumprimento de requisitos formais e burocráticos para o seu funcionamento, tais como a apresentação de balanços, livros contábeis, e atas. Porém, na prática, caracterizaram-se por serem operações de desmantelamento das cooperativas, com o objetivo político de colocar obstáculos à construção de espaços coletivos de trabalho, que prevaleceu nos fundamentos da formulação dos Programas.

Portanto, as modificações introduzidas foram realizadas ignorando as experiências anteriores, os recursos acumulados e as capacidades criadas durante a execução dos Programas da gestão anterior, como o Argentina Trabaja e o Ellas Hacen. Nesse sentido, um trabalhador do MDS (SIEMPRO, 2022, p. 97) aponta que o Hacemos Futuro deveria “[...] haber dejado margen para aquellas actividades que estaban en funcionamiento. [...] Había algunas cooperativas que estaban en pleno funcionamiento, algunos entes ejecutores estaban haciendo cosas interesantes. MW”.

As medidas tomadas mostram que o interesse do governo Macri não consistia em apoiar o setor cooperativo e associativo, nem proteger os seus trabalhadores ou a produção interna, mas, ao contrário, tratava-se de ações estratégicas arquitetadas para danificar o sistema socioeconômico existente.

[...] está totalmente orientada a bajar la producción nacional la matriz del gobierno. Con el tema de las importaciones, el aumento a las tarifas, una de las primeras medidas fue pagarles a los fondos buitres, la recesión, el dólar. [...] Para mí es totalmente focalizado para que el mercado argentino y la producción nacional caigan y se traiga todo de afuera (Hopp, 2017, p. 32).

As modificações descritas constituíram o precedente do Programa Hacemos Futuro, criado pela Resolução n.º96/2018, do Ministério de Desenvolvimento Social, que implicou a revogação e unificação dos programas Argentina Trabaja, Ellas Hacen e Desde el Barrio.

O Programa Hacemos Futuro tinha como objetivo auxiliar as pessoas e populações em situação de vulnerabilidade social, promovendo a sua autonomia econômica progressiva por meio da conclusão da educação básica e cursos teórico-práticos de formação integral que potencializassem as suas possibilidades de inserção no mercado de trabalho e sua integração social (Argentina, 2018b).

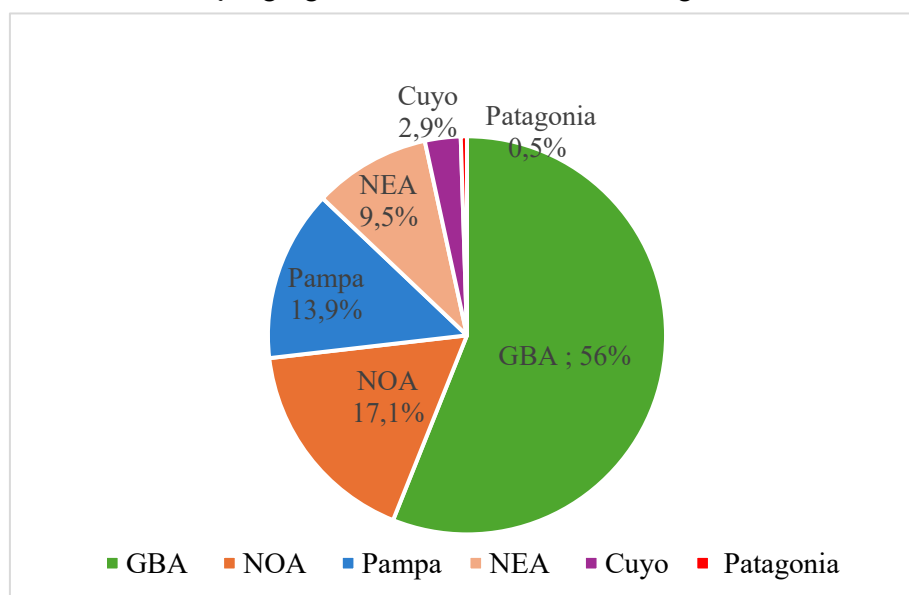
Conforme a normativa (Argentina, 2018b), o Programa foi instituído como uma política de transferência condicional de renda, que visava ao cumprimento, pelos beneficiários, de requisitos obrigatórios, atualização anual dos dados, conclusão do ensino básico e formação integral, sob a forma de oficinas, cursos de capacitação e ofícios à escolha dos beneficiários.

A atualização de dados envolveu o mapeamento das condições sociodemográficas, educativas e de acesso à saúde de cada titular do Programa. Quanto à conclusão do ensino obrigatório, estabeleceu-se como requisito de permanência no Programa a inscrição e a participação em propostas para esse fim, para a conclusão dos níveis de ensino fundamental e médio. Também foram previstas exceções, por períodos de até oito meses, para beneficiárias que enfrentavam violência de gênero, problemas de saúde graves e deficiências transitórias,

entre outras, que deveriam ser avaliadas pela Secretaria de Economia Social, responsável pela aplicação do Programa.

Segundo o Relatório Final de Avaliação de Resultados (SIEMPRO, 2022), elaborado pelo Conselho Nacional de Coordenação de Políticas em parceria com a Direção de Gestão de Políticas Públicas da Universidade Nacional de La Plata, o Programa Hacemos Futuro contou com um total aproximado de 238.000 beneficiários, dos quais 56% se encontravam distribuídos na região da Grande Buenos Aires (GBA), que compreende a Área Metropolitana de Buenos Aires (AMBA) e a Cidade Autônoma de Buenos Aires (CABA) (SIEMPRO, 2022). A quantidade de titulares relaciona-se com a densidade da população urbana e os níveis de pobreza concentrados nessa região.

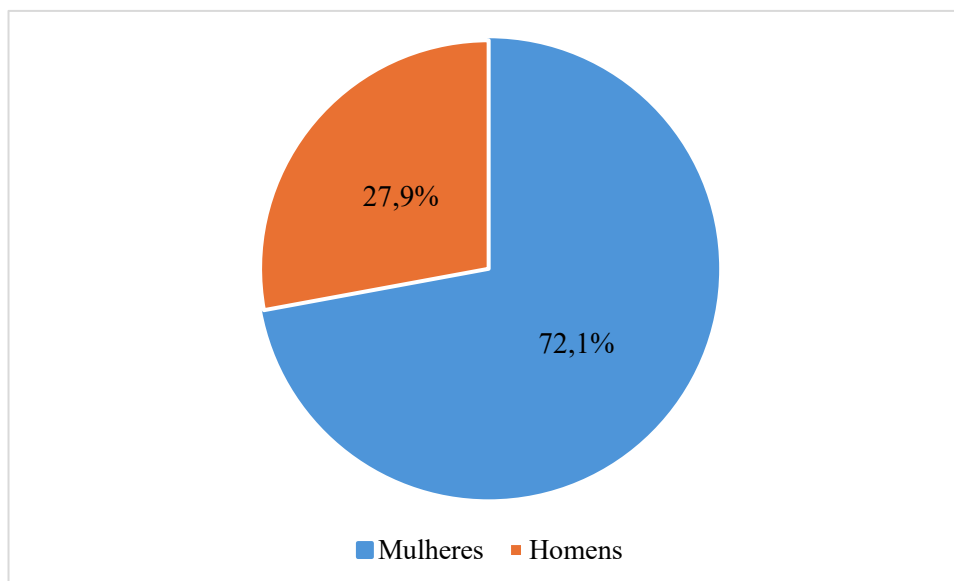
Gráfico 3. Distribuição geográfica dos beneficiários do Programa Hacemos Futuro.



Fonte: elaborado pela autora com base no Relatório de Avaliação de Resultados do Programa Hacemos Futuro (SIEMPRO, 2022).

É importante ressaltar que, embora a população-alvo do Programa fosse tanto mulheres quanto homens, de dezoito (18) a sessenta e cinco (65) anos de idade, a Resolução nº96/2018 (Argentina, 2018b) dava prioridade às populações com elevada vulnerabilidade social, incluindo mulheres com três ou mais filhos sob sua responsabilidade, ou com deficiência, vítimas de violência de gênero, incluindo, também, pessoas da comunidade trans, vítimas de tráfico de pessoas e de exploração sexual, mostrando certa continuidade com o Programa Ellas Hacen. Dessa maneira, destacou-se uma grande presença de mulheres jovens, que representaram 72,1% das participantes no Programa, 74% com menos de 45 anos (Gráfico 4).

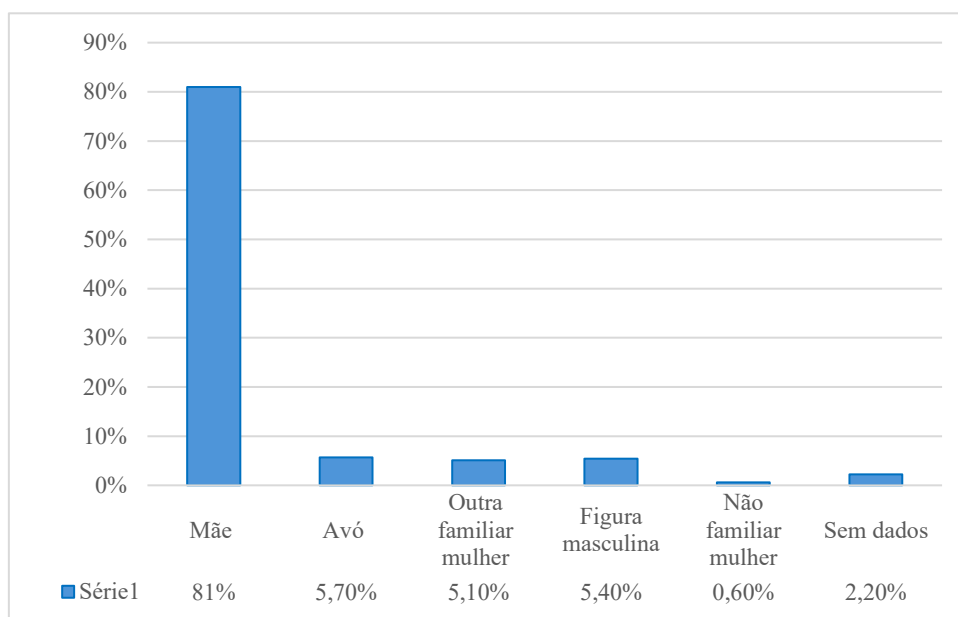
Gráfico 4. Distribuição dos beneficiários do Programa Hacemos Futuro por sexo.



Fonte: elaborado pela autora com base no Relatório de Avaliação de Resultados do Programa Hacemos Futuro. (SIEMPRO, 2022).

Do total de mulheres, 35,5% tinham três ou mais filhos menores de 18 anos, e quase todas dedicavam de 9 a 12 horas por dia às tarefas domésticas e ao cuidado de crianças; entre os homens beneficiários, apenas 5,4% eram responsáveis por tarefas de cuidados (SIEMPRO, 2022). Nos casos em que a mulher trabalhadora precisava deixar os filhos aos cuidados de outras pessoas, destaca-se a presença de outras mulheres, familiares ou vizinhas (Gráfico 5).

Neste sentido, verifica-se que a dedicação das mulheres às atividades domésticas e de cuidado de pessoas continua sendo muito maior do que as dos homens, ou seja, esse papel é quase exclusivo das mulheres.

Gráfico 5. Principal pessoa dedicada ao cuidado de crianças.

Fonte: elaborado pela autora com base no Relatório de Avaliação de Resultados do Programa Hacemos Futuro. (SIEMPRO, 2022).

Em relação ao nível de escolaridade, o relatório indica que, no momento da pesquisa¹⁴, 43,1% das titulares encontravam-se estudando, o que se traduz como “consistente con la línea programática que establece como condición de permanencia la finalización de estudios” (SIEMPRO, 2022, p.42). Além disso, quase 17% das mulheres tinham concluído o ensino fundamental e mais de 50% tinham finalizado o ensino médio.

Nesse sentido, mais da metade das beneficiárias com escolaridade incompleta indicou que frequentou os cursos enquanto era beneficiária dos Programas Argentina Trabaja e Ellas Hacen, ou seja, antes do início do Hacemos Futuro (SIEMPRO, 2022). Em 2018, aproximadamente 95.202 beneficiárias do Hacemos Futuro estavam cursando os estudos dos níveis fundamental e médio.

Ainda, o relatório (2022) indica que no final do Programa, 65,9% dos beneficiários não tinham concluído a formação básica, observando-se uma importante distinção de gênero com respeito ao nível de estudos alcançado. Enquanto quase 40% das mulheres finalizaram o ensino médio e algumas até iniciaram estudos superiores, apenas 17,7% dos homens conseguiram concluir a sua formação obrigatória (SIEMPRO, 2022). (Gráfico 6).

¹⁴Estudo realizado no período entre maio de 2021 e abril de 2022 (SIEMPRO, 2022).

Gráfico 6. Beneficiários do Programa Hacemos Futuro, distribuição por máximo nível educativo alcançado.



Fonte: Hacemos Futuro. Relatório final de Avaliação de Resultados. SIEMPRO, julho 2020.

3.3 Implantação do Programa Hacemos Futuro: Entidades Executoras e Unidades de Capacitação

A entidade responsável pela aplicação do Programa Hacemos Futuro foi a Subsecretaria de Políticas Integradoras, vinculada à Secretaria de Economia Social do MDS. Em relação à conclusão da educação básica, a Subsecretaria trabalhou em coordenação com o Ministério de Educação e Esportes da Nação, com as secretarias estaduais e com outros organismos, a fim de facilitar o acesso às instituições de ensino aos titulares que não tinham finalizado os seus estudos. Os cursos de formação integral precisavam ser validados pela entidade responsável (Argentina, 2018a), e o Programa exigia das beneficiárias a acreditação de um número mínimo de horas anuais, a saber, 120 horas se estivessem cursando o ensino formal, no nível fundamental ou médio, ou 300 horas, no caso de terem concluído a formação básica (Argentina, 2019).

As horas de formação podiam ser cumpridas por meio da inscrição em cursos de ensino superior não universitário, universitário ou de formação profissional certificados pelo Instituto Nacional de Educação Tecnológica (INET); em oficinas de formação ministradas por Unidades de Capacitação para a aprendizagem de ofícios, por exemplo, ferraria, carpintaria, horticultura; ou programas de fortalecimento de unidades produtivas nos quais se oferecia consultoria e capacitação geral para abordar a formalização e regularização societária e fiscal (Argentina,

2018a). Dessa forma, conforme aponta uma beneficiária do Programa (SIEMPRO, 2022, p. 132), “A nosotras nos exigían el estudio primario o secundario para las que no habían terminado; y bueno las que teníamos ya terminado podíamos entrar en capacitaciones o seguir estudiando en terciario la carrera que nos interesara”.

Por outro lado, a abordagem administrativa da política foi transferida para os escritórios da Administração Nacional da Segurança Social (ANSES), com os quais os beneficiários deviam estabelecer uma relação individual, direta e burocrática, tanto para a inscrição no Programa, como para a atualização de dados e a certificação das horas de atividades realizadas, por meio da apresentação dos documentos correspondentes.

Anteriormente, o atendimento aos beneficiários era realizado através de organismos, como os Centros de Atendimento Local (CAL) e os Centros de Referência (CDR), já descritos, que desempenhavam um papel de acompanhamento e apoio às beneficiárias, uma vez que possibilitavam uma abordagem personalizada, que levava em conta as particularidades ou dificuldades de cada pessoa na hora de cumprir as condições do Programa (SIEMPRO, 2017).

As mudanças implicaram no fechamento desses espaços, “en los que se había construido un espacio colectivo de socialización desde los cuales se organizaba el trabajo cotidiano que en muchos casos estaba inmerso en tareas socio-comunitarias” (Ferrari Mango, Campana, 2020, p. 15).

A nova administração do MDS sustentava a ideia de que as entidades executoras e os beneficiários dos Programas anteriores mantiveram “relaciones de carácter paternalista y clientelar y, en algunos casos, hasta extorsivas y/o abusivas” (SIEMPRO, 2022, p. 88). Considerava esses espaços como ineficientes, em termos administrativos, pouco transparentes e impossíveis de serem controlados pelo Ministério. Nesse sentido, uma das principais características da configuração do Programa foi “desarticular el entramado local que intermediaban la relación entre el titular y la administración central del Programa” (SIEMPRO, 2022, p. 89). Assim, ocorreu o fechamento das cooperativas e dos Centros de Atendimento Local e o encerramento da participação das entidades executoras.

Esta mudança gerou vários inconvenientes, sobretudo para as titulares, uma vez que implicou a realização dos trâmites burocráticos na ANSES, sem contar com uma pessoa para consultar sobre o processo. A situação causou confusão, falta de informação e medo de perda do benefício, além de levar as pessoas ao isolamento (Ferrari Mango, Campana, 2020). É importante mencionar que, devido à escassa informação sobre como realizar os processos de atualização de dados e apresentação de documentos, ocorreram casos de beneficiárias que

foram suspensas do Programa, conforme indica uma das entrevistadas no relatório de resultados (SIEMPRO, 2022, p. 234),

L - Mujer - 35 años - Santiago del Estero: Sí, me han suspendido. A mí me ha llegado a pasar que un mes no he cobrado porque no me han cargado los papeles. Porque yo no sabía que había que hacer eso, digamos como que se han desarmado las cooperativas y ya no teníamos nuestra presidenta que nos manejaba a nosotros, se ha desarmado todo entonces no sabía. Ha pasado más de una vez eso.

A decisão do governo de encaminhar o atendimento dos beneficiários para a ANSES teve como objetivo a transparência e eficiência do Programa, além de promover a individualização dos beneficiários, enfraquecendo a figura coletiva das cooperativas (Ferrari Mango, 2021). No entanto, não foi previsto um sistema de informação adequado às realidades do público-alvo, uma vez que as comunicações eram divulgadas por meio das redes sociais; ao mesmo tempo, previa-se que as consultas na ANSES fossem realizadas por cada beneficiário, por meio do site, do aplicativo ou por telefone, ignorando se a pessoa dispunha de telefone celular ou acesso à Internet.

A incorporação da ANSES como executora oficial da política implicou a absorção dos funcionários ministeriais que desempenhavam funções nos Centros de Atendimento Local, invalidando a figura da entidade executora. Porém, algumas entidades já consolidadas decidiram reconverter-se em Unidades de Capacitação (UCAPS), mantendo os acordos com o MDS, com o objetivo de continuar o acompanhamento das atividades e propostas de capacitação próprias. Assim, as relações estabelecidas entre os atores locais e o MDS nos anos de 2016 e 2017, sobretudo no caso da CTEP, foram fundamentais para a reconversão em unidade de capacitação, laços que se aprofundaram a partir de 2018 (Ferrari Mango, 2022).

No Programa *Ellas Hacen* as únicas entidades responsáveis da aplicação da política eram os estados municipais, que recebiam as despesas do governo nacional para desenvolver as atividades de acompanhamento e formação das beneficiárias.

No caso do Programa *Hacemos Futuro* as denominadas UCAPS podiam ser tanto organizações governamentais, tais como organismos públicos nacionais, estaduais e municipais; como organizações não governamentais, por exemplo, cooperativas, federações de cooperativas, fundações, associações civis sem fins lucrativos, OSC e organizações internacionais que trabalhassem com políticas sociais (Argentina, 2018b).

Nesse sentido, pode-se considerar que o Governo Macri abriu a possibilidade de acesso de entidades e organizações privadas como administradores da política pública; sustentando a lógica neoliberal de enfraquecimento do poder estatal e de auto regulação do mercado.

Assim, cada UCAP devia apresentar uma proposta formativa, um projeto com objetivos definidos, descrição das atividades, número de participantes previstos, duração da proposta, infraestrutura disponível, entre outros aspectos. A Subsecretaria de Políticas Integradoras realizava a seleção, validação e aprovação de cada UCAP, para posteriormente assinar os acordos e parcerias correspondentes. Nesse sentido, as diversas organizações que integravam a CTEP apostaram na criação de espaços formativos reconhecidos pela política, reivindicando a importância de sustentar os projetos de trabalho que estavam em curso.

Os projetos de trabalho cooperativos e comunitários realizados pelos entes executores no Programa Ellas Hacen - agora denominados UCAPS – continuaram desenvolvendo-se no Programa Hacemos Futuro, porém com a diferença que as atividades formativas deviam enquadrar-se em cursos teóricos de capacitação para o mercado de trabalho.

Ferrari Mango (2022) aponta que, para transformar-se em UCAP, a CTEP renovou as negociações e acordos com o MDS, com a particularidade de que o financiamento do Ministério se destinava a materiais, capacitadores e seguro de responsabilidade civil. As restantes despesas, fundamentais para o desenvolvimento das atividades, eram responsabilidade das próprias unidades capacitadoras.

De este modo, se desfinanciaba y se reducían los márgenes de acción. Concretamente, podían brindar cursos teóricos o bien talleres prácticos. Para ambos, utilizaron los soportes construidos anteriormente tanto desde su rol previo de ente ejecutor como de organización social que realizaba tareas sociocomunitarias (Ferrari Mango, 2022, p. 106).

Para a realização dos cursos teóricos, a CTEP coordenou ações com a sua própria Secretaria de Formação, adaptando as atividades de formação integral e política que realizavam internamente, segundo os acordos estabelecidos com o MDS. Assim, Ferrari Mango (2022) destaca como a CTEP conseguiu institucionalizar as experiências e revalorizar o papel da militância na organização e na formação. Os cursos realizados versaram sobre diversas temáticas, educação, justiça com perspectiva de gênero, promoção da saúde, trabalho, habitação e ambiente. Outras ofertas de formação integral relacionaram-se com atividades de construção, que concentraram o maior número de participantes, com 87,8% dos titulares, seguidos por segurança e higiene no trabalho, cursos sobre economia social, saneamento ambiental, serviços gastronômicos, paisagismo e jardinagem, ofícios têxteis, ferraria, estética, dentre outros (SIEMPRO, 2022).

No relatório de avaliação do Programa (2022), em entrevista, beneficiárias distinguiram aspectos positivos e negativos sobre as capacitações realizadas. Entre os comentários positivos,

algumas entrevistadas enfatizaram a possibilidade de adquirir novos conhecimentos, poder sair do âmbito doméstico, se encontrar com outras pessoas, aprender sobre construção mesmo sendo mulher e conseguir realizar reparações na própria casa, crescer pessoalmente (SIEMPRO, 2022). Por outro lado, os comentários negativos diziam respeito à carga horária elevada, à falta de certificação dos cursos realizados e, em alguns casos, a dissociação entre conteúdos teóricos e práticos e a escassa articulação entre as formações e as oportunidades de emprego formal. Nesse sentido, recupera-se a resposta de uma das entrevistadas:

E - Mujer - 51 años - La Matanza: [...] en Hacemos Futuro cambié la cosa porque [...] tenía que cumplir no sé cuántas horas de estudio [...]. Hice un montón de estudios (Violencia de Género, Nutrición, Carpintería, Carpintería de Aluminio) que fueron los que más me gustaron, pero a su vez frustrada. Teníamos lo que era teórico y no la práctica, entonces no servía de nada, la verdad que fue tiempo perdido para mí. Estaba bueno, pero no teníamos las prácticas. Yo preferiría ir a limpiar las calles (SIEMPRO, 2022, p. 137).

Ao mesmo tempo, as beneficiárias estabeleceram comparações entre o Programa Hacemos Futuro e os Programas da gestão anterior. Destacaram especialmente a falta de informação quando as mudanças foram efetuadas no Programa, a fragmentação dos grupos formados durante o *Ellas Hacen* e a queda do valor do estímulo econômico recebido. Além disso, muitas afirmaram que teriam preferido que o Programa estimulasse mais o trabalho. Como se refere outra das entrevistadas (SIEMPRO, 2022, p. 144),

V - Mujer - 37 años - La Plata: Cambiaron el nombre del programa, pero no había en sí un proyecto que ellos tuvieran para la gente. No nos mandaban a trabajar, [...] nosotras tratamos de completar las horas que nos pedían y nada más. Pero, cada uno por su cuenta, en ese momento yo no estaba con mis compañeras que estaba antes [...]. Cada una tuvo que buscar algo para completar las horas que nos pedían.

Esse relato manifesta como as beneficiárias perceberam as mudanças na lógica do Programa, constatando o enfraquecimento das redes comunitárias e dos laços que construíram durante o *Ellas Hacen*, bem como a baixa articulação entre as ofertas de capacitação do Programa e o mercado de trabalho formal. Outra mulher entrevistada aponta que,

V- Mujer - 37 años - La Plata: Yo creo que, si nos capacitan, que haya un proyecto para que podamos trabajar de eso, y que no sigamos siempre en un plan, porque si no es como que siempre dependemos del plan. Y somos muchas las que no queremos siempre un plan, queremos un trabajo. Que, si nos capacitan para algo, tengamos la salida laboral, para no percibir siempre el plan (SIEMPRO, 2022, p. 253).

O Programa Hacemos Futuro articulou-se com o mercado de trabalho formal por meio de outros dois Programas, *Empalme* e *Ingreso Protegido al Empleo*, criados pelo Decreto

304/2017, que permitiam aos beneficiários do Hacemos Futuro com acesso a um emprego formal, continuar recebendo uma porcentagem do incentivo monetário enquanto a renda fosse menor que o salário-mínimo, pelo prazo de um ano. Desse modo, as empresas podiam incluir o montante recebido pelo Programa como parte do salário do trabalhador. Em caso de perda do posto de trabalho dentro dos 12 meses, o titular tinha a possibilidade de voltar ao Programa (Argentina, 2018b).

Em 2016, havia 641 titulares do Ellas Hacen e 2681 titulares do Argentina Trabaja com emprego registrado, número que aumentou de forma constante até os 20.570 titulares, em outubro de 2019. Desse total, 8017 saíram do Programa, visto que conseguiram manter o emprego durante todo o ano.

No entanto, esses Programas de acesso ao emprego formal não levaram em conta a perspectiva de gênero, considerando que sete em cada dez titulares do Programa eram mulheres e apenas 42% delas conseguiram emprego; as possibilidades eram melhores para os homens, com ensino médio concluído e capacitação em ofícios (Argentina, 2019).

Adverte-se, assim, como as mulheres, na atual estrutura econômico-social, têm dificuldades de acesso ao mercado de trabalho formal, pois, segundo os dados do Observatório da Universidade Católica Argentina (UCA), do ano 2019, “para esta población, ser mujer implica un 60% más de probabilidad de no conseguir empleo, además implica una mayor exigencia educativas e ingresos más bajos (Argentina, 2019, p. 115)”.

Desta forma, pode-se considerar o Programa Hacemos Futuro como uma estratégia do governo para a contenção da população socialmente vulnerável, mais do que uma política que promove e cria oportunidades reais de emprego formal.

3.4 Hacemos Futuro em articulação com o Plano FinEs II no contexto de cortes no financiamento educativo

Como foi referido, a gestão Macri implementou medidas de redução e ajuste da verba pública, afetando o nível do emprego, a segurança social, a cobertura dos programas sociais, entre outras áreas e, ao mesmo tempo, promoveu o empreendedorismo e o trabalho autônomo informal como novas lógicas de trabalho (Pérez; López, 2018).

Nesse sentido, a educação pública também foi afetada pelas reformas estatais, que se refletiram na reestruturação dos órgãos burocráticos, com a dissolução de grupos de trabalho e o desmantelamento de secretarias e direções do Ministério de Educação Nacional. Ocorreram a suspensão de programas socioeducativos, como o Programa Nacional de Formação Docente

Situada (PNFS) e a redefinição dos programas Conectar Igualdad¹⁵, Progresar¹⁶, dentre outros (Maturó; Bocchio, 2021, Correa; Bocchio, 2022). Assim, o governo avançou com uma lógica de desconcentração e descentralização dessas políticas para os estados, que deveriam decidir de forma autônoma como mantê-las em funcionamento, de acordo com as suas prioridades e recursos (Correa; Bocchio, 2022).

Segundo González (2021), a implantação do Plano FinEs foi marcada pela diluição do papel central do Ministério de Educação Nacional e do MDS no desenvolvimento e promoção das políticas e as repassou para as jurisdições estaduais. O antigo Ministério de Educação tornou-se Ministério da Educação e Esportes e a gestão da política educacional passou a depender da Área de Jovens e Adultos da Direção de Formação Profissional. No MDS também ocorreram alterações, com a criação da Coordenação Educativa, que dependia da Secretaria de Economia Social.

Em abril de 2016, o ministro de Educação e Esportes, Esteban Bullrich, estabeleceu a continuidade do Plano FinEs II para o período 2016-2019 mediante a Resolução n.º 178/16 (Argentina, 2016), que delimitou três linhas de ação: FinEs deudores de materias, FinEs Trayecto Secundario e FinEs Trayecto Primario. A execução de cada linha foi delegada às jurisdições estaduais, com a competência de instituir as normas necessárias para adequar a oferta às suas diversas realidades, seguindo os acordos definidos no CFE em relação à modalidade da EJA.

Embora o governo tenha garantido a continuidade do Plano, foram realizados cortes no seu financiamento, com queda no orçamento destinado às políticas socioeducativas de 9.000 milhões de pesos argentinos para 5.200 milhões (Secretaria de Hacienda, 2017 *apud* Correa; Bocchio, 2022), com a consequente redução do número de sedes e o aprofundamento da precarização do trabalho docente.

A regulamentação (Argentina, 2016) estabelecia que cada estado deveria designar os responsáveis para a implantação do Plano, definindo as suas funções e tarefas, e selecionar as

¹⁵ O Plano Conectar Igualdad foi criado em 2010, por meio do Decreto 459/10 com a finalidade de fornecer um computador portátil (netbooks) a cada aluna, aluno e professor de ensino médio, educação especial e Institutos de Formação Docente. Assim foram entregues quase cinco milhões de computadores em todo o país. <https://dgns-nqn.infed.edu.ar/sitio/programa-conectar-igualdad/>

Durante o governo Macri o Programa sofreu cortes significativos da verba destinada e posteriormente foi eliminado.

¹⁶ O Programa de Respaldo a Estudiantes de Argentina (PROG.R.ES.AR) foi criado em 2014 pelo Decreto 84/14 e consistia no pagamento de um incentivo econômico (bolsa) mensal destinada a jovens entre 18 e 24 anos de idade para que finalizassem o ensino obrigatório, continuassem seus estudos no nível superior e se formassem profissionalmente. Na gestão do presidente Macri, além da redução do valor da bolsa, o governo estabeleceu um sistema meritocrático para a continuidade dos estudantes no Programa; os alunos deveriam manter a suas notas em uma média alta e serem aprovados no mínimo em três disciplinas por ano (no caso do ensino superior).

escolas de referência, que se vinculariam ao Programa e coordenariam as sedes que funcionariam em espaços não escolares.

A administração e aplicação do Plano FinEs continuou com o modelo de gestão conjunta, através de acordos entre o Ministério de Educação e Esportes e as secretarias estaduais de educação, as universidades nacionais¹⁷, organizações sindicais, religiosas, empresas. No entanto, os novos funcionários afirmaram a necessidade de estabelecer ordem e controle no Programa (González, 2021), enfraquecendo o componente político-militante local na aplicação do Programa e do representante nas sedes.

O objetivo das autoridades educativas foi apropriar-se do Programa, determinando novas características de funcionamento e redefinindo o papel dos inspetores como autoridades pedagógicas, que atuavam como autoridades administrativas em conjunto com os coordenadores dos diferentes níveis, municipal, estadual e nacional (UNIFE, 2018).

As modificações na política implicaram a integração das sedes do FinEs, como extensões acadêmicas das escolas de referência e na transformação do Plano, de caráter socioeducativo, para um plano educativo centrado em valores individuais, que deviam ser protegidos da discussão política (González, 2021, UNIFE, 2018).

A Cidade Autônoma de Buenos Aires (CABA) e o estado de Buenos Aires foram as jurisdições com maior número de sedes em nível nacional, em razão do alto grau de concentração populacional. Nessas regiões, as modificações implicaram na eliminação gradual das intervenções das organizações sociais, sindicais e políticas, ancoradas em argumentos sobre as novas lógicas de gestão e a necessidade de controlar a política (González, 2021).

Além disso, o Plano foi drasticamente reduzido em consequência das medidas político-econômicas e da nova visão do estado mínimo. Assim, ocorreu a diminuição da quantidade de sedes, devido à decisão das autoridades educativas segundo a qual as salas não poderiam funcionar em qualquer espaço, especialmente em sedes de movimentos sociais ou de partidos políticos (Brunetto, 2020). A reforma do FinEs baseou-se na suspeita de que havia uso indevido do Plano, sob formas clientelistas ou dogmáticas, efetivadas pelas organizações sociais e agrupações políticas, que tiveram forte protagonismo durante o governo anterior na aplicação da política em nível local (Brunetto, 2020).

A Resolução estadual n.º 713/17 (Buenos Aires, 2017) estabeleceu a nova organização do Plano, definindo uma quantidade mínima de 15 alunos em zonas urbanas e 5 alunos em

¹⁷ A Resolução n. 1535/14 incorporou a participação do Sistema Universitário Público Nacional na divulgação, implantação e desenvolvimento de propostas curriculares para jovens e adultos no marco do Plano FinEs (Argentina, 2014).

zonas rurais, para a conformação e abertura das sedes. Também eliminou as turmas compostas pelas beneficiárias do *Ellas Hacen*, e compôs novas constituídas por homens e mulheres de distintos programas sociais e estudantes que não eram titulares de programas sociais.

O estado de Buenos Aires efetuou o pagamento dos salários dos docentes por meio de transferências de recursos do governo central, enquanto os custos de manutenção das sedes ficaram sob responsabilidade dos bairros e suas instituições (UNIFE, 2018).

Deste modo, a relação das turmas com as escolas de referência foi unicamente administrativa, visto que as escolas não assumiam responsabilidades nas questões de infraestrutura e de fornecimento de recursos básicos para as tarefas que realizavam (UNIFE, 2018). Essas atividades ficavam sob responsabilidade das pessoas de referência que usavam, geralmente, mecanismos de solidariedade dos bairros ou das instituições para conseguirem os materiais necessários.

Por outro lado, as aulas do Plano FinEs, no contexto do Programa *Ellas Hacen*, permitiam às titulares gerar espaços de socialização e de empatia para falar e serem escutadas, entre outros aspectos, sobre as situações de violência que sofriam. Mas, sob a gestão do presidente Macri, constituíram-se turmas mistas, o que prejudica os laços de confiança, proximidade e empatia construídos (Voria; Míguez, 2019).

Algumas das mulheres beneficiárias no relatório de avaliação do Programa *Hacemos Futuro* apontaram a etapa de conclusão do ensino obrigatório como uma realização pendente, um desejo pessoal que não teriam sido cumpridos sem o Programa e o Plano FinEs.

S - Mujer - 53 años - La Matanza: [...] fue lindo, porque yo en su momento no había terminado los estudios, y cuando estuvo el plan FinES, nos anotaron en uno de los programas, [...] era una tarea pendiente que yo tenía, y bueno, lo terminé. Así que eso fue muy satisfactorio para mí... como que te realizas como persona... [...] a mí me emociona, fue una linda etapa (SIEMPRO, 2018, p. 160)

Outra mulher, no estudo de González (2020, p. 139), fala sobre a exclusão vivida nos anos de 1990, a procura de emprego para ajudar a família, a conclusão do ensino médio como um sonho postergado pela maternidade e a vergonha:

[...] yo fui una excluida de los años noventa que por cuestiones económicas y familiares no tuve la posibilidad de estudiar, tuve que trabajar primero para ayudar a mí mamá y después para sobrevivir. Yo y mis sueños lo fui relegando, después vinieron los hijos y la vergüenza también... jamás, jamás hubiera terminado la secundaria si no lo hacía en el FinEs, ¿qué mujer con cinco hijos cabeza de familia lo hubiese hecho?

Também houve casos de mulheres que, apesar de concluírem os estudos obrigatórios com o Plano, tinham outras expectativas com o Programa Hacemos Futuro, por exemplo, continuar com as formações profissionais ou conseguir emprego.

D- Mujer - 41 años - La Matanza: Hacemos Futuro fue el tiempo que estudiamos, se suponía que con eso íbamos a tener una salida laboral. Fue terminar el secundario, que lo terminaba mucha gente, pero hay mucha gente que después de eso esperaba algo más, porque si no ¿con qué salís a buscar trabajo? (SIEMPRO, 2018, p. 133).

Outras experiências se relacionam com a dificuldade de algumas mulheres para assistir às aulas ou cursos por causa do tempo dedicado ao cuidado dos filhos, visto que na formulação do Programa não foi considerada essa situação. Uma das entrevistadas expõe:

G - Mujer - 59 años - Almirante Brown: termine la primaria, pero a la secundaria no pude inscribirme. Había lugares que lo podía hacer de noche, ¿pero y los chicos? era de las 6 de la tarde a 10 de la noche, y tenía que viajar, y los chicos me mataban (SIEMPRO, 2018, p. 175).

No entanto, outras beneficiárias delegaram os cuidados das crianças para familiares ou pessoas de confiança, geralmente outras mulheres. Em algumas situações, elas contavam com ajuda de outras colegas do Programa.

J - Mujer - 33 años – Mendoza: R: Hubo un momento que sí se me complicaba porque por ejemplo tengo a mi hijo de cinco años, cuando era chiquito. Se lo dejaba siempre a alguien de confianza, si no era mi suegra, a mi cuñada, que viven [...], cerca, o a mi mamá que estaba más lejos. [...] O sea se me complicaba, pero gracias a dios me ayudaban mi marido, mi cuñada, mi suegra, ellos sabían que tenía que ir si o si (SIEMPRO, 2018, p. 171).

Em suma, o Programa Hacemos Futuro foi considerado pelas beneficiárias como uma oportunidade de empoderamento pessoal, sobretudo pela possibilidade de concluir os estudos, projeto que tinha sido adiado, em muitos casos, em virtude das dificuldades enfrentadas por elas no decorrer de suas vidas (SIEMPRO, 2018).

Por outro lado, é importante destacar que na formulação do Programa Hacemos Futuro, assim como do Ellas Hacen, não foram contempladas as horas que as destinatárias ocupam desempenhando tarefas domésticas e de cuidado, atividades que são realizadas quase exclusivamente pelas mulheres; o que resulta contraditório, uma vez que nos documentos normativos, os Programas explicitam que grande parte do público-alvo são mulheres com filhos. Assim, em muitos casos, as beneficiárias tiveram que implementar diversas estratégias por conta própria, para conciliar o tempo de trabalho nas suas casas com as horas de trabalho exigidas pelos Programas.

O seguinte Quadro 7 apresenta uma comparação entre os Programas Ellas Hacen e Hacemos Futuro, em termos de objetivos, público-alvo da política, requisitos obrigatórios, controle sobre as atividades realizadas e outras dimensões, com a intenção de expor as modificações ocorridas nos Programas de forma mais sintética e clara.

Quadro 7. Comparação dos Programas Ellas Hacen e Hacemos Futuro.

Programas/ Dimensões	Programa Ellas Hacen	Programa Hacemos Futuro
Ano de criação	2013	2018
Normativas	Resolução n° 2176/13	Resolução 96/2018 e Resolução 151/2018
Objetivos	Inclusão social de mulheres chefes de família, com três ou mais filhos sob sua responsabilidade, menores de 18 anos ou com deficiência ou mulheres vítimas de violência de gênero que vivam em bairros vulneráveis.	Empoderar as pessoas e populações em situação de vulnerabilidade social, promovendo a sua autonomia econômica progressiva por meio da conclusão da educação básica e cursos teórico-práticos de formação integral que potencializem as suas possibilidades de inserção no mercado de trabalho e sua integração social.
Destinatárias/os	Mulheres em situação de extrema vulnerabilidade social, que sejam mães ou vítimas de violência de gênero.	Pessoas em situação de risco ou estado de vulnerabilidade social, de 18 a 65 anos. Estabelecendo prioridade para mulheres com três ou mais filhos, ou um com deficiência, vítimas de violência de gênero, mulheres da comunidade trans, vítimas de tráfico de pessoas e de exploração sexual.
Requisitos a cumprir	Concluir os estudos obrigatórios e realizar atividades de capacitação para formar cooperativas de trabalho em seus bairros e comunidades e melhorar a qualidade de vida.	Atualização anual dos dados sociodemográficos, educativos e de acesso à saúde; conclusão do ensino básico e participação em cursos de formação integral de escolha dos beneficiários.
Entes executores/ Abordagem administrativa	Os municípios definiam os locais de trabalho, distribuíam as ferramentas e designavam as tarefas a serem realizadas. Os Centros de Atenção Local (CAL), espaços regionais de gestão do MDS, contavam com uma equipe multidisciplinar e ofereciam atendimento personalizado, acompanhamento e apoio às beneficiárias.	Fechamento dos Centros de Atenção Local, e transferência da gestão aos escritórios da ANSES, responsável pela inscrição, a atualização de dados e a acreditação das horas de atividades realizadas. Relação individual, direta e burocrática dos titulares com a instituição. Reconversão dos entes executores em UCAPS por meio de apresentação de uma proposta formativa.

Controle da presença/assiduidade das/os beneficiárias/os nas atividades	Coordenadoras/es ou dirigentes das cooperativas designadas/os pelos municípios. Pessoas de referência (voluntárias) das sedes do Plano FINES que as beneficiárias frequentavam.	Certificação de cumprimento das horas mínimas: 120 horas se estivessem cursando o ensino formal ou 300 horas no caso de terem concluído a formação básica. Tal certificação é concedida por meio da apresentação de documentação comprobatória na ANSES, de matrícula regular em curso, ou certificado de finalização.
Conclusão do ensino básico com o Plano FINES e Cursos de Formação Integral	Formação de turmas do Plano FINES, específicas para as destinatárias e constituídas em cada sede, baseadas nas experiências formativas prévias de cada aluna. Cursos de capacitação em obra, de prevenção da violência de gênero, de prevenção da saúde familiar e comunitária.	Corte em 40% do orçamento destinado ao Plano FINES, redução do número de sedes. Eliminação das turmas específicas das titulares do Ellas Hacen, formando comissões mistas. Capacitações em ofícios como ferraria, carpintaria, horticultura, têxtil, atividades da construção, segurança e higiene no trabalho, estética, serviços gastronômicos, dentre outros.
Lógica do desenho do Programa	Trabalho cooperativo, construção de redes de acolhimento, fortalecimento das habilidades pessoais e coletivas do grupo de beneficiárias, e, por fim, da comunidade.	Cada pessoa é responsável pela sua situação de pobreza e desemprego. Foco nas capacidades individuais. Ênfase em melhorar a condição de empregabilidade do beneficiário para o acesso ao mercado de trabalho formal.

Fonte: elaborado pela autora com base nas normativas e documentos dos Programas (Argentina, 2013; Argentina, 2018a; Argentina, 2018b).

A comparação dos programas mostra as transformações pelas quais eles passaram após a mudança de governo, em 2016. A aplicação de políticas neoliberais durante a gestão Macri imprimiu ao Programa Hacemos Futuro uma lógica individualista, meritocrática e de competição no mercado, focada no sucesso pessoal por meio do aprimoramento das capacidades individuais.

Ao mesmo tempo, foram eliminados os valores de solidariedade e de trabalho coletivo e cooperativo construídos no Programa Ellas Hacen, que buscava melhorar a qualidade de vida de cada beneficiária, de sua família e da comunidade.

No próximo capítulo são abordadas as modificações inseridas no Programa Hacemos Futuro pelo Governo Alberto Fernández (2019-2023), cuja gestão foi marcada pela crise econômica causada pelas decisões políticas da gestão anterior (Macri) e agravada pela crise sanitária, consequência da pandemia de Covid-19, bem como a forma como elas afetaram diretamente os trabalhadores da economia popular.

Capítulo 4

O Programa Nacional Potenciar Trabajo

4.1 O governo Alberto Fernández, a gestão da pandemia e a criação da UTEP

A chegada de Alberto Fernández à presidência (2019) com a coalizão política Frente de Todos aconteceu num contexto sociopolítico e econômico complexo, a exemplo da taxa de pobreza, que atingia 32% da população no final de 2018 (INDEC, 2019a), e da taxa de desemprego, que chegou a 10,1% da população em março de 2019 (INDEC, 2019b). Somava-se a isso o alto nível de inflação, de insegurança alimentar e o condicionamento do FMI sobre a regulação do gasto público, em virtude da dívida com o organismo internacional.

No discurso de tomada de posse, o presidente expressou que

Más de quince millones de personas sufren de inseguridad alimentaria, en un país que es uno de los mayores productores de alimentos del mundo. Necesitamos que toda la Argentina unida le ponga un freno a esta catástrofe social. [...] Por eso, la primera reunión oficial de nuestro gobierno consistirá en un encuentro de trabajo sobre esa prioridad: el Plan Integral Argentina contra el Hambre (Biblioteca del Congreso de la Nación, 2023, p. 7).

Nesse momento, o setor da economia popular foi particularmente destacado pelo presidente, que declarou a intenção de gerar políticas públicas com as organizações sociais como atores centrais, porém, apontando a necessidade de criar empregos formais para garantir a segurança social e o acesso aos direitos (Biblioteca del Congreso de la Nación, 2023).

Nesse sentido, o Plano Integral Argentina contra el Hambre, instituído em janeiro de 2020 por meio da Resolução nº8/2020, consistiu na complementação da renda das famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica para a compra de alimentos por meio da concessão de um cartão de débito que recebeu o nome de Tarjeta Alimentar. O Plano priorizou mães e pais com crianças de até seis anos de idade, mulheres grávidas e pessoas com deficiência, além de financiar os refeitórios escolares e as cozinhas comunitárias (Argentina, 2020b). O Plano também promovia um sistema de produção de alimentos através do fortalecimento da economia solidária, social e popular, o cooperativismo e a agricultura familiar com a criação de mercados populares, o financiamento de produtores e o fortalecimento de redes comunitárias de comércio.

No entanto, além de ter que enfrentar as condições complexas do país, consequência do governo anterior, a nova gestão teve que se encarregar das dificuldades advindas da pandemia de Covid-19 apenas três meses depois de sua posse.

Em 13 de março de 2020, por meio do Decreto nº260/2020, o presidente Fernández declarou estado de emergência sanitária e estabeleceu a suspensão de atividades produtivas

consideradas não essenciais, além de restringir a circulação de pessoas que apresentavam sintomas da doença ou estivessem em contato com elas (Argentina, 2020g). Uma semana depois, pela velocidade no aumento dos casos de pessoas contagiadas e falecidas, o Poder Executivo, mediante o Decreto nº297/2020, instituiu o Aislamiento Social, Preventivo y Obligatorio (ASPO) durante dez dias, com possibilidade de prorrogar o prazo se fosse preciso (Argentina, 2020h).

Para conter as consequências do isolamento obrigatório na vida cotidiana dos trabalhadores, desempregados ou com trabalhos informais, bem como das trabalhadoras domésticas, que viam a sua renda reduzida, o governo estabeleceu, por meio do Decreto nº310/2020 o Ingreso Familiar de Emergência (IFE), um auxílio econômico excepcional a ser outorgado no mês de abril de 2020, com possibilidade de ser prorrogado pelo Poder Executivo até a emergência sanitária estar sob controle (Argentina, 2020i).

Importante ressaltar que os beneficiários de programas como o Salário Social Complementar, Programas Hacemos Futuro, e posterior Potenciar Trabajo, dentre outros, não podiam ser beneficiários do IFE, exceto os titulares da Asignación Universal por Hijo (AUH), Asignación Universal por Embarazo (AUE), Tarjeta Alimentar e o Plano PROGRESAR.

A partir desses parâmetros, o Governo realizou uma estimativa que apontou cifras de 3,6 a 4 milhões de pessoas que receberiam o IFE, porém, na hora da inscrição online, registraram-se 13,4 milhões de pessoas, quantidade que, após a avaliação dos requisitos, foi reduzida para 8,9 milhões, dobrando o número previsto. Notou-se também que 55% das beneficiárias foram mulheres entre 18 e 24 anos (D'Alessandro, 2022).

Segundo Liaudat, Tóffoli e Fontana (2023), a crise sanitária revelou o que as organizações sociais indicavam há anos: aproximadamente um terço da população vivia em condições precárias, portanto, a obrigatoriedade da quarentena e a ordem do Governo para que a população ficasse em casa representava um problema, considerando as situações de superlotação dos bairros populares, a precariedade das moradias e a falta de acesso aos serviços básicos como água, luz e esgoto.

Essa situação teve notoriedade após o falecimento de Ramona Medina por Covid-19. Isso porque Ramona foi uma referência da organização popular La Poderosa, que passou mais de dez dias sem água potável, o que a impediu de cumprir com os cuidados mínimos para evitar o contágio. Ela, como muitas outras mulheres, havia continuado com suas atividades sociocomunitárias.

Nas comunidades e bairros populares, as organizações sociais, dentre elas a UTEP, desempenharam papéis fundamentais no sustento e cuidado das populações vulneráveis, como

já vinham fazendo os movimentos sociais desde os anos 2000, mas com o desafio de conter a disseminação do vírus da Covid-19 e salvar vidas.

Por meio das atividades sociocomunitárias, geralmente desenvolvidas pelas mulheres das organizações sociais, nas cozinhas e refeitórios comunitários e nas tarefas de cuidado como a colaboração na continuidade educativa de crianças e adolescentes, no acompanhamento de situações de violência de gênero, na distribuição de elementos de higiene e confecção de máscaras, criaram-se redes de contenção para as famílias e a comunidade impedida de sair para trabalhar (Liaudat, Tóffoli, Fontana, 2023; Elbert, Boniolo, Dalle, 2022).

Tais atividades não só não foram interrompidas durante a pandemia de Covid-19 como também se expandiram, chegando a ser declaradas pelo Governo como atividades essenciais, sem restrições oriundas do isolamento social obrigatório. Isso gerou um avanço em seu reconhecimento social, historicamente desprezado (Liaudat, Tóffoli, Fontana, 2023). Em dezembro de 2020, esse reconhecimento resultou no pagamento de uma remuneração durante um ano por parte do Estado às trabalhadoras comunitárias (Piscetta, 2020).

Nesse sentido, a União de Trabalhadores e Trabalhadoras da Economia popular (UTEP) foi concretizada na unidade de concepção, força e luta das organizações sociais que já militavam no início dos anos 2000, cresceram e se fortaleceram entre 2011 e 2019. As ações reivindicativas realizadas pelo Tridente San Cayetano (CTEP, Barrios de Pie e CCC) a partir de 2016 acarretaram a volta das discussões para formar um espaço comum dos trabalhadores excluídos e a aproximação de outras organizações identificadas com a luta, como a Frente Popular Dario Santillán (FPDS), La Poderosa, dentre outras.

A UTEP surgiu em 21 de dezembro de 2019, num ato realizado na Cidade Autônoma de Buenos Aires (CABA) que contou com a presença de representantes do setor de todo o país e dirigentes políticos e sindicais, além de funcionários da nova gestão do Governo, como o Ministro de Desenvolvimento Social, Daniel Arroyo (Sabatés, 2019).

O Sindicato foi formalizado em assembleia, realizada em abril de 2021, que elegeu para o Conselho Diretivo os seguintes dirigentes: Esteban Castro, da CTEP, como secretário-geral, Dina Sánchez, da FPDS, e Norma Morales do Barrios de Pie, como secretárias-gerais adjuntas, Freddy Mariño da CCC, como secretário-geral adjunto de Organização e Gildo Onorato, do Movimento Evita, como secretário-geral adjunto gremial (Resumen Latinoamericano, 2021).

Logo após a formalização da UTEP, os primeiros desafios foram consolidar a estrutura orgânica interna, integrar-se à CGT e obter o reconhecimento legal do Estado (Liaudat; Tóffoli; Fontana, 2023).

Sobre a organização interna da entidade, procurou-se adotar uma estrutura similar aos grêmios tradicionais, realizando um processo de filiação sindical e elegendo os representantes das secretarias nacionais e regionais, e os referentes dos oito ramos produtivos: Serviços Sócio-Comunitários, Recuperação, Reciclado e Serviços Ambientais, Agricultura Familiar e Camponesa, Comércio Popular e Trabalhos em Espaços Públicos, Indústria de Manufatura (Têxtil), Construção e Infraestrutura Social e Melhoramento Ambiental, Indústria de Manufatura, Meios de Comunicação Social Comunitários, Transporte e Armazenamento, Serviços Pessoais e Outros Ofícios (RITEP, 2023).

No que diz respeito à integração à CGT, até o momento a UTEP não conseguiu se incorporar ao sindicato dos trabalhadores. Embora se articule em ações reivindicatórias e em mobilizações conjuntas, a organização continua apresentando as mesmas reticências por parte de alguns dos dirigentes sindicais, como em 2011 na incorporação da CTEP à CGT, argumentando que o ingresso na Confederação Geral poderia alterar as estruturas internas do grêmio em vista da massificação dos trabalhadores da economia popular (Liaudat, Tóffoli, Fontana, 2023).

Isso tem relação com a falta de reconhecimento social e estatal aos trabalhadores que realizam atividades dentro da economia popular ou da economia informal (Muñoz; Villar, 2017). Abal Medina (2017, p. 43), em entrevistas a dirigentes da CGT, aponta que eles “expresaban su compromiso con la realidad de estos sectores empobrecidos, pero no los representaban como trabajadores en sentido estricto [...] no se los reconocía como un sujeto organizado.”

Para justificar a recusa da incorporação da CTEP, os líderes sindicais expressaram duas preocupações: por um lado, a de que incluir esse setor significaria sustentar a ilegalidade, uma vez que todos esses trabalhadores recebem remunerações inferiores ao salário mínimo; e, por outro lado, o risco de formar um núcleo sindical com movimentos sociais, pois, segundo os dirigentes, estes últimos são incontroláveis, especialmente em eleições, porque não é possível saber com precisão quantos são, nem quem são, já que fazem parte de uma economia sem registro (Abal Medina, 2017)

Por outro lado, em março de 2021 a UTEP conseguiu o reconhecimento estatal parcial por meio da criação do “[...] Registro de Asociaciones de Trabajadores de la Economía popular y de Subsistencia Básica, y em agosto la inscripción y otorgamiento de la personería social [...]” (Liaudat, Tóffoli, Fontana, 2023; p. 274). A partir desse momento, a UTEP torna-se, diante do Ministério de Trabalho, um ente oficial para estabelecer negociações, resolver conflitos e orientar políticas para a economia popular.

4.2 O Programa Nacional de Inclusión Socio-Productiva y Desarrollo Local – Potenciar Trabajo: principais características

Em março de 2020, por meio da Resolução 121/2020, o Governo unificou os Programas Hacemos Futuro, Proyectos Productivos Comunitarios e o Salario Social Complementario (SCC), ao mesmo tempo que eram transferidas as listas dos beneficiários, de aproximadamente 580.000 titulares, ao novo Programa Nacional de Inclusión Socio-Productiva y Desarrollo Local – Potenciar Trabajo.

O Artículo n°1 da normativa estabeleceu como objetivo do Programa Potenciar Trabajo contribuir para a melhora da empregabilidade e a geração de novas propostas produtivas por meio da conclusão da educação básica, da formação profissional, da certificação de competências, bem como da criação, promoção e fortalecimento de unidades produtivas geridas por pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, promovendo inclusão e melhoria de renda progressiva, com vistas a alcançar a autonomia econômica (Argentina, 2020c).

Segundo o ponto 8.1 da Resolução n.º 121/2020, a população destinatária do Programa eram pessoas entre dezoito (18) e sessenta e cinco (65) anos de idade, de nacionalidade argentina ou estrangeiros com residência permanente, que se encontravam em situações de risco ou estado de vulnerabilidade social e/ou que realizavam tarefas em alguma atividade da economia popular (Argentina, 2020c).

Ademais, o Programa articulou com o Ministério de Mulheres, Gênero e Diversidades para promover a incorporação de beneficiárias que atravessavam situações de violência de gênero ou exploração sexual, trabalhando em conjunto com os Ministérios de Justiça e de Direitos Humanos.

Segundo a Resolução 1868/2021, o Programa consistia no pagamento de um incentivo econômico a cada beneficiário, nomeado de Salário Social Complementar (SSC), correspondente à metade de um salário-mínimo. Para receber esse salário, o beneficiário deveria participar de no mínimo uma das quatro linhas de atividades previstas: 1) projetos socioprodutivos; 2) projetos socioprofissionais; 3) projetos sociocomunitários; e 4) conclusão da formação básica (Argentina, 2021c).

O Governo visava, assim, combinar os planos sociais com trabalho, de modo a reativar a economia mediante o fortalecimento dos setores produtivos, como o da construção, da agricultura familiar e o da produção de alimentos, além do setor têxtil, da economia dos cuidados e serviços sociocomunitários, da coleta e reciclagem de resíduos urbanos, e do comércio popular (Argentina, 2020a).

A seleção desses setores não foi por acaso, e procedeu do diálogo e das negociações que as organizações sociais mantiveram com a gestão estatal, principalmente a UTEP, uma vez que as áreas correspondem aos ramos produtivos nos quais a entidade tem atuado historicamente (Larsen, Capparelli, 2021).

Por outro lado, o Programa outorgava subsídios e créditos não bancários a Unidades de Gestão para a implantação, desenvolvimento e fortalecimento dos projetos socioprodutivos ou sociocomunitários em funcionamento. Os beneficiários tinham que cumprir uma média de sessenta horas de trabalho mensais nos projetos, fossem eles socioprodutivos ou sociocomunitários, ou fazer inscrição em instituições de ensino para concluir os seus estudos formais, no nível fundamental ou médio (Argentina, 2021c).

Com o novo governo, o Programa Potenciar Trabajo recuperou algumas das características dos programas anteriores, como a participação das organizações sociais na aplicação e gestão cotidiana da política, concomitante à tentativa de retomar a perspectiva de gênero, priorizando a inclusão de mulheres e pessoas trans em condições de vulnerabilidade e violência de gênero no mesmo (Micha, Pereyra, 2022).

Como foi referido anteriormente, mesmo que se dê prioridade às mulheres como destinatárias das políticas, isso não significa que essas políticas tenham uma perspectiva de gênero.

Nesse sentido, o Programa fomentou a inscrição de mulheres em condições precárias, muitas delas mães, mas não foi considerado na sua elaboração o tempo dedicado às tarefas de cuidado dos filhos nem espaços aptos para deixar as crianças. Também não se considerou a construção de redes de acolhimento e apoio coletivo, como aquelas voltadas para as vítimas de violência de gênero. Nesses casos o Programa podia realizar acordos de maneira individual com cada beneficiária, de modo a estabelecer requisitos específicos e particularidades, tendo em conta o entorno pessoal, para facilitar a sua segurança e o acesso às oportunidades que lhe permitissem construir um novo projeto de vida (Argentina, 2021c).

Assim, dá-se continuidade à lógica individualista, própria do Programa Hacemos Futuro, na incorporação de conceitos como Unidade Produtiva, que compreende às atividades econômicas desenvolvidas tanto de forma individual, como familiar ou associativa; e o de grupo de trabalho, no qual cada beneficiário se organiza. Assim, enfraquece-se também o conceito de cooperativa (Ferrari Mango, Bardaui, 2023).

O Programa Hacemos Futuro já tinha estabelecido o fortalecimento às Unidades Produtivas como parte dos requisitos de formação integral, oferecendo capacitação geral, incremento produtivo e acesso a mercados (Argentina, 2018b). No Potenciar Trabajo, esse

conceito foi mantido, entendendo essas organizações como os espaços nos quais os beneficiários desenvolvem as atividades produtivas, e que são administradas pelas Unidades de Gestão. Desse modo, os beneficiários que participam das tarefas no interior das Unidades de Gestão formam grupos de trabalho, mas essas atividades não são necessariamente realizadas de forma coletiva (Argentina, 2021c).

Enquanto o Programa Hacemos Futuro aplicou medidas de fragmentação e posteriormente apagamento das cooperativas de trabalho, no Programa Potenciar Trabajo não se recuperou o fomento a esse tipo de organização do trabalho, pois já no objetivo da política as ações se orientavam para o fortalecimento das iniciativas produtivas geridas de forma individual, familiar ou associativa (Argentina, 2021c), sem mencionar na legislação o termo cooperativa.

Os grupos de trabalho eram administrados localmente pelas Unidades de Gestão, que podiam ser formadas pelos governos estaduais, municipais, pelas universidades e organizações da sociedade civil sem fins lucrativos. Desse modo, as Unidades de Gestão foram as responsáveis pelo desenvolvimento dos empreendimentos e iniciativas produtivas realizadas pelos trabalhadores.

Por outro lado, o Governo Fernández também manteve a articulação com o mercado formal de trabalho introduzido durante o governo Macri, com o Programa de Ingreso Protegido al Empleo. Por meio dele, e segundo o Decreto nº711/2021 pretendia-se os programas de emprego, inclusão ao mercado de trabalho e desenvolvimento socioprodutivos destinados a pessoas desempregadas ou com trabalhos precarizados se transformem em mecanismos para incentivar a incorporação de esses trabalhadores ao emprego assalariado com registro (Argentina, 2021d). Assim, os beneficiários que ingressavam no mercado de trabalho e recebiam uma quantia igual ou maior do que salário-mínimo continuassem no Programa durante o primeiro ano de contrato, com suspensão do subsídio sempre que a relação empregatícia continue vigente.

Além disso, os titulares que tivessem conseguido emprego, recebendo um salário no valor inferior ao do salário-mínimo, permaneciam no Programa, recebendo uma porcentagem para complementar a renda obtida. E, no caso de beneficiários empregados que recebiam até 50% do salário-mínimo, o Programa pagava a quantia total do subsídio, desde que os titulares mantivessem essa condição de trabalho (Argentina, 2020).

Ledda (2023) analisa a capacidade que o Estado apresenta para intervir com uma política pública frente às graves dificuldades para gerar trabalho formal no atual sistema econômico de exclusão capitalista. Dessa forma, a autora aponta que apesar de que do Programa Potenciar

Trabajo avançar no reconhecimento de outras formas de trabalho, a exemplo, dos trabalhos sociocomunitários, ele não alcança o universo de pessoas em situação de vulnerabilidade social e econômica, nem o universo de trabalhadores da economia popular (Ledda, 2023). Nesse sentido, Micha e Pereyra (2022, p. 57) destacam o que foi mencionado pelos funcionários do MDS: “la realidad es que no hay lugar para todos en este momento en el mercado de trabajo”. Esses funcionários também apontam que,

Es difícil pensar que el mercado laboral por sí solo absorba a 6 millones de trabajadores y trabajadoras que se encuentran en la economía social y popular, con lo cual el tema pasa también por cómo pensar en políticas que en función de la situación real actual pueda dotar de mayores derechos al conjunto de estos trabajadores y trabajadoras que se encuentran en esta situación (Micha e Pereyra, 2022, p. 57)

Ledda (2023) também aponta que as diferenças entre os trabalhadores formais e os informais, tanto no acesso ao emprego quanto em suas respectivas condições de trabalho, não são características intrínsecas desses grupos, mas são resultados socialmente estruturados de uma economia política injusta. Desse modo, “la economía popular, el autoempleo y las actividades de subsistencia son una característica estructural del capitalismo argentino que reclama la intervención del Estado para garantizar derechos a sus trabajadores” (Ledda, 2023, p. 56).

Por outro lado, no seu análise, Ledda (2023) discute o conceito de trabalho sustentado pelo governo Fernández, que estabeleceu como objetivo da política pública: vincular os titulares do Programa com o trabalho, visto que este não reconhece a diversidade das formas de trabalho existentes, como o que se encontra representado nos trabalhadores da economia popular e nos trabalhadores informais, os quais realizam atividades produtivas em condições muito diferentes das do trabalho tradicional e formal que predominou na década de 1950.

De este modo, impulsar el reconocimiento de otros tipos de trabajos ya existentes, autogestionados, informales, no asalariados se torna relevante para, luego, garantizar derechos laborales, seguridad social y un piso de ingresos a quienes tienen esa inserción ocupacional (Ledda, 2023, p.58).

Dessa maneira, as intenções do Governo Fernández na formulação e implantação do Programa foram contraditórias, uma vez que a aplicação não foi realizada por meio do Ministério de Trabalho, Emprego, e Seguridad Social, mas pelo MDS, que lhe conferiu uma característica assistencialista e de contenção social, através do pagamento de subsídios aos beneficiários, com maior prioridade do que a promoção e criação de empregos formais para o setor.

Novamente, a política é entendida e promovida como uma política provisória, uma política do “por enquanto” para a população mais vulnerável, que ao ser implantada num contexto de crise econômica e sanitária com problemas na geração de empregos de qualidade, converteu-se em política de emergência.

O relatório da Oficina de Presupuesto del Congreso (OPC), referente ao ano de 2021, aponta que o Programa não apresenta um planejamento central que oriente os projetos para tornarem unidades produtivas viáveis a longo prazo, causando uma insegurança no tocante à inserção real no mercado de trabalho e na geração de empregos formais. Assim, o Programa não se apresenta suficiente e nem adequado para resolver os desequilíbrios do mercado de trabalho, já que as situações de vulnerabilidade social e desemprego não estariam sendo atendidas na medida necessária. Portanto, a política acaba assumindo uma característica assistencialista (OPC, 2022).

Segundo o relatório do Programa, no quarto trimestre de 2020, a quantidade de titulares era de 780.045 (SIEMPRO, 2020). Em 2021, esse número aumentou para 1.311.740 beneficiários (SIEMPRO, 2021). Os dados mais recentes disponíveis referem-se ao segundo semestre de 2022, com 1.422.922 beneficiários do Programa (SIEMPRO, 2022).

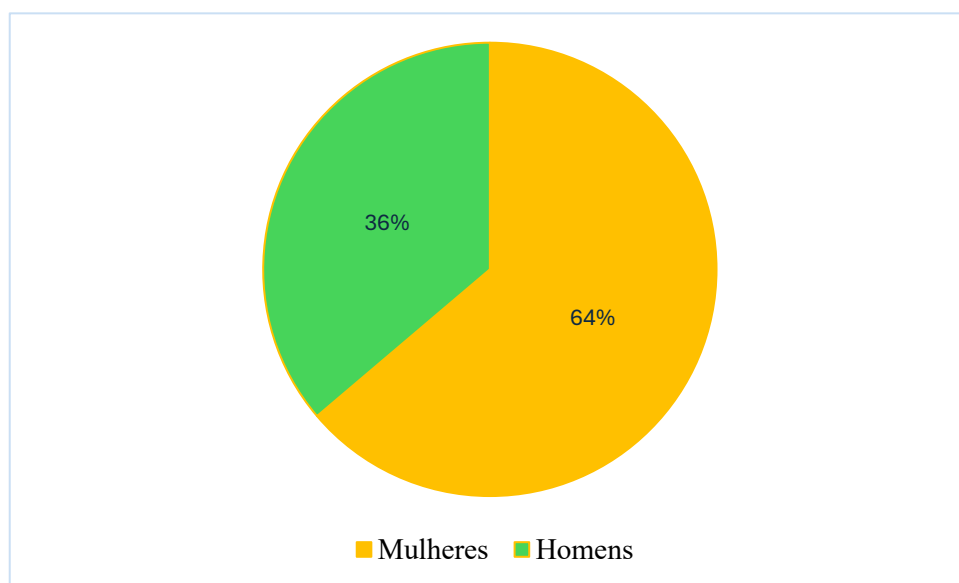
Em junho de 2020, junto à criação do Programa Potenciar Trabajo, o Governo estabeleceu a aplicação do Registro Nacional de Trabajadores e Trabajadoras da Economía popular (RENATEP). De acordo com a Resolução 408/2020, o RENATEP foi constituído como ferramenta para planejar e desenvolver políticas públicas orientadas para os trabalhadores da economia popular, a partir de diagnósticos e avaliações baseados nos dados e estatísticas relacionados com o desenvolvimento desse setor de trabalho. O MDS determinou que os titulares e os grupos de trabalho participantes dentro do Programa se inscrevessem no RENATEP, para promover a sua progressiva regularização (Argentina, 2020d).

O relatório do RENATEP indicou que em abril de 2023 encontravam-se inscritos 3.618.606 trabalhadores, dos quais 29,5% correspondiam a beneficiários do Programa Potenciar Trabajo, uma cifra exata de 1.068.913 pessoas (MDS, 2023).

A distribuição geográfica dos titulares indica uma continuidade no tocante à distribuição nos Programas Ellas Hacen e Hacemos Futuro, uma vez que a maioria dos beneficiários foi transferida de Programa em Programa. Assim, Buenos Aires e CABA são os estados que reuniram a maior quantidade de beneficiários, com 53,8% do total. Em seguida, encontra-se o estado de Tucumán, com 5,5%, enquanto os demais estados registram porcentagens inferiores a 4% (SIEMPRO, 2022).

Outro ponto a se destacar na continuidade do Programa é a presença majoritária de mulheres, alcançando 64% do total de beneficiários (Gráfico 8), e, segundo o relatório do Programa, no segundo semestre de 2022, considerando ambos os sexos, 71,2% dos beneficiários tinham menos de 41 anos de idade (SIEMPRO, 2022).

Gráfico 8. Distribuição dos beneficiários do Programa Potenciar Trabajo por sexo. 2o semestre de 2022.

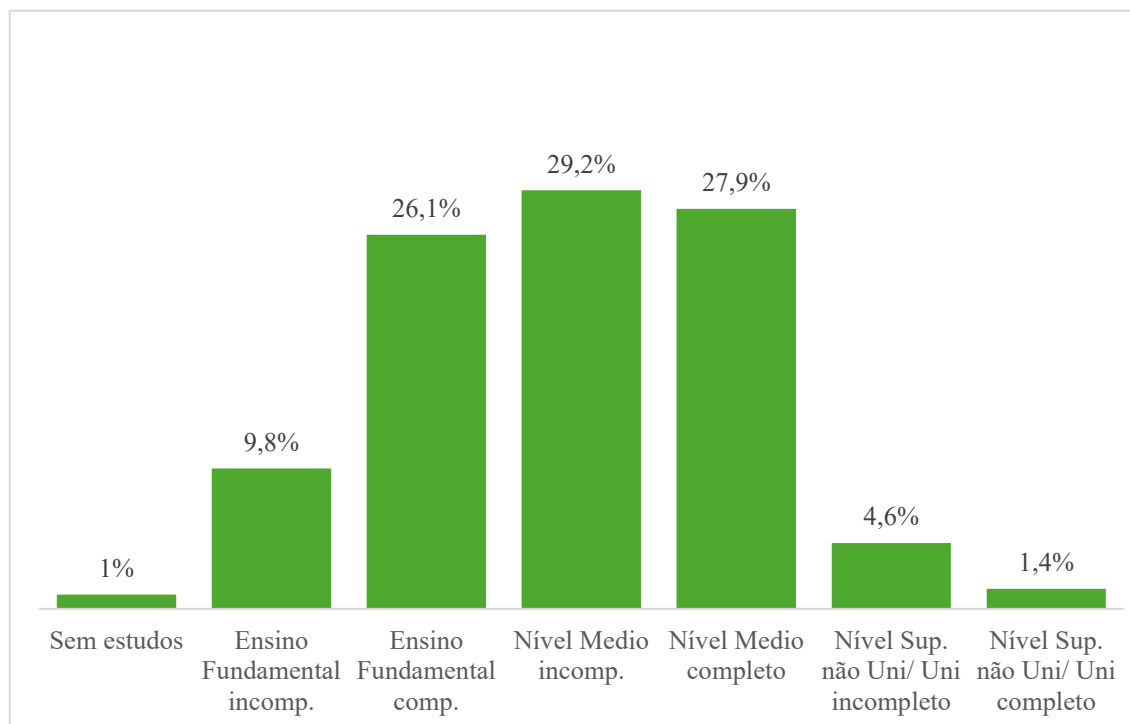


Fonte: elaborado pela autora com dados do Reporte de Monitoreo do Programa Potenciar Trabajo (SIEMPRO, 2022).

Desta forma, o Programa Potenciar Trabajo manteve como beneficiários uma população jovem e feminizada já existente no Programa Hacemos Futuro. Esse dado aponta também a dificuldade das mulheres para acessar a empregos formais e a feminização da pobreza, exposta nos capítulos anteriores, observada na forte presença das mulheres nos setores da economia popular, da economia informal e dos programas sociais do Estado.

No que diz respeito ao nível de escolaridade atingido pelos beneficiários, não foi possível encontrar informações sobre a totalidade dos titulares do Programa. No entanto, os dados aqui apresentados provêm do relatório do RENATEP publicado em novembro de 2022 e correspondem aos beneficiários que se encontram inscritos nesse órgão. (Gráfico 9).

Gráfico 9. Beneficiários do Programa Potenciar Trabajo inscritos no RENATEP, distribuição por nível de ensino alcançado. Junho 2022.



Fonte: elaborado pela autora com base nos dados do Relatório do RENATEP. (Lombardo, 2022)

Observa-se que mais da metade dos beneficiários não concluiu os estudos obrigatórios (66%) e, nos casos dos beneficiários que o fizeram, 27,9% concluíram o ensino médio e apenas 6% declararam ter ensino superior.

Os dados revelam uma das características do Programa que o distingue dos programas anteriores: ao contrário dos programas *Ellas Hacen* e *Hacemos Futuro*, que estabeleceram a conclusão da formação básica como requisito obrigatório, o *Potenciar Trabajo* instituiu-a como uma opção para os beneficiários, que podiam escolher entre finalizar os seus estudos ou participar dos grupos de trabalho no âmbito dos projetos socioprodutivos, sociocomunitários ou socioprofissionais.

De acordo com as orientações gerais e operacionais do Programa, os projetos socioprodutivos podiam abranger algum dos seguintes eixos: Reciclagem e serviços ambientais; Agricultura familiar e produção alimentar; Produção de indumentária e outros produtos manufaturados; Comércio popular (Argentina, 2021c).

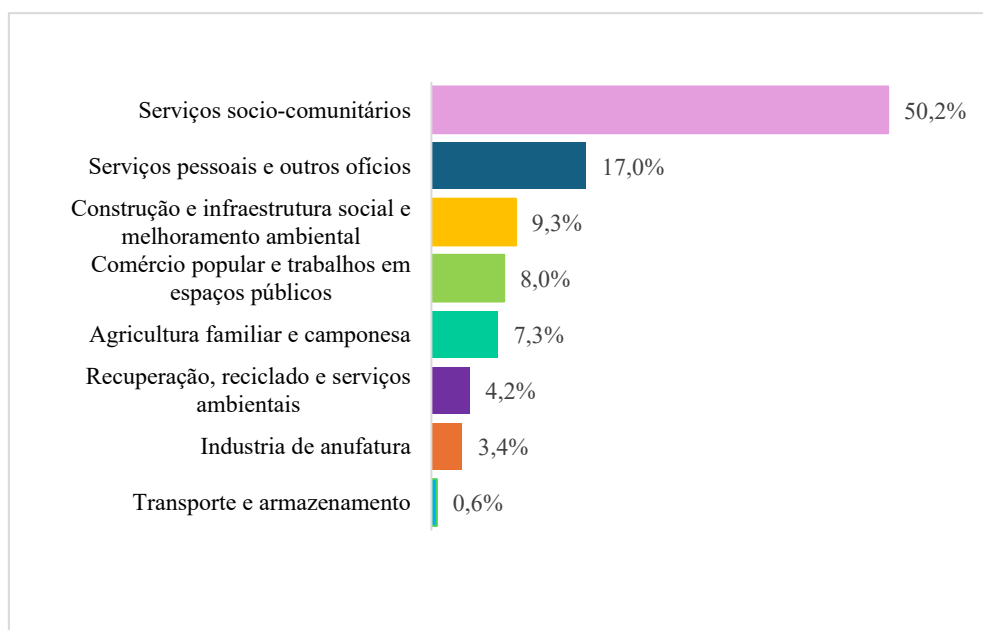
Os projetos sociocomunitários compreendem as ações que fortaleçam o trabalho voltado à comunidade, dando prioridade aos valores da solidariedade, da cooperação, da geração de redes de apoio e de trabalho coletivo. Entre as temáticas abordadas podem encontrar-se:

Tarefas de cuidados; Promoção da saúde; Esporte, cultura e arte; Desenvolvimento da soberania alimentar; Medidas de apoio à plena igualdade de gênero (Argentina, 2021c).

Já os projetos socioprofissionais se concentram em melhorar o acesso ao emprego e na criação de oportunidades de formação profissional, bem como na melhoria da empregabilidade, de modo a facilitar a inclusão social e econômica a médio prazo. As temáticas envolviam: Inovação na educação de adultos e na formação profissional; Certificação de competências profissionais; Formação para o trabalho em ambientes profissionais; Cooperativismo; Inclusão financeira (Argentina, 2021c).

Segundo o relatório do RENATEP, os beneficiários do Programa inscritos no RENATEP, principalmente as mulheres, encontravam-se realizando atividades nos projetos socioprodutivos e sociocomunitários, não havendo registros nas linhas de projetos socioprofissionais e de conclusão da formação básica. Destaca-se também que mais da metade dos beneficiários exerce a sua atividade no setor dos serviços sociocomunitários (Gráfico 10) (Lombardo, 2022).

Gráfico 10. Beneficiários do Programa Potenciar Trabajo inscritos no RENATEP, distribuição por ramo de atividade. Junho 2022.



Fonte: elaborado pela autora com base nos dados do Relatório do RENATEP. (Lombardo, 2022)

Por sua vez, dentro do ramo dos serviços sociocomunitários, sete de cada dez pessoas (70,8%) são trabalhadores de refeitórios e cozinhas comunitárias (Lombardo, 2022). Essa predominância relaciona-se com a necessidade de garantir a segurança alimentar nos bairros populares, especialmente num contexto de crise econômica e sanitária como a pandemia, e com o reconhecimento desse tipo de trabalho por parte do Estado, através do MDS, e o Programa.

4.3 Implantação do Programa Potenciar Trabajo, as organizações sociais como principais Unidades de Gestão e a vinculação dos beneficiários com atividades de formação

A autoridade de aplicação do Programa Potenciar Trabajo foi o Ministério de Desenvolvimento Social, por meio da Secretaria de Economia Social. Sua implantação realizou-se mediante acordos e articulações entre o MDS e os governos estaduais e municipais, universidades, cooperativas e organizações sociais responsáveis por administrar as Unidades de Gestão. Através desses acordos, o Governo transferia fundos para garantir o desenvolvimento dos projetos executados no Programa (Argentina 2021a).

Cada Unidade de Gestão devia apresentar ante a Secretaria de Economia Social um Plano de Atividades, com o tipo de projeto a ser realizado, seja socioproductivo, sociocomunitário ou socioprofissional, devendo conter o diagnóstico das necessidades identificadas localmente, o objetivo principal do projeto, a área de intervenção (seja na área de serviços, ou em propostas de cursos formativos), a entidade responsável pela execução, as áreas de articulação com o projeto, o alcance geográfico, a quantidade de participantes e tarefas a desenvolver, o tipo de população a ser atendida, dentre outras características (Micha; Pereyra, 2021).

Como dito anteriormente, grande parte das titulares do Programa desenvolveu as suas atividades em projetos sociocomunitários, com especial presença na área de cuidados. Nesse sentido, segundo a análise de Micha e Pereyra (2021), o desenvolvimento destes projetos esteve a cargo de Unidades de Gestão não governamentais, principalmente de organizações sociais que apontaram no Programa a potencialidade de ter visibilidade e de fazer com que o Estado reconheça o seu protagonismo e a sua relevância histórica nas ações e nos trabalhos que realizam coletivamente nos bairros populares.

Assim como no Programa Hacemos Futuro, os titulares do Programa Potenciar Trabajo precisavam comprovar o cumprimento das horas de atividades realizadas nas unidades produtivas mediante apresentação de um certificado de trabalho (CETRA) à Unidade de Gestão, o qual devia ser validado pela autoridade de aplicação (Argentina, 2021c).

Da mesma forma, aqueles beneficiários que tivessem optado por concluir os estudos formais, como requisito para permanecer no Programa, deviam apresentar, duas vezes por ano, um formulário comprovando a matrícula no curso. Esse formulário precisava ser preenchido, assinado e carimbado pela instituição de ensino e por seu respectivo beneficiário.

Quanto à formação profissional no âmbito do Programa, o MDS estabeleceu uma parceria com a Universidade Nacional de La Matanza, situada no estado de Buenos Aires. Assim, foram criados os cursos de extensão em Cuidados Integrais, certificados pela Universidade, destinados às trabalhadoras e trabalhadores do Programa Potenciar Trabajo que desejassem receber formação na área dos cuidados e que podiam escolher uma entre as sete linhas de formação: Cuidados infantis, Cuidados a idosos, Cuidados a pessoas com deficiência, Promoção do trabalho sociocomunitário, Promoção da saúde comunitária, Promoção da igualdade de gênero e Cuidado das juventudes (Argentina, 2021a).

A iniciativa foi apresentada em março de 2021 com o objetivo de formar, numa primeira etapa, dez mil trabalhadores em nível federal. Cada curso tinha a duração de seis meses e foram constituídas comissões de cinquenta pessoas cada; ao mesmo tempo, a inscrição era voluntária e não exigia a apresentação de diploma do ensino médio (El diario de La Matanza, 2021; Micha; Pereyra, 2021). Nesse sentido,

[...] La estrategia de generar instancias de formación con titulaciones de pregrado que no requieren título secundario permite que no haya impedimentos para que todas las titulares que lo deseen puedan participar. Y al mismo tiempo, se constituyen como puntapié inicial para estimular la terminación de la educación básica obligatoria (secundario completo) (Micha e Pereyra, 2021, p. 54).

Por meio dessa política, o Governo Fernández procurou valorizar o trabalho e os conhecimentos das mulheres que trabalham diariamente em prol da comunidade e, sobretudo, reconhecer tanto a nível social como salarial as tarefas de cuidados como um trabalho. Pode-se mencionar, por exemplo, a remuneração outorgada pela gestão para as trabalhadoras sociocomunitárias e as oportunidades de emprego registrado que poderiam ser ofertadas para as mulheres a partir da formação concluída. Assim, a Universidade desempenhou um papel fundamental, pois à medida em que certificava a formação, enriquecia e validava os conhecimentos, garantindo a integralidade do processo formativo (Argentina, 2021b).

Além disso, o Governo Nacional e a Universidade compreendiam essa formação profissional como um passo importante para a autonomia das trabalhadoras, enquanto algumas beneficiárias consideravam as experiências formativas do Programa como uma porta de entrada para novas possibilidades e para o acesso a outros empregos, como cuidadoras certificadas (El diario de La Matanza, 2021; Micha; Pereyra, 2021).

No que diz respeito ao desenvolvimento dos projetos nas Unidades Produtivas da Economia popular (UPEPs), embora não tenham sido encontradas informações que detalhem o número de UPEPs abrangidas pelo Programa, um relatório elaborado pela RITEP estima a

existência de 277.676 UPEPs a nível nacional. De acordo com os dados extraídos do RENATEP e do Registro Nacional da Agricultura Familiar (RENAF), a maioria dessas unidades pertence ao ramo da Agricultura (72,11%), seguida do setor dos Serviços Pessoais (13,50%) e dos Serviços Sociocomunitários (8,42%) (RITEP, 2023).

De acordo com o relatório do RENATEP, a forma de organização do trabalho que predominou nas UPEPs do Programa foi a organização coletiva, com destaque especial para as organizações comunitárias ou sociais (42,6%) e as cooperativas (13,6%) (Lombardo, 2022). Micha e Pereyra (2022) apontam que essa predominância do trabalho coletivo está relacionada com os projetos abrangidos pela área sociocomunitária, em sua maioria ligados às tarefas comunitárias desenvolvidas pelas organizações sociais.

Como previamente exposto, o Programa, desde sua criação, enfrentou um contexto socioeconômico complexo, marcado pela dificuldade do Governo de conseguir a melhora da economia e de gerar novos empregos formais, contexto também agravado pelos efeitos da pandemia, que afetou principalmente os setores mais vulneráveis que precisavam da assistência do Estado. Assim, muitas pessoas nessa situação foram inscritas no Programa, que duplicou o número de beneficiários em apenas um ano de execução (Ledda, 2023).

Esse aumento repentino de beneficiários gerou debate na opinião pública e críticas ao Programa, veiculadas pelos meios de comunicação hegemônicos. Tais críticas foram dirigidas: à gestão das organizações sociais, enquanto intermediárias; ao orçamento destinado aos estados e jurisdições correspondentes; e ao Governo, pelo incremento dos gastos públicos com essa política e pela falta de resultados na integração dos beneficiários ao mercado de trabalho formal (Fitz Patrick, Crucianelli, 2021; Ledda, 2023).

As críticas repercutiram nos órgãos do Estado responsáveis pela política, de modo que em novembro de 2022, o Governo introduziu alterações no Programa, alegando que este tinha se tornado uma política assistencialista e de emergência, e que, portanto, precisava ser reorientado através de diversas medidas, a fim de voltar a orientar a política para o seu objetivo principal: a inclusão social e a autonomia das pessoas por meio do emprego.

Nesse sentido, o presidente Fernández assinou o Decreto nº 728/2022, que limitou as inscrições de novos beneficiários, com o objetivo de integrar os titulares atuais com trabalhos formais (Argentina, 2021d). O governo se propôs a destinar 30% do orçamento de Obras Públicas para as cooperativas de trabalho e concretizar a criação do Conselho da Economia popular e do Salário Social Complementar para a promoção de um plano de ações que visem a institucionalização e o desenvolvimento do setor (Molina, 2022).

Esse conjunto de medidas adotadas pelo Governo teve repercussões diversas no seio das organizações sociais que integram a UTEP. Enquanto algumas organizações próximas da gestão estatal afirmavam que tinham sido consultadas e concordavam com as medidas, argumentando que os subsídios não tinham resolvido a situação real de pobreza e vulnerabilidade dos trabalhadores, outras indicaram que não tinham sido consultadas e alertaram que essa redução dos benefícios para os trabalhadores correspondia a um aprofundamento das políticas de austeridade (Ledda, 2023; Molina, 2021).

As modificações no âmbito do Programa continuaram no início de 2023, quando foi realizado um processo de auditoria que consistiu na revalidação e atualização dos dados pessoais dos beneficiários, através da plataforma virtual Mi Argentina e presencialmente nos Centros de Referência (CDR) das jurisdições. Segundo a ministra de Desenvolvimento Social, Victoria Tolosa Paz, esse processo tinha sido estabelecido como regra dentro do Programa, com o objetivo de conferir maior transparência à gestão da política. Contudo, a medida culminou na suspensão de 105.000 pessoas do Programa, por não conseguirem validar os seus dados na data prevista (Ámbito, 2023).

Perante o ocorrido, a UTEP manifestou-se publicamente e acusou o Governo de aplicar cortes que afetavam diretamente a população mais vulnerável, medida tomada pelo mesmo para reduzir a despesa pública, de acordo com as orientações do FMI, e por reorientar a política, seguindo as exigências dos setores hegemônicos no contexto da campanha eleitoral do país (Vales, 2023; Ledda, 2023). Outra crítica apresentada pela UTEP direcionava-se à falta de maquinaria e recursos prometidos pelo MDS às Unidades Produtivas, necessários para sustentar as atividades, bem como aos atrasos e dificuldades na entrega de alimentos para as cozinhas e refeitórios populares (Vales, 2023).

É importante destacar também que, apesar o valor mensal recebido pelos beneficiários do Programa representar 50% do salário-mínimo, no segundo semestre de 2022 essa remuneração cobria apenas 45,2% da Cesta Básica de Alimentos e 20% da Cesta Básica Total para uma família tipo II¹⁸ (SIEMPRO, 2022). Da mesma forma, o número total de trabalhadores com emprego registrado que continuou a receber o subsídio, parcial ou total, era de 57.484 beneficiários no final de 2022, o que representava 4% do total.

Isso indicava a dificuldade que o Programa teve em integrar os beneficiários em empregos registrados e em conseguir que estes conseguissem retirar-se do Programa e alcançar a autonomia econômica.

¹⁸ Uma família típica, na Argentina, segundo o INDEC, corresponde a um homem chefe de 35 anos de idade, sua esposa, de 31 anos, um filho de 5 anos e uma filha de 8 anos (SIEMPRO, 2022).

A principal diferença entre o Programa Potenciar Trabajo, e os Programas Hacemos Futuro e Ellas Hacen consiste na não obrigatoriedade da conclusão da formação básica dos titulares. Com a análise apresentada até aqui, pode-se considerar que o Programa Potenciar Trabajo se preocupou mais em reativar e incentivar a atividade econômica do país a partir do setor da economia popular do que em melhorar a escolaridade dos trabalhadores do setor.

Ademais, a ocorrência da pandemia também obstaculizou o funcionamento normal das instituições de ensino, já que para seguir as medidas de isolamento social as aulas presenciais tiveram que ser suspensas (Buenos Aires, 2020). Assim os estabelecimentos educacionais, gestores e professores começaram a utilizar diversos recursos virtuais para garantir a continuidade das aulas de forma remota.

Dessa maneira, no início do 2020 o Plano FinEs foi relançado como uma política nacional, orientada a garantir o direito à educação em condições extraordinárias (Argentina, 2020e). Para isso, o Ministério de Educação Nacional incorporou diversas ferramentas para conseguir adaptar as instituições ao contexto da pandemia, como salas de aula virtuais, o Sistema de Informação para a Gestão Federal e Integral do Plano FinEs, para a inscrição e seguimento dos estudantes e ampliação das comissões e elaboração e distribuição de materiais com os conteúdos básicos. Contudo, o processo foi marcado por fortes desigualdades estruturais.

O relatório do estado de Buenos Aires (Buenos Aires, 2021) caracteriza o período como uma gestão da excepcionalidade para a qual foi necessário reconfigurar as práticas de ensino e avaliações em função das condições reais de acesso dos estudantes ao conteúdo pedagógico e as aulas remotas. Isso implicou estabelecer prioridade no sustento do vínculo pedagógico com maior importância do que a estrutura escolar tradicional. Assim, a continuidade pedagógica não apenas se organizou na comunidade escolar, mas também se expandiu para uma rede mais ampla de espaços e atores (Buenos Aires, 2021).

Nesse sentido, destacou-se o uso da rede social WhatsApp como meio de comunicação utilizado pelos professores e estudantes, através do qual eram enviadas e recebidas indicações dos conteúdos das matérias, leituras, atividades e correções (Buenos Aires, 2021).

As sedes do Plano FinEs funcionaram em entidades sindicais, associações empresariais e da comunidade local, universidades nacionais, instituições de ensino fundamental e médio da modalidade EJA, instituições de ensino médio comuns e técnicas, centros de formação profissional e centros de educação agropecuária (Argentina, 2020e).

O Governo Nacional criou o Programa Seguimos Educando (Resolução 106/2020) em março de 2020, o qual consistiu na produção e emissão de programação audiovisual através da

televisão aberta e da rádio nacional, bem como a produção e distribuição de material impresso para as comunidades educativas sem acesso à internet, dando prioridade àquelas em situação de isolamento, ruralidade, e contextos de alta vulnerabilidade social (Argentina, 2020f).

Dessa maneira, o contato presencial entre professores e estudantes foi através de encontros nos espaços educacionais, realizados uma vez por mês, para a entrega do material físico. Esses encontros eram aproveitados pelos estudantes para tirar dúvidas sobre algum tema ou conteúdo e mostrar as atividades realizadas. Nessas reuniões, os professores também faziam entrega de cestas de alimentos básicos, provenientes, na maioria dos casos, do serviço de alimentação escolar ou de colheitas organizadas pela instituição (Buenos Aires, 2021).

Um relatório elaborado pela Universidade Católica Argentina (UCA) entre 2021 e 2022, sobre a caracterização da população destinatária do Programa Potenciar Trabajo, indicou que apenas 5% dos beneficiários participaram dos cursos para concluir a formação básica (UCA, 2022), o que representou aproximadamente 65.500 titulares.

É importante destacar que não foi possível localizar outros documentos ou relatórios de domínio público que possuam informações específicas desses beneficiários em relação a quantos efetivamente conseguiram concluir os seus estudos, a distribuição geográfica, por gênero, idade, se continuaram sua formação em estudos superiores e/ou outras características.

Por outro lado, a partir do processo de revalidação de dados estabelecido pelo Governo no início de 2023, a ministra de Desenvolvimento Social indicou que mais da metade dos beneficiários (777.520 mil) não completou a educação básica, e que 79,2% declararam interesse e vontade de concluir o ensino fundamental ou médio (Argentina, 2023b). Desse modo, o Governo apresentou o Programa Volvé a Estudiar (Resolução n. 571/2023), alegando que não existe inclusão no mercado de trabalho sem educação (Vales, 2023 *apud* Ledda, 2023). Esse programa tinha como objetivo, facilitar o processo de inscrição dos beneficiários nos cursos de conclusão da educação básica.

Assim, o MDS articulou com o Ministério de Educação e os governos municipais e estaduais a elaboração de um mapa digital com as instituições que ofertavam a formação em cada bairro ou localidade. Os beneficiários podiam acessá-lo através da assistente virtual do Estado Nacional, TINA, para procurar o estabelecimento educacional mais próximo de sua residência (Argentina, 2023b).

No entanto, as organizações sociais agrupadas na UTEP fizeram críticas à Ministra e ao Programa, indicando que se tratava mais de uma estratégia de marketing em vista de sua candidatura. Mais do que uma resposta às necessidades concretas do setor. Dessa forma, a

UTEP argumentava: “[...] Necesitamos que se vuelva a la esencia del programa, fortalecer a la economía popular y sus unidades productivas, [...]” (Vales, 2023).

As organizações sociais interpretaram que o Governo, sob o pretexto de se preocupar com a educação, disfarçava os cortes no financiamento de ferramentas, recursos e acompanhamento para os trabalhadores da economia popular, ao mesmo tempo em que destacavam que a proposta educacional dentro do Programa já tinha sido impulsada pela anterior ministra de Desenvolvimento Social durante o Governo Macri, sem planejamento necessário e com o argumento de que a educação acrescenta as possibilidades de acessar o mercado de trabalho formal (Vales, 2023).

Esse argumento esconde valores meritocráticos uma vez que promove a suposição de que as dificuldades de encontrar emprego são consequência das capacidades e características do indivíduo. Nesse caso, responsabilizava-se o nível educativo e não a dinâmica excludente do sistema de acumulação capitalista (Ledda, 2023). A crítica feita aqui ao Programa *Volvé a Estudiar* encontra sua base nessa suposição, visto que no desenho da política ressalta-se a visão do governo que considera a desigualdade educativa como a única barreira frente ao sucesso pessoal e à autonomia econômica.

No Quadro 11 é apresentada uma comparação entre os três Programas até aqui descritos, a partir de diferentes características que salientam as modificações ocorridas no período de tempo analisado.

Quadro 11. Comparação dos Programas Ellas Hacen, Hacemos Futuro e Potenciar Trabajo.

Programas/ Dimensões	Programa Ellas Hacen	Programa Hacemos Futuro	Programa Potenciar Trabajo
Ano de criação	2013	2018	2020
Normativa(s)	Resolução nº 2176/13	Resolução 96/2018 e Resolução 151/2018	Resolução 121/2020 e Resolução 1868/2021
Objetivos	Inclusão social de mulheres chefes de família, com três ou mais filhos sob sua responsabilidade, menores de 18 anos ou com deficiência ou mulheres vítimas de violência de gênero que vivam em bairros vulneráveis.	Empoderar as pessoas e populações em situação de vulnerabilidade social, promovendo a sua autonomia econômica progressiva por meio da conclusão da educação básica e cursos teórico-práticos de formação integral que potencializem as suas possibilidades de inserção no mercado de trabalho e sua integração social.	Contribuir com o melhoramento da empregabilidade e a geração de novas propostas produtivas, por meio da conclusão da educação básica, a formação profissional, a certificação de competências, bem como a criação, promoção e fortalecimento de unidades produtivas geridas por pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com a finalidade de promover a sua inclusão e melhoria progressiva da renda, para alcançar a autonomia econômica.
Destinatárias/os	Mulheres em situação de extrema vulnerabilidade social, que sejam mães ou vítimas de violência de gênero.	Pessoas em situação de risco ou estado de vulnerabilidade social, entre dezoito (18) e sessenta e cinco (65) anos de idade. Estabelecendo prioridade para mulheres com três ou mais filhos, ou um com deficiência, vítimas de violência de gênero, incluindo, também, mulheres da comunidade trans, vítimas de tráfico de pessoas e de exploração sexual.	Pessoas entre dezoito (18) e sessenta e cinco (65) anos de idade, de nacionalidade argentina ou estrangeiros com residência permanente, que se encontrem em situações de risco ou estado de vulnerabilidade social e/ou que realizem tarefas em alguma atividade da economia popular.

Requisitos a cumprir	Concluir os estudos formais e realizar atividades de capacitação, para posteriormente formar cooperativas de trabalho nos seus bairros e comunidades e melhorar sua qualidade de vida.	Atualização anual dos dados sociodemográficos, educativos e de acesso à saúde; conclusão do ensino básico e participação em cursos de formação integral de escolha dos beneficiários.	Participar, no mínimo em uma das quatro linhas de atividades previstas: 1) projetos socioprodutivos; 2) projetos socioprofissionais; 3) projetos sociocomunitários; 4) conclusão da formação básica.
Entes executores/ Abordagem administrativa	Os municípios definiam os locais de trabalho, distribuíam as ferramentas e designavam as tarefas a realizar. Os Centros de Atenção Local (CAL), espaços regionais de gestão do MDS, contavam com uma equipe multidisciplinar e ofereciam atendimento personalizado, acompanhamento e apoio às beneficiárias.	Fechamento dos Centros de Atenção Local e transferência da gestão aos escritórios da ANSES, responsável pela inscrição, a atualização de dados e o crédito das horas de atividades realizadas. Relação individual, direta e burocrática dos titulares com a instituição. Reconversão dos entes executores em UCAPS por meio de apresentação de uma proposta formativa.	Aplicação do Programa através de acordos entre o MDS e as Unidades de Gestão, formadas pelos governos estaduais, municipais, universidades públicas e organizações da sociedade civil. Cada Unidade de Gestão devia apresentar um Plano de Atividades com o tipo de projeto a ser desenvolvido. Os beneficiários realizavam suas tarefas em grupos de trabalho.
Controle da assiduidade das/os beneficiárias/os nas atividades	Coordenadores/as ou dirigentes das cooperativas designados/as pelos municípios. Pessoas de referência (voluntárias) das sedes do Plano FINES que as beneficiárias frequentavam.	Certificação de cumprimento das horas mínimas. 120 horas se estivessem cursando o ensino formal, ou 300 horas, no caso de terem concluído a formação básica. Tal certificação seria dada por meio da apresentação de documentação provatória na ANSES, de matrícula regular em curso, ou certificado de finalização.	Certificação de cumprimento de sessenta (60) horas mensais de trabalho realizado nos projetos socioprodutivos, socioprofissionais ou sociocomunitários mediante apresentação do certificado de trabalho (CETRA) à Unidade de Gestão. No caso da conclusão dos estudos formais, os beneficiários deviam apresentar duas vezes por ano um certificado de matrícula em curso expedido pela instituição de ensino.
Conclusão do ensino básico com o Plano FINES e Cursos de Formação Integral	Formação de turmas do Plano FINES específicas para as destinatárias e constituídas em cada sede, com base nas experiências formativas prévias de cada aluna. Cursos de capacitação em obra, de prevenção da violência de gênero, de prevenção da saúde familiar e comunitária.	Corte em 40% do orçamento destinado ao Plano FINES, redução do número de sedes. Eliminação das turmas específicas das titulares do Ellas Hacen, formando comissões mistas. Capacitações em ofícios como ferraria, carpintaria, horticultura, têxtil, atividades da construção, segurança e higiene no trabalho, estética, serviços	A conclusão da educação básica foi promovida como uma linha a ser escolhida dentro do Programa, e não como uma obrigatoriedade. Em 2022, apenas 5% do total de beneficiários se encontrava realizando cursos de finalização dos estudos. Em 2021, o MDS estabeleceu um acordo com a Universidade Nacional de La Matanza para a criação de

		gastronômicos, dentre outros.	sete cursos de extensão em Cuidados Integrais, certificados pela Universidade, voltados para as trabalhadoras e trabalhadores do Programa.
Lógica da elaboração do Programa	Trabalho cooperativo, construção de redes de acolhimento, fortalecimento das habilidades pessoais e coletivas do grupo de beneficiárias e, por fim, da comunidade.	Cada pessoa é responsável pela sua situação de pobreza e desemprego. Foco nas capacidades individuais. Ênfase em melhorar a condição de empregabilidade do beneficiário para o acesso ao mercado de trabalho formal.	Fomentar e fortalecer as unidades produtivas geridas de forma individual, associada ou familiar. Foco na melhoria da empregabilidade através da finalização dos estudos formais e da formação profissional, para o acesso dos beneficiários ao mercado de trabalho formal. Não são reconhecidas as atividades produtivas da economia popular como trabalhos, nem as pessoas como trabalhadores que não possuem direitos trabalhistas.

Fonte: elaborado pela autora com base nas normativas e documentos (Argentina, 2013; Argentina, 2018a; Argentina, 2018b; Argentina, 2020; Argentina, 2021).

O quadro destaca as diferenças e similaridades que os Programas apresentaram após as modificações introduzidas por cada governo.

Entre as principais diferenças, destaca-se o público-alvo de cada Programa: enquanto o *Ellas Hacen* foi um programa voltado especificamente para as mulheres em situações de vulnerabilidade social, o *Hacemos Futuro* e o *Potenciar Trabajo* incluíram todas as pessoas em condições de vulnerabilidade, contudo, a predominância das mulheres como beneficiárias se manteve.

Nesse sentido, o *Ellas Hacen* promovia a geração de redes de apoio e trabalho coletivo entre as mulheres por meio da formação pessoal e profissional e a criação de cooperativas de trabalho. Tal abordagem sucumbiu no *Hacemos Futuro* e foi substituída pelo conceito de Unidade Produtiva, conceito este posteriormente mantido pelo Programa *Potenciar Trabajo*.

A política que tinha surgido em 2013, com uma lógica de criar e consolidar oportunidades de trabalho com valores de solidariedade e companheirismo, tornou-se, com as

mudanças de Governo Macri, uma política orientada para o aprimoramento das habilidades individuais sustentando valores meritocráticos como a ideia de que o acesso ao mercado de trabalho formal e o sucesso pessoal são resultados do próprio esforço. No Potenciar Trabajo, recupera-se a ideia de fortalecimento das atividades produtivas do setor da economia popular, mas o mesmo manteve o objetivo de melhorar as capacidades individuais dos trabalhadores como forma de abertura às novas oportunidades de emprego com registro.

Assim, o Programa não levou em conta as diferentes formas de trabalho nas quais o setor da economia popular se organiza, nem de que se trata de um setor em que trabalhadores e trabalhadoras exercem suas funções sem gozar de direitos trabalhistas.

CONCLUSÃO

Ao longo dessa pesquisa, identificou-se as modificações, alcances e limites no desenvolvimento do Programa Nacional Ellas Hacen como política pública e educacional destinada às mulheres trabalhadoras da economia popular na Argentina durante os anos de 2013 a 2023.

As pesquisas bibliográfica e documental realizadas proporcionam elementos que permitem compreender as mudanças concretas, as oportunidades que apresentaram os Programas em cada governo nacional e as dificuldades na sua implantação. A análise foi realizada de maneira histórico-política, para explicar como cada governo em determinado contexto sociopolítico imprimiu lógicas próprias na elaboração, planejamento e execução do Programa.

Inicialmente, foi apresentada uma caracterização do sistema de acumulação capitalista e o discurso sobre o neoliberalismo, como projeto político, ideológico e econômico da burguesia para tentar sair da crise de acumulação.

Na Argentina, o projeto neoliberal foi aplicado durante o governo Menem (1989-1999) com profundas consequências na vida dos trabalhadores, mas principalmente na vida das mulheres. Diante de medidas de exclusão, pobreza e desigualdade, as trabalhadoras se reuniram e se organizaram em espaços de luta coletiva, criando movimentos e organizações sociais que perduram até hoje.

Dentre essas organizações, destaca-se a criação da CTEP, em 2011, organização reivindicativa que unificou as lutas das trabalhadoras da economia popular e dos movimentos sociais com estruturas orgânicas diferentes, mas, com uma identidade e objetivos comuns: a luta contra o modelo de exclusão neoliberal e o reconhecimento de direitos trabalhistas para o setor. Nesse processo de construção coletiva, as mulheres trabalhadoras desempenharam papéis fundamentais, uma vez que nestes espaços a maioria de participantes é constituída por mulheres. Os trabalhos e atividades realizadas por elas nem sempre estiveram acompanhados de reconhecimento no interior das organizações e do Estado. Isso se deve às estruturas e mecanismos patriarcais e machistas que persistem na sociedade, e que excluem as mulheres da maioria das esferas sociais, tais como, vários tipos de profissões, política, ciência, cultura educação, ao mesmo tempo que reforçam o papel delas como cuidadoras e responsáveis pela reprodução da vida social.

A partir do segundo governo de Cristina Fernández (2011-2015), com o lançamento do Programa Nacional Ellas Hacen em 2013, se vislumbrou a intenção de melhorar a qualidade de

vida das mulheres em situações de vulnerabilidade social, por meio da educação, da formação para o trabalho e da geração de trabalho cooperativo. Importante ressaltar que muitas das destinatárias da política eram mães de família ou vítimas de violência de gênero, que se encontravam desempregadas e moravam em bairros populares.

A execução do Programa Ellas Hacen apresentou algumas limitações, com respeito ao cumprimento dos objetivos definidos, ao mesmo tempo em que algumas oportunidades surgiam. Às limitações, tiveram relação com a formulação da política, com as destinatárias e os trabalhos e atividades planejadas. O Programa Ellas Hacen tinha o objetivo de atender às necessidades de mulheres que também eram mães, no entanto, na elaboração e aplicação do Programa, não se levou em consideração as horas dedicadas aos cuidados dos filhos, pois não foram abertos espaços de cuidados, como, por exemplo, creches nos locais de trabalho ou de estudo.

Dessa forma, as titulares do Programa tiveram que implementar diferentes estratégias para resolver esses problemas, como pedir a ajuda de familiares para cuidar de seus filhos, ou estabelecer acordos informais com os entes executores ou, ainda se organizarem internamente no grupo de colegas para cuidar das crianças em conjunto.

A partir da análise pode-se concluir que a política apresentou expectativas altas quanto ao tempo necessário para qualificar as mulheres em ofícios, para as capacitações no cooperativismo e economia social e para os cursos destinados à conclusão da educação básica. Sobretudo levando-se em conta as precárias condições de vida das beneficiárias e que as formações deveriam ser realizadas para a criação das cooperativas de trabalho.

O Programa concentrou-se na criação de redes de acolhimento e apoio para as mulheres, trabalhando na consolidação dos grupos coletivos e solidários e de pertencimento aos grupos de formação.

Embora, a política não tenha sido suficientemente substancial para gerar mudanças nas estruturas de desigualdade e exclusão, a formação dessas redes de apoio foi uma oportunidade para as participantes do Programa, pois, para a maioria, significou sair do âmbito doméstico para compartilhar expectativas com outras mulheres, com as quais se identificavam. As mulheres puderam, ainda, contar com um lugar seguro para falar sobre as suas dificuldades e preocupações do dia a dia, participarem de atividades voltadas para o fortalecimento pessoal, da autoestima e das habilidades; concluírem os estudos formais e os cursos de formação profissional, resultando na aquisição de novos conhecimentos e na melhoria da qualidade de vida, de suas famílias e comunidades.

Outro ganho do Programa foi a participação das organizações sociais na gestão do Ellas Hacen e a presença de mulheres de referência nos bairros e nas comissões do Plano FinEs, o que significou o acolhimento e acompanhamento dos grupos das titulares, na medida em que os vínculos se baseavam em sentimento de solidariedade, companheirismo e confiança.

A partir da posse do governo Macri, foram introduzidas alterações no Programa Ellas Hacen, que resultaram na eliminação dos espaços coletivos e comunitários representados pelas cooperativas. Essa gestão promoveu valores meritocráticos e individualistas refletidos nas políticas públicas e nos interesses do governo, o que conferiu ao Programa uma mudança de objetivo. Assim, desde 2016, a política voltada para a inclusão social e educacional passou a ser considerada política de transferência condicionada de renda, na qual cada destinatário recebia o subsídio mediante o cumprimento dos requisitos de permanência.

Em 2018, após a revogação do Programa Ellas Hacen, foi criado o Programa Hacemos Futuro, com o objetivo de empoderar as populações em situação de vulnerabilidade social, melhorar sua empregabilidade, promovendo autonomia econômica, e ampliar as possibilidades de inserção no mercado de trabalho formal por meio da conclusão da educação básica e de cursos teórico-práticos de formação profissional.

O Governo abandonou o apoio e os incentivos às cooperativas, associações comunitárias e suas produções, eliminou a participação das organizações sociais e burocratizou o Programa transferindo-o para a ANSES, na busca por maior eficiência e transparência, além de eliminar a formação política das mulheres. Contudo, a predominância de mulheres como titulares e o fato de muitas delas serem provenientes do Programa Ellas Hacen fez com que conseguissem manter o contato entre si e continuassem fortalecendo as redes e os laços construídos.

Nesse contexto, a CTEP, em conjunto com outras organizações sociais e sindicatos de trabalhadores, articulou ações reivindicativas para combater as medidas de austeridade e empobrecimento operadas pela gestão Macri. Por meio de mobilizações de massa e reuniões de negociação com diferentes esferas do Governo, conseguiu colocar as exigências dos trabalhadores da economia popular na agenda pública. Dessa forma, a CTEP alcançou se integrar como entidade executora do Programa, tornando-se, posteriormente, uma Unidade de Capacitação (UCAP) e estabelecendo acordos diretos com o MDS.

Assim como o Programa Ellas Hacen, o Programa Hacemos Futuro também enfrentou dificuldades para cumprir seu objetivo. A análise realizada expõe as críticas feitas pelas beneficiárias, entre as quais se mencionam as expectativas de deixar de depender da assistência do Estado para ingressar no mercado de trabalho formal, a falta de articulação entre os cursos de formações e as possibilidades de emprego real, o corte no financiamento da educação e

escassez de propostas educacionais, a transformação do Programa em política de contenção da pobreza, devido à queda do poder aquisitivo, causada pelo aumento da inflação e pela retirada do subsídio aos serviços públicos, etc.

No plano educacional, as turmas específicas para mulheres do Programa *Ellas Hacen* foram encerradas e foram criadas turmas mistas, o que enfraqueceu as relações de confiança, segurança e empatia que haviam sido construídas. No entanto, algumas beneficiárias destacaram a oportunidade que o Programa lhes proporcionou de concluir a educação básica, o que, para muitas, foi uma realização pessoal, um sonho adiado pela maternidade, pela idade ou pela situação econômica da família; ao mesmo tempo em que ressaltaram o exemplo que tal acontecimento representava para os filhos.

O governo de Alberto Fernández, em 2020, modificou novamente a lógica e os objetivos do Programa, que passou a se denominar *Potenciar Trabajo* e tinha como objetivo gerar novas propostas produtivas e melhorar a empregabilidade através da finalização dos estudos formais e da formação profissional, além de fomentar e fortalecer as unidades produtivas administradas por pessoas em situação de vulnerabilidade social, promovendo sua inclusão e sua progressiva autonomia econômica.

Nesse sentido, à medida que o Programa apresentava algumas rupturas em relação à política do *Hacemos Futuro*, também estabelecia continuidades. O Programa promoveu a participação das organizações sociais, principalmente da UTEP, como entidade sindical dos trabalhadores excluídos e incorporou novamente o componente comunitário. Porém, isso ocorreu de maneira enfraquecida, por meio de unidades produtivas e grupos de trabalho, que não necessariamente organizavam suas atividades de forma coletiva. Ao mesmo tempo, reconheceu o trabalho das mulheres nas tarefas de cuidados sociocomunitários, fundamentais durante os anos da pandemia. Esse reconhecimento esteve acompanhado de formação em *Cuidados Integrales*, que permitiu às mulheres legitimar e certificar seus conhecimentos e agregar valor ao seu trabalho.

Todavia, na formulação da política, o governo Fernández manteve o conceito tradicional de trabalho, como aquele que abrange o emprego formal com registro, sem considerar os trabalhadores da economia popular - que continuaram excluídos e sem direitos -; ao mesmo tempo em que o acesso ao emprego continuou relacionado às características e habilidades individuais, como, por exemplo, o nível de escolaridade alcançado.

As consequências econômicas do endividamento com o FMI e outros órgãos multinacionais, acrescentadas às da crise sanitária da Covid-19, resultaram no aumento do

desemprego e de parcelas da população cada vez mais pobre, à qual o governo tentou prestar assistência por meio de políticas públicas.

Dessa forma, o Programa Potenciar Trabajo, que pretendia ser uma política transitória, tornou-se essencial para garantir a subsistência das pessoas vulneráveis, o que se verificou pelo crescimento do número de beneficiários, demonstrando que o governo enfrentou grandes dificuldades para gerar novas e melhores oportunidades de emprego formal em uma estrutura econômica profundamente excludente.

As modificações analisadas de cada Programa e contexto sociopolítico nesta pesquisa indicam as diferenças marcantes que cada governo apresentou em termos de interesses ao conceber, planejar e executar a política. Cada transição e reformulação significou uma descontinuidade na aplicação e nos modos de fazer, ignorando o que já havia sido realizado, os recursos utilizados e os aprendizados obtidos.

Pode-se considerar que essa descontinuidade entre os governos foi o principal obstáculo para o cumprimento dos objetivos de cada Programa, uma vez que eles foram delineados como políticas de governo e não como políticas de Estado, perduráveis no tempo. Sem contar que as políticas neoliberais implantadas na Argentina também se apresentaram como um grande limitador e condicionante na hora de formular políticas públicas.

Contudo, as mulheres em cada Programa participaram de forma ativa, às vezes operando na gestão, outras como oposição, mas conseguindo colocar as problemáticas e demandas da economia popular em geral, e do setor das mulheres em particular, na agenda pública. Se os Programas tiveram alguns bons resultados devem-se ao grande trabalho realizado pelas organizações sociais em cada local de aplicação, em cada ente executor, em cada mulher que conseguiu sair de situações de violência, se formar se profissionalmente e melhorar sua qualidade de vida.

Seria interessante, no próximo nível de formação, dar continuidade à essa pesquisa, aprofundando a coleta de dados com pesquisa empírica realizada com as beneficiárias e funcionários dos governos, na tentativa de conhecer suas perspectivas e avaliações sobre os Programas.

REFERÊNCIAS

- #Ni Una Menos, la consigna contra el femicidio tras el asesinato de una adolescente embarazada. **El Cronista** (online). Buenos Aires, Argentina. 11 may. 2015. Economía y Política. Disponível em: <https://www.cronista.com/economia-politica/ni-una-menos-la-consigna-contra-el-femicidio-tras-el-asesinato-de-una-adolescente-embarazada/> Acesso em: 31 mar. 2026.
- ABAL MEDINA, P. Los movimientos obreros organizados de Argentina (2003-2016). In: **¿Existe la clase obrera?** ABAL MEDINA, P.; NATALUCCI, A., ROSSO, F. Buenos Aires: Le Monde diplomatique, Capital Intelectual. p. 21-61. 2017. Disponível em: <https://www.eldiplo.org/wp-content/uploads/2020/04/3-existe-la-clase-obrera.pdf> Acesso em: 12 ago. 2026.
- ANGULO, N. Economía Social Solidaria, Mujeres y Políticas Públicas. In: ANGULO, N. et al. **Economía Social y Solidaria. Políticas Públicas y Género.** IDAES/UNSAM, Buenos Aires, Argentina. 2011. Disponível em: <https://asociacionlolamora.org.ar/economia-social-y-solidaria-politicas-publicas-y-genero/> Acesso em: 1 mai. 2026.
- ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital.** São Paulo: Boitempo. 2018
- ARCIDIÁCONO, P.; BERMÚDEZ, A. “Ellas Hacen.” Programas sociales y exigencias a las mujeres en Argentina. **Revista Estudos Feministas**, 26 (2). Centro de Filosofia e Ciências Humanas e da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584-2018v26n245297> Acesso em: 3 mar. 2026.
- ARGENTINA. Boletín de Estadísticas Laborales según sexo. **Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social.** 2025. Disponível em: https://view.officeapps.live.com/op/view.aspx?src=https%3A%2F%2Fwww.argentina.gob.ar%2Fsites%2Fdefault%2Ffiles%2Fboletin_estadisticas_laborales_segun_sexo_al_iii_trim_2024.xlsx&wdOrigin=BROWSELINK Acesso em 20 jun. 2026.
- ARGENTINA. **Consejo Federal de Educación (CFE).** Resolución n. 66/08. 28 de oct. Buenos Aires, Argentina. 2008. Disponível em: <https://cfe.educacion.gob.ar/resoluciones/res08/66-08.pdf> Acesso em: 9 mar. 2026.
- ARGENTINA. Consejo Nacional de Coordinación de Políticas Sociales. Evaluación de resultados del Programa Hacemos Futuro. **Sistema de Información, Evaluación y Monitoreo de Programas Sociales (SIEMPRO).** 2022a. Disponível em: https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/informe_final_2022_evaluacion_de_resultados_del_programa_hacemos_futuro.pdf Acesso em: 10 mar. 2026
- ARGENTINA. Consejo Nacional de Coordinación de Políticas Sociales. Reporte de Monitoreo. Programa Nacional “Potenciar Trabajo”. 4º Trimestre de 2020. **Sistema de Información, Evaluación y Monitoreo de Programas Sociales (SIEMPRO).** 2020. Disponível em: https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/reporte_de_monitoreo_potenciar_trabajo_4deg_trim_2020.pdf Acesso em: 14. Jul 2026.
- ARGENTINA. Consejo Nacional de Coordinación de Políticas Sociales. Reporte de Monitoreo. Programa Nacional “Potenciar Trabajo”. 4º Trimestre de 2021. **Sistema de Información,**

Evaluación y Monitoreo de Programas Sociales (SIEMPRO). 2021. Disponible em: https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/informes_de_monitoreo_de_pt_4deg_trimestre_2021.pdf Acceso em: 14 jul. 2026.

ARGENTINA. Consejo Nacional de Coordinación de Políticas Sociales. Reporte de Monitoreo. Programa Nacional “Potenciar Trabajo”. 2º Semestre de 2022. **Sistema de Información, Evaluación y Monitoreo de Programas Sociales (SIEMPRO).** 2022b. Disponible em: https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/reporte_monitoreo_potenciar_trabajo_2a_semestre_2022.pdf Acceso em: 14 jul. 2026.

ARGENTINA. Constitución de la Nación Argentina 1994. **Biblioteca del Congreso de la Nación,** Buenos Aires. 2023a. Disponible em: <https://digitales.bcn.gob.ar/files/textos/ConstitucionArg2023.pdf> Acceso em: 21 jun. 2026

ARGENTINA. **Honorable Congreso de la Nación.** Ley n 26.223. Régimen simplificado para pequeños contribuyentes. 14 mar. Buenos Aires, Argentina. 2007. Disponible em: <https://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/50000-54999/51609/textact.htm>

ARGENTINA. **Honorable Congreso de la Nación.** Ley n. 24.049. Transferencias de escuelas. 6 dic. Buenos Aires, Argentina. 1991. Disponible em: <https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/ley-24049-448/texto>

ARGENTINA. **Honorable Congreso de la Nación.** Ley n. 24.632. Apruébase la Convención Interamericana para Prevenir, Sancionar y Erradicar la Violencia contra La Mujer - "Convención de Belém do Pará". 13 mar. Buenos Aires, Argentina. 1996. Disponible em: <https://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/35000-39999/36208/norma.htm>

ARGENTINA. **Honorable Congreso de la Nación.** Ley n. 26.485. Protección integral para prevenir, sancionar y erradicar la violencia contra las mujeres en los ámbitos en que desarrollen sus relaciones interpersonales. 11 mar. Buenos Aires, Argentina. 2009a. Disponible em: servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/150000-154999/152155/norma.htm

ARGENTINA. **Instituto Nacional De Asociativismo y Economía Social (INAES).** Resolución n. 3026/2006. 26 sep. Buenos Aires, Argentina. 2006. Disponible em: <https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/resoluci%C3%B3n-3026-2006-120473>

ARGENTINA. Ministerio de Capital Humano. Secretaria de Niñez, Adolescencia y Familia. Lanzamos el programa Potenciar Trabajo para promover la inclusión socioproductiva. **Site Oficial.** 16 jun. 2020a. Disponible em: <https://www.argentina.gob.ar/noticias/lanzamos-el-programa-potenciar-trabajo-para-promover-la-inclusion-socioproductiva> Acceso em: 15 jul. 2026.

ARGENTINA. Ministerio de Capital Humano. Secretaria de Niñez, Adolescencia y Familia. Se lanzaron las Diplomaturas en Cuidados Integrales en el partido de Tres de Febrero. **Site Oficial.** 26 may. 2021a. Disponible em: <https://www.argentina.gob.ar/noticias/se-lanzaron-las-diplomaturas-en-cuidados-integrales-en-el-partido-de-tres-de-febrero> Acceso em: 22 jul. 2026.

ARGENTINA. Ministerio de Capital Humano. Secretaria de Niñez, Adolescencia y Familia. Se presentaron las Diplomaturas de Cuidados Integrales en Berazategui. **Site Oficial.** 19 jul. 2021b. Disponible em: <https://www.argentina.gob.ar/noticias/se-presentaron-las-diplomaturas-de-cuidados-integrales-en-berazategui> Acceso em: 22 jul. 2026.

ARGENTINA. Ministerio de Capital Humano. Secretaria de Niñez, Adolescencia y Familia. Victoria Tolosa Paz presentó Volvé a Estudiar: "Hay Potenciar Trabajo si fortalecemos la educación, hay una Argentina más igualitaria si empezamos por la escolaridad". **Site Oficial**. 24 feb. 2023b. Disponible em: <https://www.argentina.gob.ar/noticias/victoria-tolosa-paz-presento-volve-estudiar-hay-potenciar-trabajo-si-fortalecemos-la> Acceso em: 11 ago. 2026.

ARGENTINA. **Ministerio de Desarrollo Social de la Nación**. Diploma de Operador/a Social con Orientación en Agroecología, Urbanismo, Hábitat Social y Producción e Intervención Cultural Popular: Módulo Producción agroecológica y soberanía alimentaria. Cuaderno de trabajo. Buenos Aires. 2014a

ARGENTINA. **Ministerio de Desarrollo Social de la Nación**. Diploma de Operador/a Social con Orientación en Agroecología, Urbanismo, Hábitat Social y Producción e Intervención Cultural Popular: Módulo TIC Docentes. Buenos Aires. 2014b

ARGENTINA. Ministerio de Desarrollo Social de la Nación. Informe de Seguimiento del Programa Ingreso Social con Trabajo – PRIST Línea Ellas Hacen. 4to Trimestre 2017. **Sistema de Información, Evaluación y Monitoreo de Programas Sociales (SIEMPRO)**. 2017 Disponible em: https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/2018.04.04_informe_trimestral_eh_4t_2017.pdf Acceso em: 10 mar. 2026

ARGENTINA. **Ministerio de Desarrollo Social de la Nación**. Lineamientos Programa Hacemos Futuro. Buenos Aires, Argentina. 2018a.

ARGENTINA. **Ministerio de Desarrollo Social de la Nación**. Registro Nacional de Trabajadores y Trabajadoras de la Economía Popular (RENATEP). Juventudes y Economía Popular en el ReNaTEP. Informe – Datos a abril de 2023. 2023.

ARGENTINA. **Ministerio de Desarrollo Social de la Nación**. Resolución n. 3182. 14 de ago. Buenos Aires, Argentina. 2009b.

ARGENTINA. **Ministerio de Desarrollo Social de la Nación**. Resolución n. 2176. Programa Nacional Ellas Hacen. 14 mar. Buenos Aires, Argentina. 2013.

ARGENTINA. **Ministerio de Desarrollo Social de la Nación**. Resolución n. 2055. 12 de oct. Buenos Aires, Argentina. 2016

ARGENTINA. **Ministerio de Desarrollo Social de la Nación**. Resolución n. 96/2018. Programa Nacional Hacemos Futuro. 8 feb. Buenos Aires, Argentina. 2018b.

ARGENTINA. **Ministerio de Desarrollo Social de la Nación**. Resolución n. 8/2020. Plan Nacional Argentina contra el hambre. 8 ene. Buenos Aires, Argentina 2020b. Disponible em: <https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/resoluci%C3%B3n-8-2020-333848/texto> Acceso em: 7 jul. 2026.

ARGENTINA. **Ministerio de Desarrollo Social de la Nación**. Resolución n. 121/2020. Programa Nacional de Inclusión Socio-Productiva y Desarrollo Local – Potenciar Trabajo. 18 mar. Buenos Aires, Argentina 2020c. Disponible em: <https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/resoluci%C3%B3n-121-2020-336701/texto> Acceso em: 7 jul. 2026.

ARGENTINA. **Ministerio de Desarrollo Social de la Nación**. Resolución n. 1868/2021. Lineamientos generales y operativos del programa Potenciar Trabajo. 31 dic. Buenos Aires,

Argentina. 2021c. Disponible em: <https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/resoluci%C3%B3n-1868-2021-359093>
 Acceso em: 13 jul. 2026.

ARGENTINA. **Ministerio de Desarrollo Social de la Nación**. Resolución n.º 408/2020. Creación del Registro Nacional de Trabajadores y Trabajadoras de la Economía Popular (RENATEP). 16 jun. Buenos Aires, Argentina. 2020d. Disponible em: <https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/resoluci%C3%B3n-408-2020-346738> 13 jul. 2026.

ARGENTINA. Ministerio de Economía y Finanzas Públicas. Encuesta sobre trabajo no remunerado y uso del tiempo. Resultados por jurisdicción. Tercer trimestre de 2013. **Instituto Nacional de Estadística y Censos (INDEC)**. 2014. Disponible em: https://www.indec.gob.ar/uploads/informesdeprensa/tnr_07_14.pdf Acceso em: 4 mar. 2026

ARGENTINA. Ministerio de Economía. Encuesta Permanente de Hogares (EPH) total urbano. Evolución de la distribución del ingreso. Tercer trimestre de 2023. **Informes técnicos**. Vol. 8, nº 39. Instituto Nacional de Estadística y Censos (INDEC). 2023. Disponible em: https://www.indec.gob.ar/uploads/informesdeprensa/eph_total_urbano_ingresos_02_24918E35EE9D.pdf Acceso em: 4 mar. 2026

ARGENTINA. **Ministerio de Educación de la Nación**. Ley Nacional de Educación n.º 26.206. 14 dic. Buenos Aires, Argentina. 2006. Disponible em: <https://www.educ.ar/recursos/fullscreen/show/48275>
 - Educ.ar Acceso em: 9 mar. 2026

ARGENTINA. **Ministerio de Educación Nacional**. Resolución 106/2020. Programa Seguimos Educando. 15 mar. Buenos Aires, Argentina. 2020f. Disponible em: <https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/resoluci%C3%B3n-106-2020-335490> 24 jul. 2026.

ARGENTINA. **Ministerio de Educación Nacional**. Resolución n.º 146/2020. 3 abr. Buenos Aires, Argentina. 2020e. Disponible em: https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/resolucion_146-2020_plan_fines.pdf Acceso em: 24 jul. 2026

ARGENTINA. **Ministerio de Educación Nacional**. Resolución n.º 571/2021. Programa Volvé a estudiar – Procedimiento de autogestión y comunicación. 26 mar. Buenos Aires, Argentina. 2021. Disponible em: <https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/resoluci%C3%B3n-571-2023-381383> Acceso em: 24 jul. 2026.

ARGENTINA. **Ministerio de Educación Nacional**. Resolución n.º 945/2021. Lineamientos del plan de finalización de estudios primarios y secundarios (FinEs 2020). 9 mar. Buenos Aires, Argentina. 2021. Disponible em: https://bnm.me.gov.ar/giga1/normas/RM_945-21.pdf Acceso em: 24 jul. 2026

ARGENTINA. **Poder Ejecutivo Nacional**. Decreto n. 1602/2009. 29. oct. Buenos Aires, Argentina. 2009c. Disponible em: <https://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/155000-159999/159466/norma.htm>

ARGENTINA. **Poder Ejecutivo Nacional**. Decreto n. 260/2020. Emergencia Santinaria. Coronavirus (COVID-19) Disposiciones. 12 mar. Buenos Aires Argentina. 2020g. <https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/decreto-260-2020-335423> Acceso 7 jul. 2026.

ARGENTINA. **Poder Ejecutivo Nacional**. Decreto n. 297/2020. Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio. 19 mar. Buenos Aires, Argentina. 2020h. <https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/decreto-297-2020-335741/texto> Acceso 7 jul. 2026.

ARGENTINA. **Poder Ejecutivo Nacional**. Decreto n. 310/2020. Emergencia Sanitaria. Ingreso Familiar de Emergencia. 23 mar. Buenos Aires, Argentina. 2020i. <https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/decreto-310-2020-335820/texto> Acceso em: 7 jul. 2026.

ARGENTINA. **Poder Ejecutivo Nacional**. Decreto n. 711/2021. Programas de formación, empleo e intermediación laboral. Disposiciones. 18 oct. Buenos Aires, Argentina. 2021d. Disponible em: <https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/decreto-711-2021-355459/texto> Acceso em: 22 jul. 2026.

ARGENTINA. **Poder Ejecutivo Nacional**. Decreto n. 728/2022. Consejo de la Economía popular y el salario social complementario. 3 nov. Buenos Aires, Argentina. 2022. Disponible em: <https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/decreto-728-2022-374231/texto> Acceso em 12 ago. 2026.

ARGENTINA. **Secretaria de Economía Social**. Hacia una estrategia para la economía social y popular en Argentina: memorias de gestión 2015 – 2019 y mirada hacia el futuro. Buenos Aires, Argentina. 2019. Disponible em: https://drive.google.com/file/d/1rBaNUq-9x_DbfGf0dbS7Qk6GyoejAJ54/view

BALZA, S.; SOROCHE, S.; FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, M. I. Apuntes de Economía Popular No 8. Actualización de indicadores de la Economía Popular entre el 4to trimestre de 2023 y 2024 y entre el 3er trimestre de 2023 y 2024. Análisis de la población en función del género y edad. **CITRA CONICET**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina 2025. Disponible em: <https://citra.org.ar/publicaciones/apuntes-de-economia-popular/apuntes-de-economia-popular-no8/> 20 ago. 2025

BALZA, S.; SOROCHE, S.; FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, M. I. La Economía Popular a dos años de La Libertad Avanza. Indicadores a nivel regional y nacional (género y edad), Primer trimestre de 2024 - primer trimestre de 2025. **CITRA CONICET**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2025. Disponible em: <https://citra.org.ar/wp-content/uploads/2025/10/CITRA-InformeECOPOP-9.pdf> Acceso em: 12 jan. 2026.

BARALDO N. Movimientos sociales y educación en Argentina: una aproximación a los estudios recientes. **EccoS Revista Científica**. v.11, n.1; pp. 77-93. Universidade Nove de Julho. São Paulo. 2009. Disponible em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71512097005> Acceso em: 21 de jun. 2026.

BARRANCOS, D. Mujeres y crisis en la Argentina: De las Madres de Plaza de Mayo a las piqueteras. In: **Devenir feminista: una trayectoria político-intelectual: antología esencial**. MARTÍN, A. L.; VALOBRA, A.; PAMPÍN, M. F. (Eds.). CLACSO. p. 201-224. 2019. Disponible em: <http://www.jstor.org/stable/j.ctv253f4xs> Acceso em: 1 mai. 2026

BIBLIOTECA DEL CONGRESO DE LA NACIÓN. Mensaje de Asunción del Presidente Alberto Ángel Fernández. **Dossier Legislativo**, n. 261. Buenos Aires, Argentina. 2023. Disponible em: <https://bcn.gob.ar/uploads/adjuntos/Dossier-n-261-mensaje-asuncion-alberto-fernandez.pdf> Acceso em: 19. mai. 2026.

BRANDARIZ, C. (Comp.), et al. **No es amor: Aportes al debate sobre la economía del cuidado**-1a ed. - Indómita Luz Editorial. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2019.

BRENTA, N. L. El rol del FMI en la deuda externa argentina; Universidad de Buenos Aires. Facultad de Ciencias Económicas. **Plan Fénix; Voces en el Fénix**; 64; pp. 86-93. 2017 Disponible em: https://ri.conicet.gov.ar/bitstream/handle/11336/69189/CONICET_Digital_Nro.c4f8e1ba-8f36-418b-9316-a6c3215cb9a1_H.pdf?sequence=5&isAllowed=y

BRUNO, D. P. Aportes de la economía popular a la discusión sobre el trabajo y la gestión de los comunes. Una lectura feminista de la pragmática política de la Confederación de Trabajadores de la Economía Popular (CTEP). **Revista Avatares de la Comunicación y la Cultura**; no. 19. Facultad de Periodismo y Comunicación Social, Universidad Nacional de La Plata, Argentina. Disponible em: <http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/107348> Acceso em: 5 mai. 2026.

BUENOS AIRES. **Dirección General de Cultura y Educación**. Continuidad pedagógica en la provincia de Buenos Aires. Educación de jóvenes, adultas y adultos. Informe de investigación. Junio 2021. Disponible em: <https://abc.gob.ar/secretarias/sites/default/files/2023-04/8%20-%20CONTINUIDAD%20PEDAG%20GICA%20EN%20LA%20PROVINCIA%20DE%20BUENOS%20AIRES.%20EDUCACI%20N%20DE%20J%20VENES%20C%20ADULTAS%20Y%20ADULTOS.pdf> Acceso em: 24 jul. 2026.

BUENOS AIRES. **Dirección General de Cultura y Educación**. Gestionar la excepcionalidad. Las políticas de continuidad pedagógica en el contexto del Aislamiento Social, Preventivo y Obligatorio. Informe final. Parte II. Oct. 2020. Disponible em: <https://abc.gob.ar/secretarias/sites/default/files/2023-03/Gestionar%20la%20excepcionalidad.%20INFORME%20II.pdf> Acceso em: 24 jul. 2026.

BUENOS AIRES. **Dirección General de Cultura y Educación**. Resolución n.º3520/2010. Aprueba la implementación de plan de estudios establecidos por Resolución n.º6321/95 de la DGCE, según propuesta pedagógica. Plan FINES. Garantizar el cumplimiento de la escolaridad obligatoria. 2010. Disponible em: <https://normas.gba.gob.ar/documentos/VwyJpJh5.pdf> Acceso em: 29 jun. 2026.

BUENOS AIRES. **Dirección General de Cultura y Educación**. Resolución n.º713/2017. Ampliación del Plan Provincial de Finalización de Estudios Obligatorios – FinEs para el periodo 2016-2019. Argentina. 2017.

BURGOS, A.; GLUZ, N.; KAROLINSKI, M. Las experiencias educativas de los movimientos sociales: Reflexiones en torno a la construcción de autonomía. **V Jornadas de Sociología de la UNLP**, 10, 11 y 12 de diciembre de 2008, La Plata, Argentina. Em: Memoria Académica.2008. Disponible em: http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/trab_eventos/ev.5913/ev.5913.pdf Acceso em: 8 de mar. 2026.

BUTLER, J. **El género en disputa**. El feminismo y la subversión de la identidad. España: Paidós. 2007. Disponível em: https://eva.artes.udelar.edu.uy/pluginfile.php/74534/mod_resource/content/1/Judith-Butler-El-genero-en-disputa.pdf

CANAL BRASIL. Eduardo Galeano | Sangue Latino. **Youtube**, 9 jan. 2018. Brasil. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=47aFAIDierM&t=1307s>. Acesso em: 9 mar. 2026

CARACCIOLO, M.; FOTI, P.; SANCHÍS, N. Las mujeres en la Economía Social y Solidaria: las políticas públicas. In: ANGULO, N. et al. **Economía Social y Solidaria. Políticas Públicas y Género**. IDAES/UNSAM, Buenos Aires, Argentina. 2011. Disponível em: <https://asociacionlolamora.org.ar/economia-social-y-solidaria-politicas-publicas-y-genero/> Acesso em: 7 mai. 2026.

CASA ROSADA. Lanzamiento del Plan "Ellas Hacen". Cristina Fernández. **Youtube**, 13 mar. 2013. Argentina. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Evjx2Y549UU> Acesso em: 9 mar. 2026

CASAS, S. L. Los Movimientos sociales en la Argentina: de los noventa a la actualidad. Origen, desarrollo y perspectivas. **Teoría y Praxis**. Editorial Universidad Don Bosco, año 13, n. 27, jun./dic., p. 31-47, 2015. Disponível em: https://sedici.unlp.edu.ar/bitstream/handle/10915/125959/Documento_completo.pdf-PDFA.pdf?sequence=1 Acesso em: 8 de mar. 2026.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991

CORAGGIO, J. L. **Contribuciones de consejeres** - Serie de documentos. N°1 Economía social y economía popular: Conceptos básicos. INAES. Ministerio de Desarrollo Productivo. 2020. Disponível em: <https://www.coraggioeconomia.org/jlc/archivos%20para%20descargar/Economia%20Social%20y%20Economia%20Popular%20-%20Conceptos%20Basicos.pdf> Acesso em: 20 ago. 2025

CORREA, M.; BOCCHIO, M. C. Entre la terminalidad de la educación secundaria obligatoria y el desfinanciamiento de un plan de terminalidad. Análisis del Plan Nacional de Finalización de Estudios Primarios y Secundarios (FinEs) en la Provincia de La Pampa, Argentina (2008-2018). **Praxis Educativa**. vol. 26, núm. 3. pp. 1-21. Universidad Nacional de La Pampa, Argentina. 2022. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=153172468016>

CRENSHAW, K. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. **Revista Estudos Feministas**, n° 1, 2002. Disponível em: <https://generoeeducacao.org.br/wp-content/uploads/2015/11/A-Interseccionalidade-na-Discrimina%C3%A7%C3%A3o-de-Ra%C3%A7a-e-G%C3%AAnero-Kimberle-Crenshaw.pdf> Acesso em 23 jul. 2026.

D'ALESSANDRO, M. Ingreso Familiar de Emergencia. Uma política pública a contrareloj. **Fundar**. Documento de trabajo. Ago. 2022. Disponível em: https://fund.ar/wp-content/uploads/2022/09/Fundar_IFE.pdf Acesso em: 7 jul. 2026.

DAL RI, N. M. Educação democrática e trabalho associado no contexto político-econômico do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. 315 fs. **Tese (Livre-Docência)**. Universidade Estadual Paulista, Campus de Marília. São Paulo. 2004 Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/86329862-f067-4abf-86a3-ae4fd3fc16b2> Acesso em: 11 mar. 2026.

DAL RI, N. M. Trabalho associado, gênero, educação e participação política nas empresas de autogestão e nos movimentos sociais. **ORG&DEMO**, Marília, SP, v. 16, edição especial, p. 115-134. 2015 Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/orgdemo/article/view/5140>

DAL RI, N. M. Um panorama dos novos movimentos sociais latino-americanos e a pedagogia do trabalho associado. In: NOVAES, H. T.; DAL RI, N. M. (Orgs.) **Movimentos sociais e crises contemporâneas**. v. 2.3ª ed. Lutas anticapital. Marília, São Paulo. 2021.

DANANI, C. Las políticas públicas del área de desarrollo social durante los gobiernos de Néstor Kirchner y Cristina Fernández. **ANÁLISIS N.º 12** - Fundación Friedrich Ebert. Buenos Aires - Argentina. 2016. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/argentinien/12771.pdf>

DE LUCA, R. Plan de Finalización de Estudios Primarios y Secundarios (Plan Fines): una aproximación a su evolución cuantitativa, 2008-2018. **Espacios en Blanco**. Revista de Educación, vol. 2, núm. 32. Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, Argentina. 2022. Disponible en: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=384569922015>

DEUX MARZI, M.; RACH, D.; VIGNOLO, C. Agendas de la política social y solidaria y la economía popular. Entre los proyectos populares y las políticas estatales. **Pampa**, Revista Interuniversitaria de Estudios Territoriales, Universidad Nacional del Litoral. n. 28, e00069. 2023. Disponível em: <https://bibliotecavirtual.unl.edu.ar/publicaciones/index.php/Pampa/article/view/13120> Acesso em: 8 mai. 2026

EL DIARIO DE LA MATANZA. **La UNLaM y Desarrollo Social lanzaron una línea de formación en Cuidados Integrales**. 9 mar. 2021. Capacitación. Disponível em: <http://moron.enorsai.com.ar/educacion/33048-la-unlam-y-desarrollo-social-lanzaron-una-linea-de-formacion-en-cuidados-integrales.html> Acesso em: 22 jul. 2026.

ELBERT, R., BONIOLO, P., DALLE, P. Trabajadores y trabajadoras en actividades claves durante la pandemia de Covid-19 en Argentina: precariedad, supervivencia y organización colectiva. **Organización Internacional del Trabajo (OIT)**. Documento de trabajo. Junio. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.54394/TYNT5214> Acesso em 7 jul. 2026.

FERRARI MANGO, C. Burocracia social: reconfiguración macro institucional y micro sociopolítica entre la ANSES y el programa Hacemos Futuro. **Población & Sociedad**. Vol. 28 (1), 2021, p. 86-106. Disponível em: <https://doi.org/10.19137/pys-2021-280105> Acesso em: 14 abr. 2026.

FERRARI MANGO, C. El papel de las organizaciones de la sociedad civil en la reconfiguración de los programas sociales: análisis del caso argentino entre 2015 y 2019. **Gestión y Análisis de Políticas Públicas**, n. 28, 2022. p. 99–111. Disponível em: <https://revistasonline.inap.es/index.php/GAPP/article/view/10877> Acesso em: 20mar. 2026.

FERRARI MANGO, C., BARDAUIL, A. El “Potenciar Trabajo”. Miradas relacionales entre concepciones y números para comprender su constitución. Observatorio sobre Políticas Públicas y Reforma Estructural, **Informe n.º 42. FLACSO**. Buenos Aires. 2023. Disponível em: https://www.flacso.org.ar/wp-content/uploads/2024/02/Ferrari-Mango-Bardauil_El-Potenciar-Trabajo_Informe-N42_2023.pdf Acesso em: 13 jul. 2026.

FERRARI MANGO, C., CAMPANA, J. Del “Argentina Trabaja - Programa Ingreso Social con Trabajo” y el “Ellas Hacen” al “Hacemos Futuro”. ¿Integralidad o desintegración de la función

social del Estado? Observatorio sobre Políticas Públicas y Reforma Estructural. **Informe n. 11 FLACSO**. Buenos Aires. 2020. Disponible em: <https://politicaspublicas.flacso.org.ar/wp-content/uploads/2020/06/Observatorio-sobre-pol%C3%ADticas-p%C3%BAblicas-Informes-11-1.pdf> Acceso em: 5 de fev. 2025

FITZ PATRICK, M.; CRUCIANELLI, S. Más del 50% de los fondos del programa Potenciar Trabajo fueron para la Provincia de Buenos Aires. **Infobae**. 24 ago. 2021. Política. <https://www.infobae.com/politica/2021/08/24/mas-del-50-de-los-fondos-del-programa-potenciar-trabajo-fueron-para-la-provincia-de-buenos-aires/> Último acceso: 23 jul. 2026.

GAGO, V. Cap. 4: Economía feminista: explotación y extracción. En: **La potencia feminista. O el deseo de cambiarlo todo**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Tinta Limón. 2019. Disponible em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5148420/mod_resource/content/1/Veronica%20Gago%20-%20La%20potencia%20feminista..pdf

GAMALLO, G. **El gobierno de la pobreza en la Argentina Posconvertibilidad**. Fundación CECE. 2017. Disponible em: <http://fcece.org.ar/wp-content/uploads/informes/pobrezaposconvertibilidad.pdf> Acceso em: 22 mar. 2026.

GARCIA, I. L.; VAGHI, A. Cooperativas de mujeres. ¿“Ellas Hacen”? Una construcción de espacios cooperativos. **X Encuentro de Investigadores Latinoamericanos en Cooperativismo**. Facultad de Ciencias Económicas, Universidad de Buenos Aires, Argentina. 2018. Disponible em: https://www.ceur-conicet.gov.ar/archivos/publicaciones/Ponencia_Garcia-Vaghi_-version_publicada-_septiembre_2018.pdf

GARCÍA, M. Trabajadoras de la economía popular. Aproximación a su rol central en la reproducción social comunitaria y sus bases en el feminismo popular. **Actas de Periodismo y Comunicación**, v. 6, n. 1. 2020. Disponible em: <https://perio.unlp.edu.ar/ojs/index.php/actas/article/view/6558> Acceso em: 5 mai. 2026.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008

GONZÁLEZ, F. M. El Plan FinEs2 como política educativa. Variaciones en el período 2013-2019. **Praxis educativa**, Vol. 25, No 1 enero – abril 2021. p. 1-12. Santa Rosa, La Pampa, Argentina. 2021. Disponible em: <https://dx.doi.org/10.19137/praxiseducativa-2021-250112> Acceso em: 4 abr. 2026

GONZALEZ, L. J. Una realidad que llegó para quedarse: La CTEP y el escenario emergente a partir de la Marcha de San Cayetano (2016). **Sociohistórica**, 48, e146. La Plata. 2021 <https://doi.org/10.24215/18521606e146>

GRABOIS, J. **La personería social: perspectivas en torno al nuevo régimen de agremiación para los trabajadores de la economía popular**. 1ª ed. Facultad de Derecho, Universidad de Buenos Aires. 2016. Disponible em: <https://utep.org.ar/public/personeria-social> Acceso em: 23 jun. 2026.

GRABOIS, J., PÉRSICO, E. M. **Organización y economía popular**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Asociación Civil de los Trabajadores de la Economía Popular, 2014. Disponible em: <https://mteargentina.org.ar/wp-content/uploads/2022/09/Grabois-Persico-Trabajo-y-Organizacio%CC%81n-en-la-Eco-Pop.pdf> Acceso em: 21 jun. 2026.

GRUSZKA, M.; ABRITTA, A. (2018). La implementación del Plan FinEs: un análisis desde el trabajo docente. **Question**, 1, n. 59, p. e072, 2018. Disponible em: <https://perio.unlp.edu.ar/ojs/index.php/question/article/view/4717>. Acceso em: 27 abr. 2026.

GUELMAN, A. Formação no trabalho em movimentos populares na Argentina. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1, n. 24, p. e17124, 2024. Disponible em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/17124>

HOPP, M. V. Transformaciones en las políticas sociales de promoción de la economía social y del trabajo en la economía popular en la Argentina actual. **Cartografías del Sur**; n. 6; 19-41. Universidad Nacional de Avellaneda. Buenos Aires. 2017. Disponible em: <http://cartografiasdelsur.undav.edu.ar/index.php/CdS/article/view/86> Acceso em: 12 mar. 2026

INSTITUTO NACIONAL CONTRA LA DISCRIMINACIÓN, LA XENOFOBIA Y EL RACISMO (INADI). **Mapa Nacional de la Discriminación 2019**. Tercera edición. Buenos Aires, Argentina. 2022. Disponible em: https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/2022/05/mapa_nacional_de_la_discriminacion.pdf Acceso em: 3 mai. 2026

KOROL, C. Mujeres al frente y en la lucha. En: KOROL, C. (Comp.). **Hacia una pedagogía feminista**. Géneros y educación popular. Buenos Aires: El Colectivo, América Libre, 2007. Disponible em: <https://base.socioeco.org/docs/hacia-una-pedagogia-feminista.pdf>

LARSEN, M., CAPPARELLI, D. Capítulo 6. Del Argentina Trabaja al Potenciar Trabajo. Un recorrido desde las organizaciones sociales. En PETZ, I., SCAGLIA, M. C., HINDI, G. (Comps.). **Antropología económica**. Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires. 2021. Disponible em: https://publicaciones.filo.uba.ar/sites/publicaciones.filo.uba.ar/files/LC.%20Antropologi%CC%81a%20econo%CC%81mica_digital.pdf Acceso em: 13 jul. 2026.

LEDDA, V. El programa Potenciar Trabajo en Argentina (2020-2023). Dimensiones y reconfiguraciones de la política pública más controversial del último tiempo. **Gg. Punto Seguido. Revista de la Licenciatura en Gestión Gubernamental**, n. 3, p. 51-64, 23 jun. 2023. Disponible em: <https://publicaciones.unpaz.edu.ar/OJS/index.php/PS/article/view/1516> Acceso em: 13 jul. 2026.

LIAUDAT, S. TÓFFOLI M. M.; FONTANA, J. M. **El subsuelo de la patria**: historia del movimiento de trabajadores excluidos. - 2a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo 30/10, 2023. Disponible em: sedici.unlp.edu.ar/bitstream/handle/10915/168374/Documento_completo_Libro_MTE_completo_2da_edEdit.pdf-PDFA.pdf?sequence=1

LOGIUDICE, A. Políticas públicas para la economía popular en la Argentina: tensiones, avances y perspectivas. **Revista de Estudios Regionales y Mercado de Trabajo**, n. 18, e038, 2023. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Universidad Nacional de La Plata. La Plata, Argentina. Disponible em: <https://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/166153> Acceso em: 8 maio. 2026

LOMBARDO, S. Informe del ReNaTEP y Potenciar Trabajo: Principales características de la economía popular registrada. Informe Noviembre 2022. Observatorio Social sobre Empresas Recuperadas y Autogestionadas; n. 19. Políticas Públicas y economía social, solidaria y popular.

2022. Disponível em <https://publicaciones.sociales.uba.ar/index.php/osera/article/view/8025>
Acesso em: 14 jul. 2026.

MARQUES, E. As políticas públicas na Ciência Política. En: MARQUES, E.; FARIA, C. A. P. (Orgs.) **A política pública como campo multidisciplinar**. São Paulo: Editora da Unesp, Rio de Janeiro: Editora da Fiocruz, 2013, p. 23-46.

MARTIN, M. El censo argentino arrojó 98% de alfabetización en el país, pero no se refleja en las aulas. **Perfil**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires. Sociedad. 7 sep. 2022. Disponível em: <https://www.perfil.com/noticias/sociedad/el-censo-argentino-arrojo-98-de-alfabetizacion-en-el-pais-pero-no-se-refleja-en-las-aulas.phtml> Acesso em: 29 jun. 2026.

MARX, K. **O capital**. Crítica da economia política. Livro I. São Paulo: Boitempo. 2013

MATTEI, C. E. **A Ordem do Capital**. Como os economistas inventaram a austeridade e abriram o caminho para o fascismo. Universidade de Chicago, Illinois. 2022

MATURO, Y., BOCCHIO, M. C. ¿El retorno de las políticas de desconcentración? Mutaciones en el Programa Nacional de Formación Permanente (PNFP). Córdoba, Argentina. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v.29, n.113, p. 934-952, out./dez. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362021002902804> Acesso em: 16 abr. 2026.

MEDELLÍN TORRES, P. Cap. IV: La política y las políticas públicas en regímenes de “obediencias endebles”. Una propuesta para abordar las políticas públicas en América Latina. Em: LANZARO, J.; FRANCO, R. (Coords.) **Política y Políticas Públicas en los procesos de reforma de América Latina**. Miño y Dávila Editores. Buenos Aires, Argentina. 2006.

MENDES, V. R.; PERONI, V.M.V. Estado, mercado e formas de privatização: a influência dos think tanks na política educacional brasileira. **Revista Espaço Pedagógico**., v.27, p.65 – 88, 2020. Disponível em: <https://ojs.upf.br/index.php/rep/article/view/10575>. Acesso em: 19 jun. 2026.

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. 2. ed. rev. e ampliada. São Paulo: Boitempo. 2011

MICHA, A., PEREYRA, F. Trabajadoras comunitarias de cuidado en el marco del programa Potenciar Trabajo. Experiencias laborales y aportes a la provisión de servicios. Buenos Aires: **Oficina de país de la OIT para la Argentina**. 2022. Disponível em: https://www.ilo.org/sites/default/files/wcmsp5/groups/public/%40americas/%40ro-lima/%40ilo-buenos_aires/documents/publication/wcms_865014.pdf Acesso em: 14 jul. 2026.

MOLINA, M. El Gobierno no incorporará más beneficiarios a planes sociales. **Página 12**. 4 nov. 2022. Portada. El País. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/494822-el-gobierno-no-incorporara-mas-beneficiarios-a-planes-social> Acesso em: 22 jul. 2026

MORAES, R. C. **Neoliberalismo - de onde vem, para onde vai?** Senac, S. Paulo. 2001.

MUÑOZ, M. A., VILLAR, L. I. Confederación de Trabajadores de la Economía Popular (CTEP en la CGT). Entre la organización sindical y el conflicto político-social (Argentina, 2011-2017) **Crítica y Resistencias**. Revista de conflictos sociales latinoamericanos. Córdoba, Argentina. N° 5, p. 22-52. 2017. Disponível em:

<https://www.criticayresistencias.com.ar/index.php/revista/article/view/57/50> Acesso em: 4 mar. 2026.

NACIONES UNIDAS (ONU). **Consenso de Quito**. Decima Conferencia Regional sobre la Mujer de América Latina y el Caribe. CEPAL. 9 ago. Quito, Ecuador. 2007. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/2aa90cb8-a3c4-425d-ba81-013083a65f9c/content> Acesso em: 4 mar. 2026

NACIONES UNIDAS (ONU). **Informe de la Cuarta Conferencia Mundial sobre la Mujer**. Beijing, China. 1995. Disponível em: <https://docs.un.org/es/A/CONF.177/20/Rev.1> Acesso em: 4 mar. 2026

NACIONES UNIDAS (ONU) **Pacto Internacional de Derechos Económicos, Sociales y Culturales**. Nueva York, Estados Unidos. 1966. Disponível em: <https://www.ohchr.org/es/instruments-mechanisms/instruments/international-covenant-economic-social-and-cultural-rights> Acesso em: 7 sep. 2026.

NOGUEIRA, M. A.; DI GIOVANNI, G. (Orgs.) **Dicionário de políticas públicas**. 2. ed. São Paulo: Editora da Unesp, Fundap, 2015.

NOVARO, M. Cap. 9: Menemismo y reformas de mercado. En: **Historia de la Argentina 1955-2010**. Siglo Veintiuno Editores. Buenos Aires, Argentina. 2010

OFICINA DEL PRESUPUESTO DEL CONGRESO (OPC). **Caracterización del estado de situación laboral y de las acciones implementadas por la APN para la promoción del trabajo** – Datos para el año 2021. Argentina. 2022. Disponível em: <https://opc.gob.ar/empleo-y-prevision-social/caracterizacion-del-estado-de-situacion-laboral-y-de-las-acciones-implementadas-por-la-apn-para-la-promocion-del-trabajo-datos-para-el-ano-2021/> Acesso em: 12 ago. 2026.

OLIVEIRA ANDRADE, D. Nova gestão pública e governos democrático-populares: contradições entre a busca da eficiência e a ampliação do direito à educação. **Centro de Estudos Educação e Sociedade – Cedes**. Campinas, SP. v. 36, nº. 132, p. 625-646, jul.-set., 2015. Disponível em: scielo.br/j/es/a/NvQbjcqwFMxgRfLCTr3CLCJ/?format=pdf&lang=pt Acesso em: 17 abr. 2026

ONU MUJERES ESPAÑA. 15 formas de violencia de género que luchamos por erradicar. **Site oficial**. 2026. Disponível em: <https://unwomen.es/2024/11/25/tipos-violencia-de-genero/> Acesso em 29 jul. 2026.

ONU MUJERES. **Perfil de País Argentina 2024**. Entidad de las Naciones Unidas para la Igualdad de Género y el Empoderamiento de las mujeres. 2024. Disponível em: https://lac.unwomen.org/sites/default/files/2025-04/perfil_de_pais_argentina_2024_-11.pdf 1 mai. 2026

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). Educação de adultos: Declaração de Hamburgo, agenda para o futuro. **V Conferência Internacional de Educação de Adultos**. (CONFINTEA). Hamburgo, Alemanha. 1997. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000116114_por.locale=es Acesso em: 30 jun. 2026.

PACÍFICO, F. D. Del Argentina Trabaja al Hacemos Futuro. Apuntes etnográficos para pensar la transformación de los programas sociales desde la experiencia de organizaciones de la economía popular (2016-2018). **Revista Estado y Políticas Públicas** No 15. octubre de 2020 - abril de 2021. ISSN 2310-550X, pp. 165-189 Disponible em: https://revistaeypp.flacso.org.ar/files/revistas/1603942352_165-189.pdf Acceso em: 22 mar. 2026.

PALERMO, V.; NOVARO, M. Cap. 1: Breve historia de la larga crisis argentina. En: **Política y poder en el gobierno de Menem**. Grupo Editorial Norma-Ensayo. FLACSO. Buenos Aires, Argentina. 1996

PAUTASSI, L. C.; RICO, M. N. Licencias para el cuidado infantil. Derecho de hijos, padres y madres. Desafíos”. En: Boletín de la infancia y adolescencia sobre el avance de Objetivos de desarrollo del Milenio, No 12. **CEPAL-UNICEF**. Santiago de Chile. 2011.

PÉREZ, P.; LÓPEZ, E. (Coords.) **¿Un nuevo ciclo regresivo en Argentina?** Mundo del trabajo, conflictos laborales y crisis de hegemonía. Universidad Nacional de La Plata. La Plata, Argentina. 2018. Disponible em: <https://libros.fahce.unlp.edu.ar/index.php/libros/catalog/book/120> Acceso em: 16 abr. 2026.

PIS DIEZ, N. M. La marea verde/violeta, lo popular y el contexto: una reconstrucción y algunos elementos sobre el movimiento feminista en Argentina. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, Minas Gerais. v.19, n.2, p. 342-361, ago. / dez. 2019 Disponible em: <https://doi.org/10.34019/1980-8518.2019.v19.28896> Acceso em: 31 mar. 2026

PISCETTA, J. “Ley Ramona”: el Gobierno le pagará \$5000 durante un año a los esenciales de las organizaciones sociales. **Infobae**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 17 dic. 2020. Política. Disponible em: <https://www.infobae.com/politica/2020/12/17/ley-ramona-el-gobierno-pagara-un-bono-de-5000-a-los-esenciales-de-las-organizaciones-sociales/> Último acceso em: 23 jul. 2026.

PIZARRO, T. M. La evolución del Programa “Ellas Hacen” como política social argentina con pretendido enfoque de género. **Revista Reflexiones**. Universidad de Costa Rica. v. 101, n. 2. p. 1-22, jul.-dez. 2022. Disponible em: <https://doi.org/10.15517/rr.v101i2.45158> Acceso em 8 mai. 2026.

PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL DESARROLLO (PNUD). **Informe regional sobre Desarrollo Humano 2025**. Bajo Presión: Recalibrando el futuro del desarrollo en América Latina y el Caribe. Nueva York, Estados Unidos. 2025. Disponible em: <https://www.undp.org/es/latin-america/publicaciones/informe-regional-sobre-desarrollo-humano-bajo-presion-recalibrando-el-futuro-del-desarrollo-en-america-latina-y-el-caribe> Acceso em: 1 mai. 2026

RED DE INTERCAMBIO TÉCNICO CON LA ECONOMÍA POPULAR (RITEP). Estimación Cantidad de Unidades Productivas de la Economía Popular. 2023. Disponible em: <https://ritep.org.ar/estimacion-cantidad-de-unidades-productivas-de-la-economia-popular/> Acceso em: 22 jul. 2026.

RED DE INTERCAMBIO TÉCNICO CON LA ECONOMÍA POPULAR (RITEP). **La emergencia de la economía popular en la Argentina**. Año 1, n. 1, oct. CARRIZO, F.; MASELLO D. (Coords). ALVAREZ, N. (Colab). Publicación periódica. Universidad Nacional de Tres de Febrero. Buenos Aires, Argentina. 2023. Disponible em: https://drive.google.com/file/d/1JyzqlyBoU0azohmsFwJ44NmHmW-YmGoV/view?usp=drive_link

RESUMEN LATINOAMERICANO; EL GRITO DEL SUR. **Argentina. La UTEP formaliza quienes integran el Consejo Directivo de dicha organización.** Buenos Aires, Argentina, 29 abr. 2021. Disponible em: <https://www.resumenlatinoamericano.org/2021/04/29/argentina-la-utep-formaliza-quienes-integran-el-consejo-directivo-de-dicha-organizacion/> Acceso em: 6 jul. 2026.

REYNARES J. M. Neoliberalismo y actores políticos en la Argentina contemporánea. **Perfiles Latinoamericanos**, 25 (50). Flacso México. pp. 279-299. 2017

RODRIGO, L. La política de descentralización educativa en la Argentina de los 90. **Revista Complutense de Educación**. Madrid, España. v. 17. n. 1, p. 89-100, 2006.

RODRIGO, L.; MOYANO RODRÍGUEZ, I. Los discursos internacionales en la construcción de la agenda de las políticas educativas de evaluación en Argentina (1990-2019). In: SANTOS dos, F. A. (Org.) **Políticas de Avaliação Externa na América Latina: Trajetórias desde o global ao local**. Editora: CRV. Curitiba, Brasil. 2024. p. 173-197. Disponible em: https://ri.conicet.gov.ar/bitstream/handle/11336/267347/CONICET_Digital_Nro.c7acb76b-bba4-46a6-94fb-aac4e9514ede_L.pdf?sequence=5&isAllowed=y Acceso em: 11 mar. 2026.

SABATÉS, P. Nació la UTEP, el gremio de los trabajadores de la economía popular. **Página 12**, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 22 dic. 2019. El País. Disponible em: <https://www.pagina12.com.ar/237866-nacio-la-utep-el-gremio-de-los-trabajadores-de-la-economia-p/> Acceso em: 6 jul. 2026.

SARRIA ICAZA, A.; TIRIBA, L. Economía popular. In: CATANNI, A. D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

SECCHI, L. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SOLANO, F. La triple jornada de las mujeres en barrios populares: ¿quién cuida a las que cuidan? **El Destape**, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 27 nov. 2025. Barrios Populares. Disponible em: <https://www.eldestapeweb.com/sociedad/barrios-populares/la-triple-jornada-de-las-mujeres-en-barrios-populares-quien-cuida-a-las-que-cuidan-20251127184730> Acceso em: 11 mar. 2026.

SOUZA, C. Políticas Públicas: questões temáticas e de pesquisa. **Caderno CRH**. Salvador, n. 39, p. 11-24, jul./dez. 2003.

TAGLIABUE, A. Redes de Integración Socioeducativa. Políticas territoriales para la finalización de Estudios Primarios y Secundarios (Plan FinEs) en Argentina. **Tesis de Maestría**. FLACSO, Argentina. 2020. Disponible em: <https://repositorio.flacsoandes.edu.ec/server/api/core/bitstreams/580cdfd7-0ab9-41d9-8096-82a8de8705c4/content> Acceso em: 4 abr. 2026.

TENTI FANFANI, E. Las políticas sociales como objeto de investigación. p. 29-33. Em: GLUZ, N.; STEIMBERG, C. (Coords.). **Desigualdades educativas, territorios y políticas sociales**. UNPE. Editorial Universitaria. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2019 Disponible em: <https://editorial.unipe.edu.ar/colecciones/actas-y-ponencias/desigualdades-educativas,-territorios-y-pol%C3%ADticas-sociales-detail>

TIRAMONTI, G. La educación argentina en el contexto de las transformaciones de los años 90. **Pro-Posições**, Campinas, SP, v. 16, n. 3, p. 53-74, 2016. Disponible

em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643677> Acceso em: 11 mar. 2026

TÓFFOLI, M. Entre los trabajos, las políticas y los cuidados. Configuraciones de la experiencia en la economía popular (2016-2021). **Tesis de doctorado**. Instituto de Investigaciones en Humanidades y Ciencias Sociales. Universidad Nacional de La Plata. Argentina. 2024. Disponible em: <http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/164460> Acceso em: 19 mar. 2026

UNIÓN DE TRABAJADORES Y TRABAJADORAS DE LA ECONOMÍA POPULAR – UTEP. **Site oficial**. Buenos Aires, Argentina. 2026. Disponible em: <https://utep.org.ar/nuestro-sindicato>

UNIÓN DE TRABAJADORES Y TRABAJADORAS DE LA ECONOMÍA POPULAR. Asociación Mutual Senderos. **Site oficial**. Buenos Aires, Argentina. 2026. Disponible em: <https://mutualsenderos.org.ar/>

UNIÓN POR LA PATRIA. Néstor anuncia el pago de la deuda con el FMI, 2005. #Néstor10Años. **Youtube**. 25 out. 2020. Argentina. Disponible em: <https://www.youtube.com/live/wx2Y5biuBxI> Acceso em: 31 mar. 2026

UNIVERSIDAD CATÓLICA ARGENTINA (UCA). Población destinataria del programa Potenciar Trabajo del Ministerio de Desarrollo Social. Caracterización General 2021. Observatorio de la Deuda Social Argentina. Informe I. 2022. Disponible em: <https://repositorio.uca.edu.ar/handle/123456789/21300?mode=full> Acceso em: 24 jul. 2026.

UNIVERSIDAD PEDAGÓGICA NACIONAL (UNPE). **Investigación evaluativa del Plan FinEs 2**. Buenos Aires, Argentina. 2018. Disponible em: https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/informe_fines_web.pdf Acceso em: 4 abr. 2026.

VALES, L. Los movimientos sociales le piden a la ministra que deje de hacer campaña. **Página 12**. 27 feb. 2023 Portada. El País. Disponible em: <https://www.pagina12.com.ar/526896-los-movimientos-sociales-le-piden-a-laministra-que-deje-de> Acceso em: 22 jul. 2026.

VARESI, G. A. Tiempos de restauración: balance y caracterización del gobierno de Macri en sus primeros meses. **Realidad Económica; no. 302**. 16.08/30.09. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Universidad Nacional de La Plata. Argentina. 2016. p. 6-34. Disponible em: https://sedici.unlp.edu.ar/bitstream/handle/10915/170713/Documento_completo.11246.pdf-PDFA.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acceso em: 11 abr. 2026

VERGER, A., NORMAND, R. Nueva gestión pública y educación: elementos teóricos y conceptuales para el estudio de un modelo de reforma educativa global. **Educação & Sociedade**, v. 36, n°. 132, p. 599-622. Centro de Estudos Educação e Sociedade. Campinas, Brasil. jul.-set., 2015. Disponible em: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302015152799> Acceso em: 23 jul. 2026.

VIEGO V. Políticas públicas para la terminalidad educativa: el caso del Plan Fines en Argentina. **Archivos Analíticos de Políticas Educativas**. Vol. 23, No. 116. p. 1-21. Arizona, State University. Estados Unidos. 2015. Disponible em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=275041389107> Acceso em 3 abr. 2026.

VORIA, M. A., MIGUEZ, M. E. Controversias en torno a la terminalidad educativa y la empleabilidad de mujeres destinatarias de programas sociales: virajes de gestión en torno al programa Hacemos Futuro. **STUDIA POLITICÆ**. N. 47. p. 129-167. Facultad de Ciencia

Política y Relaciones Internacionales, Universidad Católica de Córdoba, Córdoba, Argentina. 2019. Disponível em: <http://revistas.bibdigital.uccor.edu.ar/index.php/SP/article/view/715> Acesso em: 7 abr. 2026.

ZIBECHI, R. Los movimientos sociales latinoamericanos: tendencias y desafíos. OSAL: **Observatorio Social de América Latina**, n. 9, ene. 2003. Buenos Aires: CLACSO, 2003. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal9/zibechi.pdf> Acesso em: 8 mar. 2026